

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Aniele Silveira Anklam

A SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL DE ENTRE-IJUÍ/RS

Santa Maria, RS
2023

Aniele Silveira Anklam

A SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL DE ENTRE-IJUÍ/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Botton Piccin

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Anklam, Aniele Silveira
A sucessão familiar no meio rural de Entre-Ijuís/RS /
Aniele Silveira Anklam.- 2023.
139 p.; 30 cm

Orientador: Marcos Botton Piccin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2023

1. Juventude rural 2. Gênero 3. Agricultura familiar
I. Piccin, Marcos Botton II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ANIELE SILVEIRA ANKLAM, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Aniele Silveira Anklam

A SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL DE ENTRE-IJUÍ/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento**.

Aprovada em 26 de maio de 2023.

**Marcos Botton Piccin, Doutor (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Alisson Vicente Zarnott, Doutor (UFSM)

Vinicius Piccin Dalbianco, Doutor (Unipampa)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, Eliana e Gilmar, à qual sou eternamente grata por todo apoio, carinho e dedicação que sempre tiveram comigo, por me incentivarem e apoiarem em todos os momentos.

<https://ead.senar.org.br/cursos/queijos-artesanais-do-brasil> Ao meu irmão Gilvan, por sempre estar comigo, sendo um grande amigo e irmão.

Aos meus avós, Valdir, Erica, Adroaldo e Nena, pelo amor e carinho que me deram, por serem exemplo de força e inspiração para seguir em frente em toda caminhada.

Aos meus tios e padrinhos Nara e João, por todo o apoio, especialmente por terem me recebido em sua casa durante a realização do mestrado.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR) pela oportunidade de engrandecimento.

À CAPES, pelo apoio financeiro através da bolsa concedida.

A todos os professores do PPGExR, por todo os conhecimentos e ensinamentos transmitidos, bem como por todas as contribuições dadas para a construção desse trabalho.

Ao meu orientador, professor Marcos Botton Piccin, por todas as orientações e contribuições para a construção do trabalho, além de todo o apoio e incentivo.

Aos professores, membros da banca examinadora, que atenderam prontamente o convite de participação para a defesa da dissertação.

Aos colegas de PPGExR, pelos momentos e experiências compartilhadas.

Aos jovens rurais treijuienses entrevistados, pela disponibilidade e pela participação dos mesmos na pesquisa, vocês foram a motivação do trabalho.

As minhas amigas, Anelize, Luana, Alana, Suellen, Magale e Stefani por sempre me apoiarem e acreditarem em mim.

Agradeço também a todos aqueles que dê alguma forma me auxiliaram e me apoiaram, em especial àqueles que me ouviram falar constantemente sobre a temática do trabalho, sendo que indiretamente alguns contribuíram na construção da dissertação.

Muito obrigada!

RESUMO

A SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL DE ENTRE-IJUÍ/RS

AUTORA: Aniele Silveira Anklam
ORIENTADOR: Marcos Botton Piccin

O objetivo da pesquisa compreender a forma como são construídas as decisões dos jovens rurais, no que tange a sucessão rural. Localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, o município de Entre-Ijuí é caracterizado pela agricultura familiar, mesmo que o último Censo Agropecuário aponte a diminuição de área em relação à chamada agricultura patronal. A pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa, onde inicialmente realizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, posteriormente foram coletados os dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas e observação. Para a obtenção dos dados foram entrevistados treze jovens filhos de agricultores familiares do município, oriundos de diferentes localidades e com distintas trajetórias individuais. A juventude é um período da vida repleto de conflitos, mudanças e anseios, sendo que em um mundo globalizado, os jovens rurais vivem cada vez mais próximos dos jovens urbanos, o que afeta diretamente as socializações e os projetos individuais desse grupo, que passa a vislumbrar novas oportunidades. A vida no rural tem opções de lazer reduzida, maior distância de centros urbanos e educacionais, maior controle social e dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, levando muitos jovens a saírem do campo, mesmo que majoritariamente prefiram uma vida considerada tranquila e próxima da família proporcionada pelo rural. A permanência dos jovens como sucessores da propriedade familiar está diretamente vinculada com a continuidade da atividade realizada pela família por gerações, além da manutenção da unidade de produção familiar dentro do núcleo familiar. Os jovens que pretendem permanecer, geralmente, sempre participaram ativamente da propriedade e expõem um gosto de serem agricultores, bem como foram encorajados pelos pais para tal. Por sua vez, os jovens que desejam migrar demonstram um processo de socialização no qual foi incorporado o pouco interesse pela atividade agrícola, pouca participação nas atividades do trabalho rural, além de terem tido incentivos aos estudos e à vida urbana. Em virtude das incertezas de renda e clima, que afetam diretamente a atividade agrícola, muitos dos jovens que pretendem permanecer no campo, buscam a pluriatividade como uma estratégia de reprodução social, seja através de um trabalho urbano ou rural fora da propriedade familiar. Logo, a decisão dos jovens rurais de Entre-Ijuí entre permanecer ou sair do campo é construída através das vivências sociais e aspirações pessoais das distintas trajetórias dessa categoria.

Palavras-chave: Juventude rural. Gênero. Políticas públicas. Estratégias de reprodução social. uto

ABSTRACT

FAMILY SUCCESSION IN THE RURAL AREA OF ENTRE-IJUIS/RS

AUTHOR: Aniele Silveira Anklam

ADVISOR: Marcos Botton Piccin

The objective of the research is to understand how the decisions of youth rural are constructed, in relation to rural succession. The municipality of Entre-Ijuís, located in the Northwest of the state of Rio Grande do Sul, is characterized by family agriculture, although the last Censo Agropecuário (Agricultural Census) indicates a decrease in the area in relation to the so-called patronal agriculture. The research involved a qualitative analysis, which was initially carried out through bibliographic and documental research, subsequently collecting primary data through semistructured interviews and observation. To obtain the data, thirteen youths, children of family farmers in the municipality, from different locations and with different individual trajectories, were interviewed. Youth is a phase of life full of conflicts, changes and yearnings. In a globalized world, young rural are living even closer to urban young people, which is directly impacting the socialization and personal projects of this group, which starts to glimpse new possibilities. The rural life has few leisure options, greater distance from urban and educational centers, greater social control, and difficulties to enter the job market, leading many young people to leave the countryside, even though most of them prefer a life considered quiet and close to the family provided by the rural areas. The permanence of youth as successors of family property is directly connected with the continuity of the activity conducted by the family by generations, in addition to the maintenance of the family production unit inside the family. The young who pretend to stay, usually, always participated in the rural activity and they express a taste for being farmers, just as their parents encouraged them to continue. In turn, the young people who wish to leave presents a process of socialization with, little participation in rural work activities, besides having had motivated for studies and urban life. As a result of the uncertainties of economic and climatic conditions, which directly impact the agricultural activity, many young people that intend to continue working in the farms look pluriactivity as a strategy for social reproduction, whether through urban or rural work outside the family property. Therefore, the decisions of the rural youth of Entre-Ijuís, to stay in or leave the countryside are constructed through the social experiences and personal aspirations of the different trajectories of this category.

Keywords: Rural youth. Genre. Public policies. Strategies of social reproduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do município de Entre-Ijuís/RS.....	19
Figura 2 - Pirâmide etária urbana e rural de Entre-Ijuís (RS), conforme dados do Censo Demográfico de 2010.	20
Figura 3 - Zonas Sócioagroambientais do município de Entre-Ijuís (RS).....	22
Figura 4 - Gestão das propriedades dos entrevistados.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos jovens entrevistados.....	17
Quadro 2 - Caracterização das propriedades dos entrevistados.....	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia em Entre-Ijuís.....	26
Tabela 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários em Entre-Ijuís (RS).....	28
Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários em Entre-Ijuís (RS).	28
Tabela 4 - Faixa etária e sexo dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís (RS).....	29
Tabela 5 - Sexo do dirigente e grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís (RS).....	30
Tabela 6 – Faixa etária e grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís (RS).....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ha	Hectares
Km	Quilômetros
PAC	Política Agrícola Comum
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
RS	Rio Grande do Sul
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UPF	Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
METODOLOGIA	15
AS ENTREVISTAS.....	16
O MUNICÍPIO.....	18
Zonas Sócioagroambientais	21
CAPITULO I – A FAMÍLIA E A PROPRIEDADE RURAL	23
1.1 AGRICULTURA FAMILIAR	23
1.2 AS PROPRIEDADES FAMILIARES RURAIS ENTREIUIENSES.....	25
1.2.1 Direção dos estabelecimentos agropecuários	29
1.2.2 Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários.....	33
1.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES FAMILIARES DOS ENTREVISTADOS	33
1.3.1 Gestão das propriedades dos entrevistados.....	35
1.3.2 Mão-de-obra e remuneração	38
CAPITULO II – JOVENS RURAIS.....	42
2.1 JUVENTUDES	42
2.1.1 Juventude rural	45
2.1.2 Rurbanização dos jovens rurais	46
2.1.3 A juventude rural: entre o ficar e o sair.....	48
2.1.3 Juventude rural e políticas públicas	51
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS RURAIS ENTREVISTADOS.....	57
CAPITULO III – SUCESSÃO RURAL	60
3.1 A SUCESSÃO.....	60
3.1.1 Sucessão rural e herança ao longo do tempo.....	65
3.1.2 A crise sucessória na agricultura familiar e o êxodo rural.....	71
3.2 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL.....	77
3.3 A OPINIÃO JUVENIL SOBRE SER SUCESSOR RURAL	79
3.3.1 A vida no rural através da perspectiva juvenil	87
3.3.2 Gênero.....	96
3.4.3 Os filhos únicos	100
3.4.4 Incentivo dos pais e educação	102
3.3.5 Casamentos.....	106
2.2.3 Projetos futuros dos jovens rurais.....	112
3.5 ALTERNATIVAS AFIM DE MELHORAR A VIDA DO AGRICULTOR E FAVORECER A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125

REFERÊNCIAS.....	128
------------------	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A agricultura familiar desempenha um papel importante na economia brasileira, atuando na manutenção da qualidade de vida do produtor e de muitas cadeias produtivas (COMPARIN, 2015). Além disso, a atividade possui papel importante na preservação ambiental, na produção de alimentos e na geração de empregos no Brasil (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016); responsável pela produção de uma grande diversidade de produtos (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Conforme o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar representa 76,82% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros e 80,50% dos estabelecimentos agrícolas gaúchos (IBGE, 2017).

Devido a interesses econômicos e o aumento da demanda mundial de alimentos, ocorre o processo de modernização da agricultura, pelo qual a mesma passa de um sistema de policultura e de cunho familiar para um modelo de uso intensificado da terra e de especialização, mesmo que sob controle familiar (BERWALDT, 2018). O que por consequência leva a uma mudança da base técnica agropecuária, com alterações nos meios de produção, como capital e mão de obra, permitindo um aumento da produtividade, através do uso de pacotes tecnológicos (insumos) e maquinários, e também redução do número de pessoas necessárias para realizar as atividades laborais (BOSCARDIN, 2017).

De modo que, ocorre uma integração ao mercado, o que transformou os sistemas produtivos, privilegiando os grandes produtores e restringindo aos pequenos agricultores, conjuntamente a isso, há êxodo rural e os problemas na sucessão familiar no meio rural (BERWALDT, 2018). Assim sendo, a agricultura familiar vive sob momentos de tensão e instabilidade devido a migração de jovens para os centros urbanos (DA SILVA, 2015; BIEGER, 2017).

Ressalta-se que mulheres e jovens tendem a deixar o campo em maior número que homens mais velhos, ocasionando simultaneamente outros dois fenômenos, o envelhecimento e a masculinização da população rural (RAUBER, 2010). Além da migração juvenil rural, o processo de envelhecimento da população rural se dá pelas reduções da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, tanto rurais como urbanos (THIES, 2021).

No entanto, a ausência de sucessores nos estabelecimentos rurais gera incertezas, não apenas quanto a continuidade da atividade agrícola, mas também acarreta um crescente esvaziamento demográfico, econômico e cultural nas regiões onde predomina a agricultura familiar, principalmente em cidades de menor porte (ABRAMOVAY et al., 1998; SPANEVELLO et al., 2011). De modo que o êxodo rural não contribui somente para o esvaziamento demográfico das áreas rurais, mas também causa um dismantelamento e abandono dos equipamentos sociais rurais, como igrejas, salões comunitários e escolas (DA SILVA, 2015).

Sabe-se que a agricultura familiar se reproduz através da continuidade da atividade agrícola familiar por uma nova geração (ABRAMOVAY et al., 1998; SPANEVELLO et al., 2011; DA SILVA, 2015; BOSCARDIN, 2017; BRIZZOLLA et al., 2020). Por isso, a continuidade da profissão de agricultor familiar depende da reprodução social com base familiar, onde pelo menos um dos filhos sucede os pais na atividade produtiva (WEISHEIMER, 2009).

Contudo, muitos fatores têm levado os jovens rurais a deixarem o campo e não serem sucessores da atividade familiar, como a já mencionada modernização da atividade agrícola, que favoreceu os grandes produtores (BERWALDT, 2018). Outro fator de impacto na escolha dos jovens é a renda, dentre outras motivações frequentemente citadas são: a penosidade das atividades agrícolas; incentivo familiar ao estudo; pouco ou nenhum incentivo por parte dos pais para que continuem na atividade agrícola; a busca de autonomia financeira e pessoal; falta de apoio governamental e o conflito de gerações (SPAVANELLO et al., 2011; MATTE; MACHADO, 2016; ANDREATTA et al., 2020; BREINTENBACH; CORAZZA, 2020).

A compreensão do ponto de vista dos jovens sobre a sucessão rural, segundo Weisheimer (2009) é chave para o entendimento das possibilidades atuais da reprodução social da atividade rural familiar, pois a escolha de ficar ou sair depende deles. Ademais as dinâmicas que ocorreram nos tempos dos pais e avós referem-se a contextos culturais, sociais e econômicos distintos e que não possibilitariam a compreensão do momento atual (WEISHEIMER, 2009). Desse modo, torna-se importante compreender as motivações e/ou desmotivações dos jovens rurais sobre a sucessão, em especial em regiões onde a agricultura familiar predomina.

A região Noroeste gaúcha é fortemente agrícola, onde predominam os cultivos de soja, milho e trigo; além disso, a região também se destaca na produção leiteira, e

tem como modelo predominante de agricultura a agricultura familiar (VORPAGEL, 2017).

No município de Entre-Ijuís a agricultura familiar predomina em número, mas não em tamanho, pois representa 85,64% dos seus estabelecimentos, porém ocupa somente 31,22% da área agrícola do município (IBGE, 2017). Conforme observado por Prestes (2016), em Entre-Ijuís há simultaneamente um processo de desenvolvimento e de crise na agricultura local, devido haver uma forte tendência ao êxodo rural e à concentração fundiária. Ou seja, torna-se fundamental compreender o que os jovens rurais filhos de agricultores familiares almejam para o seu futuro e quais os desafios por eles enfrentados.

A escolha de Entre-Ijuís, como local de pesquisa, deve-se a três fatores: a proximidade da autora com a realidade local, o setor agropecuário ser a base da economia municipal e o grande número de produtores familiares no município.

Dentre as motivações pessoais para a escolha da temática cita-se o fato de a autora ser filha e neta de agricultores familiares de Entre-Ijuís, o que a fez desde criança ter contato com a atividade, levando a mesma a cursar Agronomia, e posteriormente, durante o seu estágio de conclusão de curso, realizado um trabalho em uma empresa de comercialização de insumos e recebimento de grãos, sediada no município. Nesse período de estágio a autora visitou várias propriedades na área de atuação da empresa, onde observou um baixo número de jovens atuando nas propriedades.

Ademais, os resultados obtidos com essa pesquisa podem contribuir para o planejamento estratégico local, através de um direcionamento alinhado com a realidade, que favoreça o interesse e proporcione melhores condições para que os jovens optem por permanecer no meio rural e continuem a atividade já realizada pela família, além de compreender a maneira que as famílias rurais de Entre-Ijuís se organizam no processo sucessório.

A questão norteadora da pesquisa foi como se constroem as decisões e as trajetórias individuais no interior das famílias, a respeito da sucessão nos estabelecimentos rurais de Entre-Ijuís?

Para tanto, o objetivo geral dessa pesquisa buscou compreender a forma como são construídas as decisões dos jovens rurais, no que tange a sucessão rural. Esse objetivo geral segmenta-se em quatro objetivos específicos: a) elaborar uma revisão bibliográfica sobre juventude rural e sucessão; b) conhecer a estrutura fundiária e as

características dos estabelecimentos agropecuários do município de Entre-Ijuís; c) investigar o perfil dos jovens rurais de Entre-Ijuís, bem como os motivos que levam os mesmos a optarem por permanecer ou sair do meio rural, conhecendo seus anseios e projetos futuros; d) analisar a questão de gênero tanto na atividade agropecuária, quanto na sucessão das propriedades.

O presente trabalho é constituído por cinco partes, sendo elas: Considerações Iniciais; Capítulo I, Capítulo II, Capítulo III e Considerações Finais. O Capítulo I discorre sobre as propriedades rurais familiares e a estrutura fundiária do município. O Capítulo II aborda sobre a juventude rural. O Capítulo III discute o processo sucessório e como esse processo é tratado no município de Entre-Ijuís.

METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza qualitativa, através de um estudo de caso. O estudo de caso permite investigar um caso de interesse, mantendo as características holísticas e significativas da realidade estudada, enfatiza eventos contemporâneos, quando não é possível controlar os eventos comportamentais (YIN, 2001). A maneira como os jovens rurais de Entre-Ijuís veem a sucessão rural, a atividade agrícola e a vida no campo foram a base para a construção desse estudo.

A metodologia que foi utilizada nesse estudo quanto aos objetivos é a pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2019), a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinada população ou fenômeno, permitindo desse modo conhecer o perfil dos jovens sucessores e das famílias rurais.

Para a obtenção dos dados, utilizou-se a combinação de diferentes técnicas de pesquisa, como entrevistas, observação, pesquisa documental e bibliográfica. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de material já elaborado, como livros e artigos, devido a isso, permite que o investigador explore uma ampla gama de fenômenos quando comparado com o que se poderia pesquisar diretamente. Conforme Poupart et al. (2008), as entrevistas são uma porta de acesso às realidades sociais, pois com o uso delas é possível compreender os sentidos das condutas dos atores sociais, bem como dar voz às pessoas comumente não ouvidas pela sociedade.

AS ENTREVISTAS

Um roteiro de perguntas previamente estabelecidas foi utilizado para a realização da entrevista. Para Gil (2019), esse modelo de entrevista denomina-se entrevista semiestruturada, possibilitando ao entrevistado responder livremente as questões e ao entrevistador adequar a característica da entrevista de acordo com o entrevistado.

A entrevista foi dividida em etapas, na primeira delas foi realizada a caracterização do(a) agricultor(a)/jovem (idade, sexo, religião, escolaridade, estado civil, ocupação). Em seguida, foram abordadas as questões referentes à propriedade, como gestão, atividades desenvolvidas e mão-de-obra. Na terceira etapa, tratou sobre a sucessão rural, onde questionou-se sobre a existência do debate sobre o tema na família, o incentivo a permanecer ou não na agricultura, a importância da sucessão rural e a opinião dos jovens sobre a temática. Por fim, foram abordados questionamentos no que se refere às perspectivas futuras e projetos individuais dos jovens rurais, bem como a visão dos jovens sobre a vida no rural e a atividade agrícola.

As entrevistas foram realizadas com jovens filhos de produtores rurais de diferentes localidades do município, permitindo a construção de um panorama geral sobre a sucessão rural e a juventude rural de Entre-Ijuís, visando responder as questões norteadoras da pesquisa e compreender como se constrói a decisão do jovem de “ficar” ou “sair” do campo.

Quanto à amostra de estudo, ela foi definida por contraste-saturação e foi estabelecida ao longo da construção do trabalho. Assim sendo, a coleta de dados encerrou quando as informações obtidas se tornam repetitivas e não houve novas temáticas sendo abordadas (POUPART et al., 2008), ou seja, as entrevistas encerraram quando os últimos dados coletados não abordam mais informações novas ou diferentes.

Para a escolha dos jovens entrevistados, realizou-se um contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, para a escolha dos entrevistados. Neste contato, foi apresentado a pesquisadora e a temática de estudo, além do projeto da pesquisa, afim de se obter apoio para o contato com os jovens. Em adição a isso, os jovens entrevistados não precisavam necessariamente permanecer na atividade agrícola, mas ter idade até 32 anos e serem filhos de agricultores familiares do município. Dado que o objetivo do estudo não era apenas compreender

sobre aqueles que permaneciam na atividade agrícola, mas também aqueles que já saíram.

Foram entrevistados 13 jovens rurais com falas registradas (escritas e/ou gravadas), além de diversas conversas informais complementares. Adiciona-se que ao contatar quatro jovens alguns jovens referiram realizar a entrevista através do Whatsapp®. Nas entrevistas realizadas via Whatsapp® enviou-se aos jovens um conjunto de perguntas pré-estabelecidas iguais as utilizadas nas entrevistas presenciais, que foram aprofundadas de acordo com os novos questionamentos que surgiam no decorrer da conversa. Além disso, esse modelo de entrevistas permitiu os entrevistados conseguirem refletir e elaborar melhor sobre suas respostas e responderem conforme a disponibilidade de tempo de cada um, no entanto, também pode ter gerado respostas menos sinceras.

Os entrevistados tinham de 18 a 32 anos (Quadro 1). Quanto ao gênero dos entrevistados, seis eram do sexo masculino e oito do sexo feminino. Foram entrevistados três jovens casados, três em união estável e oito solteiros; sendo que dois jovens já possuíam filhos.

Quadro 1 - Caracterização dos jovens entrevistados.

Nome Fictício	Gênero	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Religião	Ordem do nascimento	Irmãos
Miguel	M	20	Superior Incompleto	Solteiro	Católica	Filho Único	Não
Augusto	M	32	Médio Completo	Casado	Luterana	Mais Novo	2 (M, F)
Helena	F	23	Superior Completo	Solteira	Católica	Filha Única	Não
Pedro	M	20	Médio Completo	Solteiro	Católica	Mais Velho	2 (M)
Luiza	F	19	Superior Incompleto	Solteira	Católica	Filha Única	Não
Laura	F	24	Superior Completo	Solteira	Católica	Mais Velha	2 (F, M)
Heitor	M	24	Superior Completo	Solteiro	Adv.7°Dia	Mais Novo	1 (F)
Joana	F	24	Médio Completo	União Estável	Luterana	Mais Nova	1 (F)
Alice	F	23	Superior Incompleto	União Estável	Católica	Mais Nova	1(F)
Roberto	M	26	Médio Completo	União Estável	Católica	Mais Velho	1 (F)
Heloisa	F	23	Superior Completo	Casada	Católica	Mais Velha	1 (M)
Davi	M	18	Fundamental Completo	Solteiro	Católica	Mais Novo	1 (F)
Isabel	F	24	Médio Completo	Casada	Luterana	Mais Nova	1 (F)

Fonte: Elaborada pela autora (2023). M- Masculino. F- Feminino. Adv.7°Dia- Adventista do Sétimo Dia.

O tamanho dos estabelecimentos variou de 16 a 100 hectares (Quadro 2). Referente às atividades econômicas desenvolvidas, em todas as propriedades havia o cultivo de soja e trigo, havendo algumas com cultivos de milho, canola e aveia; além disso, uma das propriedades cultivava morangos semi-hidropônicos; cinco propriedades trabalhavam também com a pecuária leiteira e duas com a pecuária de corte.

Quadro 2 - Caracterização das propriedades dos entrevistados.

Nome Fictício	Área (ha)	Situação da terra	Atividades Desenvolvidas	Gestão da propriedade	Mão de obra
Miguel	31	P, A	G	Pai	Avô, pai e ele
Augusto	80	P, A	G, C	Ele	Ele e esposa
Helena	30	P, A	L, G	Mãe	Pai e mãe
Pedro	100	P, A	L, G	Pai e mãe	Ele, mãe, pai*
Luiza	80	P, A	G	Pai	Mãe, pai e ela
Laura	16	P	G	Pai e mãe	Mãe e pai (filhos ajudam)
Heitor	28	P	L, G	Ele e o pai	Ele, mãe, pai, avô
Joana	37	P, A	L, G	Pai	Ela, mãe, pai e marido
Alice	29	P	G	Companheiro	Ela e companheiro*
Roberto	29	P	G	Ele	Ele e companheira*
Heloisa	16	P, A	G	Pai	Pai, mãe e irmão
Davi	16	P, A	G	Pai	Pai, mãe e ele
Isabel	40	P	L, C, G, M	Sogro	Ela, esposo, sogro, cunhado

Fonte: Elaborada pela autora (2023). P= área própria. A= área arrendada. / G= grãos (soja, trigo, milho, aveia, canola). L= bovinocultura de leite. C= bovinocultura de corte. M= morangos.

*Propriedades que utilizam mão-de-obra externa, se necessário.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados nomes fictícios na identificação dos mesmos.

Após a obtenção dos dados, contemplando os objetivos e problema propostos neste estudo, as respostas obtidas foram tratadas, organizadas, interpretadas, com a posterior análise dos dados. Outrossim, as entrevistas realizadas através do Whatsapp® foram tratadas da mesma forma do que aquelas realizadas presencialmente. Os dados foram analisados através da organização das informações, onde buscou se entender as semelhanças e diferenças entre as respostas obtidas e os fatores que podem ter ocasionado essas diferenças.

O MUNICÍPIO

O município de Entre-Ijuís localiza-se na microrregião de Santo Ângelo, no Noroeste do Rio Grande do Sul (RS), localizando-se em torno de 429 km de distância de Porto Alegre, a capital do estado. Além disso, o município é cortado pela BR-285 e pela RS-344, o que confere ao mesmo, especialmente a área urbana do município, uma localização estratégica de interligação regional e estadual.

Entre-Ijuís limita-se ao norte com Santo Ângelo, ao Sudeste com Eugênio de Castro, ao leste com Coronel Barros, ao Sul e Sudoeste com São Miguel das Missões e ao Oeste com Vitória das Missões (Figura 1). Possuindo uma área territorial de 552,986 km².

Figura 1 - Mapa de localização do município de Entre-Ijuís/RS.



Fonte: IBGE (2010).

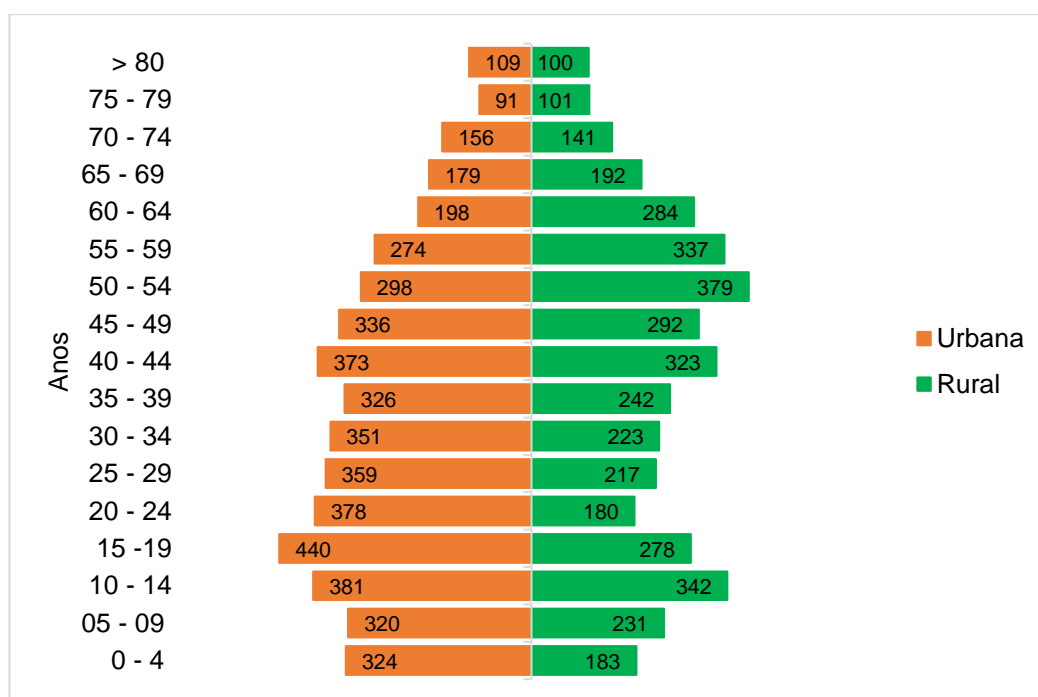
O PIB *per capita* de Entre-Ijuís, no ano de 2019, foi de R\$ 49.641,16 (IBGE; [2022?]). A estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município, em 2015, teve 57,5% do seu valor oriundo dos serviços, 37,76% do setor agropecuário e 4,74% da indústria (FEE, 2015). No setor agropecuário, as principais atividades desenvolvidas em Entre-Ijuís são os cultivos de soja, trigo e milho

No ano de 2010, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Entre-Ijuís possuía 8.938 habitantes, com uma densidade demográfica de 16,17 habitantes/km². De acordo com o IBGE (2023), a população do município no ano de 2022 foi de 9.158 habitantes.

O Censo Demográfico de 2010 apontou que 4.893 pessoas residentes em Entre-Ijuís (54,74%) viviam na área urbana, e 4.045 pessoas (45,26%) viviam na zona rural do município. No meio rural, a presença masculina era maior com 2.084 homens (51,52%) e 1.961 mulheres (48,48%). Por sua vez, na área urbana de Entre-Ijuís haviam mais mulheres, totalizando 2.562 mulheres (52,36%) e 2.331 homens (47,64%), todavia ressaltava-se que tanto a população masculina como a feminina era maior na área urbana. Além disso, havia um pouco mais de 100 mulheres morando no município do que homens, sendo 4.523 mulheres (50,6%) e 4.415 homens (49,4%).

De acordo com uma pesquisa realizada em Entre-Ijuís por Prestes (2016), o autor constatou que há um decréscimo de 18% na população rural, nos dois últimos Censos. Em adição a isso, Veiga (2003 apud WEISHEIMER, 2013) comenta que, para efeitos de análise, cidades com população inferior a 20 mil habitantes não deveriam apresentar uma distinção entre o urbano e o rural, sendo apenas formada por uma população rural.

Figura 2 - Pirâmide etária urbana e rural de Entre-Ijuís (RS), conforme dados do Censo Demográfico de 2010.



Fonte: Elaborada pela autora, a partir do IBGE (2010).

Através da análise da pirâmide etária do município (Figura 2), observa-se que apenas na faixa etária dos 50 aos 64 anos, a população rural é superior a urbana.

Outrossim, na faixa etária de zero a 44 anos, há uma presença muito maior de pessoas vivendo na área urbana do município, evidenciando assim um processo de envelhecimento da população rural em Entre-Ijuís.

A crescente tendência ao êxodo rural das famílias, apontado pelos censos demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, onde a população rural decresceu em aproximadamente 20%, tem ligação direta com os seguintes fatores: a concentração dos meios de produção e a especialização produtiva promovida pela segunda revolução agrícola, levando a um processo constante de descapitalização e crise nos modelos de produção existentes no município (PRESTES, 2016).

Salienta-se que na formação do município de Entre-Ijuís não houve planejamento ou organização, muitas famílias ao se mudarem para o município traziam consigo outros familiares ou vizinhos, e cada localidade do município tem suas características próprias de formação e construção histórica (CALEGARO, 2010; PRESTES, 2015).

Zonas Sócioagroambientais

Prestes (2016) realizou uma pesquisa da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários do município de Entre-Ijuís, através de realizar uma Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), nessa pesquisa o autor identificou três zonas fisiográficas homogêneas no município de Entre-Ijuís, as Zonas Sócioagroambientais de Mata 01 e 02 e a Zona Sócioagroambiental de Campo.

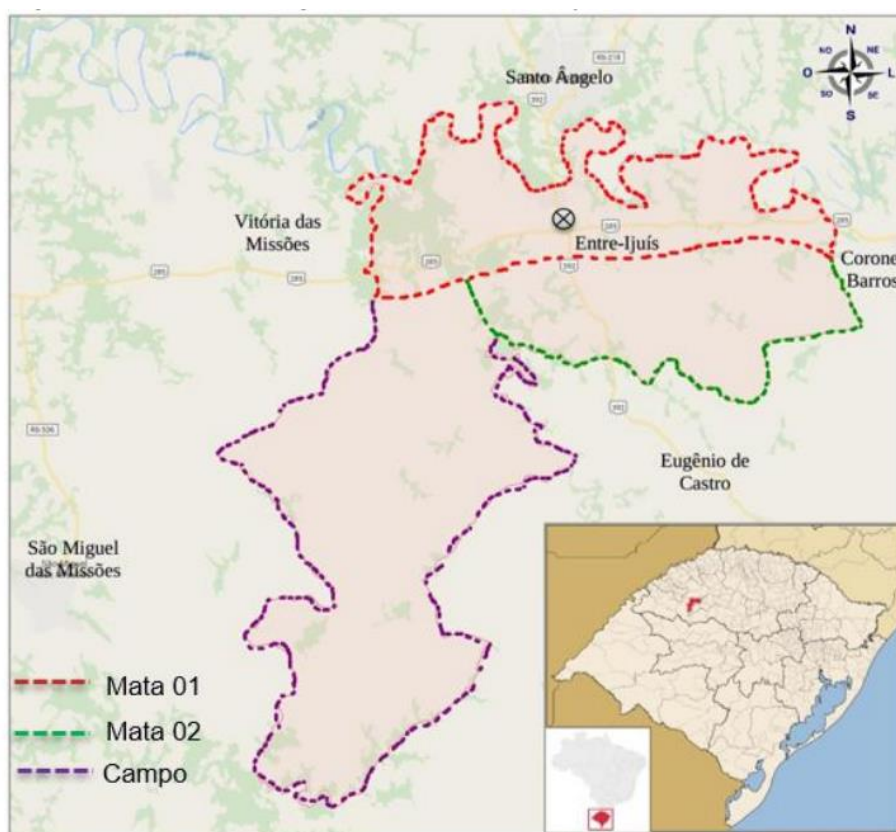
A Zona Sócioagroambiental Mata 01 abrange as comunidades situadas às margens do Rio Ijuí até próximo a BR-285. Onde predomina pequenas Unidades de Produção Agropecuária (UPA), com predomínio de Neosolos (solos de menor profundidade e mais pedregosos), às margens do Rio Ijuí o relevo é forte ondulado e ao aproximar-se da BR-285 torna se suave ondulado. Apresenta menor grau de capitalização e mecanização quando comparado a outras zonas, onde há cultivos de soja, trigo e milho, hortaliças e frutíferas, pecuária de leite e pequenas agroindústrias (PRESTES, 2016).

A Zona Sócio Agroambiental Mata 02 localiza-se entre os limites com Coronel Barros e Eugênio de Castro e a BR-285. Possui como solo predominante o Latossolo Vermelho (solo profundo), com um relevo ondulado a suave ondulado. As áreas são

cultivadas geralmente por culturas anuais, como soja, trigo e milho, e as pastagens voltadas a pecuária leiteira (PRESTES, 2016).

A Zona Sócioagroambiental Campo situa-se do centro do município e faz limites com Eugênio de Castro, São Miguel das Missões e Vitória das Missões. Tem como atividades principais o cultivo de soja, trigo e milho, bem como a pecuária de corte, e sua estrutura fundiária são de maiores extensões de área e com maior grau de mecanização. O solo dessa Zona é um Latossolo Vermelho com um relevo suave ondulado (PRESTES, 2016) (Figura 3).

Figura 3 - Zonas Sócioagroambientais do município de Entre-Ijuís (RS).



Fonte: Google Maps (2016), elaborado por Prestes (2016, p.31).

Adicionalmente a isso, Prestes (2016) após realizar essa pesquisa em Entre-Ijuís, identificou um processo de desenvolvimento e simultaneamente de crise na agricultura do município, havendo uma forte tendência ao êxodo rural e à concentração fundiária, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento socioeconômico municipal e regional.

CAPITULO I – A FAMÍLIA E A PROPRIEDADE RURAL

O presente capítulo trata sobre a organização das propriedades rurais familiares, em Entre-Ijuís, primeiramente tratando sobre a agricultura familiar e a estrutura fundiária do município. Posteriormente, aborda-se sobre quais são as atividades desenvolvidas, tamanho da propriedade, direção do estabelecimento, mão de obra e participação dos filhos.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR

O termo agricultura familiar é um conceito em construção, que pode ser definido como a unidade de produção, onde a mão de obra e a propriedade estejam intimamente relacionadas à família, associando-se assim família-terra-trabalho (RAMBO, TARSITANO, GUANZIROLI; 2016). De modo que, quando se fala sobre agricultura familiar é inevitável não relacionar família, terra e trabalho, pois um elemento não existe sem o outro. Na opinião de Bieger (2017, p. 68), "o trabalho se torna fundamental para a reprodução social das famílias rurais, é na terra que ocorre a materialização do trabalho". Além disso, na agricultura familiar, os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais (ABRAMOVAY et al., 1998).

No Brasil, a emergência da expressão “agricultura familiar” iniciou-se a partir da década de 1990, ocorrendo de forma tardia quando comparado com os países europeus e os Estados Unidos. O surgimento desse conceito se deve aos movimentos sociais do campo, que liderados pelas forças sindicais vinculadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), levaram a criação do Pronaf, bem como da criação do Pronaf, em 1996, que fortaleceu a categoria e aumentou os estudos sobre a temática (SCHNEIDER, 2003).

Pelo aspecto legislativo, a definição de agricultura familiar e de empreendedor rural familiar, consta na Lei Nº11.326/2006, artigo 4º, que estabelece que para ser considerada agricultura familiar a propriedade deve ter: área inferior a quatro módulos fiscais; mão de obra predominantemente familiar; possua percentual mínimo da renda familiar oriundos de atividades econômicas relacionadas com a propriedade; e que a direção do estabelecimento seja de cunho familiar (BRASIL, 2006).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), a agricultura familiar correspondia a 77% dos estabelecimentos agrícolas do país, entretanto por apresentarem pequeno porte representam apenas 23% da área agrícola brasileira. Além disso, o Censo Agropecuário de 2017 demonstrou redução de 17,6% do número de pessoas empregadas pela agricultura familiar em comparação com o Censo anterior, realizado em 2006.

A importância da agricultura familiar, conforme Ploeg (2014), se dá porque ela pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, pode fortalecer o desenvolvimento econômico de diversas formas, criando empregos e gerando renda, além da mesma favorecer a manutenção de paisagens e da biodiversidade.

Aliado a isso, Ploeg (2014) cita dez qualidades da agricultura familiar, são elas: 1) controle sobre os principais recursos utilizados no estabelecimento, não buscando apenas lucro, mas também uma vida digna; 2) força de trabalho familiar; 3) conexão entre família e o estabelecimento; 4) os estabelecimentos familiares representam a totalidade ou parte da renda familiar; 5) o estabelecimento familiar é somente lugar de produção, mas de vida, representa um lar; 6) conexão entre passado, presente e futuro, onde a propriedade e a produção são motivos de orgulho, mantendo viva a memória e a cultura familiar; 7) experiências e conhecimentos transmitidos entre gerações; 8) valorização da cultura local; 9) fortalecimento da economia local; 10) relação com a paisagem rural, preservando a natureza.

No ponto de vista de Bieger (2017), a agricultura familiar além da sua importância na produção de alimentos e ocupação profissional, também possui uma característica específica de formar novas gerações de agricultores. A autora acrescenta que é no interior das famílias rurais que acontece a socialização do trabalho e a transmissão dos modos de vida, desde a infância, continuando na juventude e ao longo da vida adulta, em diferentes contextos, o que permite a reprodução socioeconômica.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar são diversas, desde ameaças externas, como o baixo preço de venda dos produtos e o alto custo de produção, o controle cada vez maior das terras e da água por grandes grupos capitalizados e volatilidade dos mercados agrícolas. Há também as ameaças internas, com o risco de que também a agricultura familiar voltada apenas o lucro, a transformando em negócios (PLOEG, 2014).

Além disso, a reprodução social da agricultura familiar, que comumente ocorre através da permanência de ao menos um dos filhos, como gestor da propriedade familiar e dando seguimento na atividade realizada pela família (BOSCARDIN, 2017). Contudo, ela está ameaçada por diversos fatores, como por exemplo, a instabilidade da renda, as incertezas climáticas, a dificuldade de acesso a mercados e a possibilidade de uma vida melhor nas cidades (SPAVANELLO et al., 2011; MATTE; MACHADO, 2016; BERWALDT, 2018; ANDREATTA et al., 2020; BREINTENBACH; CORAZZA, 2020).

Por fim, de acordo com Ploeg (2014), a agricultura familiar não é apenas uma forma de produção, mas um modo de vida. Semelhantemente a isso, Conway et al. (2016) comentam que agricultura não é apenas um trabalho ou algo lucrativo, mas também representa um estilo de vida e uma paixão.

1.2 AS PROPRIEDADES FAMILIARES RURAIS ENTREIJIENSES

Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, a área total dos estabelecimentos agropecuários no município de Entre-Ijuís era de 45.159 hectares, distribuídas em 954 estabelecimentos, sendo que 817 estabelecimentos eram tipificados como de agricultura familiar, representando 85,65% dos estabelecimentos agropecuários do município. Já no Censo Agropecuário de 2006, a área total dos estabelecimentos agropecuários era de 46.076 hectares, 1.381 estabelecimentos (89,85%) eram de agricultores familiares. Sendo que houve uma redução de 41,44% dos estabelecimentos de agricultura familiar entre os Censo no município de Entre-Ijuís (Tabela 1).

Tabela 1- Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia em Entre-Ijuís.

Número e Área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia					
Número	2006		2017		Variação (%)
	n°	%	n°	%	
Agricultura Familiar	1381	89,85	817	85,64	-41,44
Agricultura empresarial	156	10,15	137	14,36	-12,18
TOTAL	1537	100	954	100	-37,93

Área	2006		2017		Variação (%)
	Hectares	%	hectares	%	
Agricultura Familiar	19361	42,02	14098	31,22	-27,19
Agricultura empresarial	26715	57,98	31062	68,78	16,27
TOTAL	46076	100	45159	100	-1,99

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do IBGE (2006, 2017).

Quanto a área dos estabelecimentos rurais do município, mesmo a agricultura familiar sendo predominante em número de estabelecimentos, representa somente 31,22% da área dos estabelecimentos agropecuários, além de ter sofrido um decréscimo de área 27,19% entre os Censos (2006 e 2017). Por sua vez, a agricultura empresarial teve um incremento de mais de 16% de área no comparativo entre os Censos, demonstrando um aumento da concentração fundiária em Entre-Ijuís. Constata-se também uma redução de mais de 900 hectares na área total dos estabelecimentos rurais (cerca de 2%).

Na opinião de Bianchini e Bazzoti (2022), a redução dos estabelecimentos familiares não ocorreu porque eles sumiram, mas sim porque foram equivocadamente classificados, principalmente os pequenos e os pobres. Os autores também argumentam que a exclusão de estabelecimentos familiares, pode estar relacionada a alterações metodológicas, do Censo Agropecuário de 2017 em relação ao Censo Agropecuário de 2006. No caso do município de Entre-Ijuís, a redução do número de estabelecimentos pode ter ocorrido através da incorporação das áreas de agricultura familiar, por poucos agricultores patronais, o que elevou a concentração fundiária e não resultou no surgimento ou alteração na classificação de estabelecimentos agropecuários.

No Censo 2017 era necessário que a renda familiar fosse oriunda majoritariamente do estabelecimento, o que excluía muitos que precisavam trabalhar fora a fim de complementar a renda. Aliado a isso, há o envelhecimento das populações rurais, ocasionando um aumento no número de aposentados rurais, e

também na contratação de mão de obra externa, sendo este outro critério que pode ter levado ao não enquadramento como estabelecimento familiar, pois os estabelecimentos familiares deveriam ter predominância de mão de obra familiar (BIANCHINI; BAZZOTI, 2022). Conforme os autores:

O termo “estabelecimento agropecuário” sofreu alterações metodológicas. No Censo 2017, as áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal) e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou do administrador. No Censo 2006, bastava que as áreas não contínuas do estabelecimento estivessem situadas em setores censitários diferentes para que fossem admitidas como estabelecimentos distintos, consideradas algumas particularidades quanto à existência e localização de sua sede. Outra mudança que impactou no número de estabelecimentos é que, no Censo 2006, quando identificada a existência de atividade de criação/produção agropecuária de pessoal empregado no mesmo estabelecimento em área sujeita à administração do produtor/proprietário, toda a produção foi considerada como parte do estabelecimento, e todos os dados colhidos integraram um único questionário. Caso tenha sido informado que a administração da referida criação/produção não esteve sob responsabilidade do produtor, um novo questionário foi aberto para o empregado, como se fosse um novo estabelecimento agropecuário, no qual foram registradas todas as características do estabelecimento, além de considerar esse produtor empregado como um “Produtor sem área” (BIANCHINI; BAZOTTI, 2022, p. 11).

Outrossim, mesmo a agricultura familiar sendo o modelo agrícola predominante no município, apenas 35,5% da área os estabelecimentos agropecuários entreijuienses correspondiam a estabelecimento com menos de 100 hectares (Tabela 2). Salienta-se que o módulo fiscal, de acordo com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no município de Entre-Ijuís é de 20 hectares, sendo assim a área máxima dos estabelecimentos de agricultura familiar nos enquadramentos legais é até 80 hectares. Como também se observa na comparação entre os Censos de 2006 e de 2017 que houve uma redução de mais de 4 mil hectares na área de estabelecimentos de até 50 hectares. Concomitantemente a isso, houve um acréscimo de 230% na área dos estabelecimentos com mais de mil hectares.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários em Entre-Ijuís (RS).

Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)					
	2006		2017		Variação (%)
	hectares	%	Hectares	%	
0 a <10 ha	3124	6,78	1796	3,98	-42,51
10 a < de 20 ha	5504	11,95	2782	6,16	-49,45
20 a < de 50 ha	7908	17,16	5564	12,32	-29,64
50 a < de 100 ha	4428	9,61	5889	13,04	32,99
100 a < de 200 ha	3490	7,57	4078	9,03	16,85
200 a < de 500 ha	11458	24,87	7882	17,45	-31,21
500 a < de 1.000 ha	7613	16,52	8503	18,83	11,69
> 1.000 ha	2551	5,54	8665	19,19	239,67
TOTAL	46076	100	45159	100	-1,99

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do IBGE (2006, 2017).

Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017 (Tabela 3), 92,45% dos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís possuíam menos de 100 hectares, o que representava 44,53% da área dos estabelecimentos agropecuários do município. Bem como, os estabelecimentos de até 50 hectares constituem 83,33% dos estabelecimentos de Entre-Ijuís. Entretanto, observou-se que houve uma redução de 583 estabelecimentos entre os Censos (37,93%).

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários em Entre-Ijuís (RS).

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)					
	2006		2017		Variação (%)
	hectares	%	Hectares	%	
0 a <10 ha	706	45,93	408	42,77	-42,21
10 a < de 20 ha	409	26,61	200	20,96	-51,10
20 a < de 50 ha	271	17,63	187	19,60	-31,00
50 a < de 100 ha	68	4,42	87	9,12	27,94
100 a < de 200 ha	26	1,69	29	3,04	11,54
200 a < de 500 ha	38	2,47	25	2,62	-34,21
500 a < de 1.000 ha	11	0,72	13	1,36	18,18
> 1.000 ha	2	0,13	5	0,52	150,00
TOTAL	1537	100	954	100	-37,93

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do IBGE (2006, 2017).

Adicionalmente a isso, houve um aumento de 27,92% naqueles estabelecimentos entre 50 a 100 hectares. Por outro lado, ocorreu uma redução superior a 90% no número de estabelecimentos de até 20 hectares no comparativo

entre os Censos. Além disso, no Censo de 2006, seis estabelecimentos agropecuários do município foram declarados como de produtor sem área.

Em suma, pode se constatar que a agricultura familiar e os estabelecimentos até 100 hectares equivalem a maior parte dos estabelecimentos rurais de Entre-Ijuís, no entanto, correspondem a menos de 40% da área dos estabelecimentos, evidenciando assim uma forte concentração fundiária. Sendo assim, a agricultura familiar não é predominante enquanto modelo agrícola, mas sim no que se refere ao número de estabelecimentos agropecuários.

1.2.1 Direção dos estabelecimentos agropecuários

Quanto a quem dirige os estabelecimentos agropecuários em Entre-Ijuís, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, dos 954 estabelecimentos agropecuários existentes no município 827 estabelecimentos eram dirigidos por homens (86,69%), por outro lado, apenas 124 mulheres dirigiam os estabelecimentos (13%) (Tabela 4).

Tabela 4 - Faixa etária e sexo dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís (RS).

Faixa etária e sexo dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários (2017)						
Faixa etária	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
		%		%		%
< 25 anos	8	0,84	0	0,00	8	0,84
25 a 35 anos	37	3,88	9	0,94	46	4,82
35 a 45 anos	97	10,17	12	1,26	109	11,43
45 a 55 anos	194	20,34	30	3,14	224	23,48
55 a 65 anos	229	24,00	27	2,83	256	26,83
65 a 75 anos	182	19,08	27	2,83	209	21,91
75 anos ou mais	80	8,39	19	1,99	99	10,38
Não se aplica					3	
Total	827	86,69	124	13,00	954	100

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do IBGE (2017). As porcentagens foram calculadas considerando todos os estabelecimentos do município.

Quanto a faixa etária dos dirigentes dos estabelecimentos, 900 estabelecimentos agropecuários eram dirigidos por pessoas com idade superior a 35 anos (94%), ou seja, somente 6% dos estabelecimentos (24 estabelecimentos) eram dirigidos por pessoas com idade inferior a 35 anos. Bem como, não havia nenhuma

mulher na direção de estabelecimentos com idade inferior a 25 anos, e apenas oito homens. Sendo que, a maioria dos dirigentes se encontrava na faixa dos 45 a 65 anos, com 480 estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas nessa faixa etária (50,31%).

Conforme o Censo Agropecuário de 2017, independentemente do tamanho do estabelecimento a maioria dos dirigentes são do sexo masculino (Tabela 5), sendo superior a 75% em todos os grupos de área total, além disso não há nenhum estabelecimento com área superior a mil hectares dirigido por uma mulher. De modo geral, as mulheres são responsáveis pela direção de estabelecimentos de até 20 hectares, com 92 estabelecimentos (28,2%) nesse grupo dirigidos por mulheres. Apesar disso, a maior porcentagem de dirigentes do sexo feminino (25%) encontra-se em estabelecimentos entre 500 a 1.000 hectares, no entanto, há somente doze estabelecimentos no município nessa faixa de área.

Tabela 5 - Sexo do dirigente e grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís (RS).

Sexo do dirigente e grupos de área total				
Grupos de área total	Sexo			
	Homens		Mulheres	
	nº	%	nº	%
0 a <10 ha	337	82,80	70	17,20
10 a < de 20 ha	178	89,00	22	11,00
20 a < de 50 ha	170	90,91	17	9,09
50 a < de 100 ha	82	94,25	5	5,75
100 a < de 200 ha	26	89,66	3	10,34
200 a < de 500 ha	21	84,00	4	16,00
500 a < de 1.000 ha	9	75,00	3	25,00
>1.000 ha	4	100	-	-
Total	827		124	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do IBGE (2017).

No que diz respeito, a faixa etária dos dirigentes e tamanho dos estabelecimentos por eles dirigidos (Tabela 6), constata-se que os estabelecimentos com mais de 100 hectares são dirigidos predominantemente por pessoas com idade superior a 35 anos. Adicionalmente a isso, os dirigentes com idade inferior a 25 anos somente eram responsáveis por estabelecimentos de até 50 hectares. Por sua vez, 43 dos produtores na faixa etária de 25 a 35 anos (93,4%) dirigiam estabelecimentos

de até 100 hectares. Verifica-se predominantemente os dirigentes mais velhos são encarregados pelos estabelecimentos agropecuários de maior tamanho.

Tabela 6 – Faixa etária e grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís (RS).

Faixa etária dos dirigentes e grupos de área total							
Grupos de área total	Faixa etária (anos)						
	< 25	25 < 35	35 < 45	45 < 55	55 < 65	65 < 75	> 75
0 a <10 ha	3	14	35	86	129	96	44
10 a < de 20 ha	3	12	23	48	49	45	20
20 a < de 50 ha	2	11	25	45	48	38	18
50 a < de 100 ha	-	6	15	33	12	14	7
100 a < de 200 ha	-	1	8	4	8	5	3
200 a < de 500 ha	-	1	2	5	6	6	5
500 a < de 1.000 ha	-	1	1	3	3	2	2
>1.000 ha	-	-	-	-	1	3	-
Total	8	46	109	224	256	209	99

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do IBGE (2017).

O aumento da expectativa de vida e a modernização das atividades agrícolas tem contribuído para o atraso dos jovens em assumirem a propriedade, pois os pais ainda são relativamente jovens, acarretando em conflitos de gerações, onde pais e filhos "disputam" a gestão da propriedade (SANTOS, 2019). Ademais, as tendências demográficas globais revelam uma inversão da pirâmide etária com aqueles com 65 anos ou mais constituindo o setor de crescimento mais rápido, principalmente na comunidade agrícola e nos países desenvolvidos (CONWAY et al., 2016).

No Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 70,86% das pessoas que dirigem dos estabelecimentos agropecuários tem mais de 45 anos de idade. Somente 18% dos dirigentes agropecuários no Brasil tem entre 35 a 45 anos, e não mais que 11% dos agricultores tinham menos de 35 anos. Assim como, 2% dos dirigentes dos estabelecimentos tinha idade inferior a 25 anos, ou seja, 2% dos agricultores brasileiros se enquadravam como jovens, dentro da política agrícola nacional.

Por exemplo, nos Estados Unidos, de acordo com o Censo Agropecuário realizado em 2017, constatou-se que 34% dos agricultores têm 65 anos ou mais. Outro fato observado foi o aumento da idade média dos agricultores, para 57,5 anos, com um aumento de 1,2 anos em relação a 2012, mantendo-se assim uma tendência de

longo prazo de envelhecimento da população agrícola norte-americana (CONWAY et al., 2022). Já na Europa, conforme dados de 2020 da Eurostat, apenas 10% das fazendas são administradas por agricultores com menos de 40 anos, sendo que praticamente um terço de todos os agricultores europeus têm mais de 65 anos (CONWAY et al., 2021).

O direito à aposentadoria rural passou a valer efetivamente a partir de 1992, conforme Boscardin (2017) a aposentadoria rural favoreceu a permanência das pessoas mais idosas no rural, conseqüentemente levando ao envelhecimento das populações rurais. Ressalta-se que conforme a legislação brasileira, a aposentadoria rural é um benefício concedido ao cidadão que comprovar o mínimo de 180 meses trabalhados na atividade rural, além da idade mínima de 60 anos, para homem, ou 55 anos, para mulher (INSS, 2021).

De modo que se espera que após a aposentadoria os agricultores deixem a atividade, e na existência de um sucessor, o mesmo dê continuidade na atividade agrícola familiar (CONWAY et al., 2022). Todavia, a aposentadoria rural comumente não significa uma aposentadoria propriamente dita, mas sim uma redução da participação dos mesmos dentro das atividades mais árduas da propriedade (CONWAY et al., 2022). Por exemplo, na Europa, a Política Comum Agrícola (PAC) propôs um regime de aposentadoria antecipada a agricultores, com mais de 65 anos, e o conseqüente ingresso de agricultores com idade inferior a 40 anos (ZAGATA; SUTHERLAND, 2015). O regime de aposentadoria antecipada de agricultores criado na Europa não foi eficiente no processo de rejuvenescimento da agricultura, devido a baixos benefícios de aposentadoria e resistência cultural (CONWAY et al., 2016).

Conway et al. (2022) afirma que os agricultores mais velhos possuem o desejo de permanecer ativamente engajados na agricultura, mesmo com a idade mais avançada, devido a questão de identidade, autoridade e pertencimento a comunidade agrícola, já que os mesmos enxergam a aposentadoria como uma perda da identidade pessoal deles, os deixando "sem rumo". Assim sendo, há uma certa resistência dos agricultores mais velhos em abrir mão do controle gerencial da propriedade, dificultando conseqüentemente a consolidação dos jovens como agricultores e dirigentes dos estabelecimentos rurais familiares (CONWAY et al., 2021).

1.2.2 Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários

Sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários de Entre-Ijuís houve uma redução de quase 38% entre 2006 e 2017. Em conformidade com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017), no ano de 2006 eram 3.670 pessoas ocupadas, já em 2017 haviam 2.288 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários.

Em 2017, mais de 82% das pessoas ocupadas apresentavam laço de parentesco com o proprietário (1.877 pessoas), apenas 18% (414 pessoas) não possuíam laço de parentesco, sendo na sua maioria de trabalhadores permanentes (343 pessoas). Ainda sobre o pessoal ocupado com laço de parentesco, 1.277 eram homens (65,4%) e 647 eram mulheres (34,5%).

1.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES FAMILIARES DOS ENTREVISTADOS

O tamanho das propriedades das famílias dos jovens entrevistados variou entre 16 a 100 hectares. No entanto, oito jovens comentaram que uma parcela da área era arrendada, por exemplo, uma das entrevistadas relatou que a família só possuía 6 hectares próprias, as demais (aproximadamente 30 hectares) eram arrendadas. Em adição a isso, apenas cinco jovens não relataram que a família arrendasse terras, cultivando somente áreas próprias.

Todos os jovens entrevistados relataram que a principal atividade econômica da família é o cultivo da soja, alguns também citaram os cultivos de canola, milho e trigo, sendo o cultivo de grãos era a principal atividade econômica de todas as propriedades. Dado que em sete propriedades a produção de grãos era a única atividade econômica da propriedade familiar. Além disso, a cultura da soja é a principal cultura agrícola do município, cultivada tanto por agricultores familiares, quanto por agricultores patronais.

Cinco propriedades desenvolviam a bovinocultura de leite como atividade produtiva. Apenas dois entrevistados citaram trabalhar com pecuária de corte, como uma atividade comercial. Bem como, vários jovens comentaram que possuem na propriedade bovinos (tanto de corte como de leite), galinhas e porcos voltados apenas para o consumo familiar.

Em uma das propriedades recentemente foi cessado o cultivo comercial de batata-doce, devido ao furto dos bois, o que os levou a migrarem para a pecuária leiteira, conforme relato abaixo:

Nós começamos ano passado com o leite, em março. Fizemos uns briques meio loco, porque nós 'lidava' com batata doce, daí roubaram a junta de boi do pai. O pai não conseguiu mais uma junta que prestasse. [...] Aí foi uma coisa atrás da outra, veio a seca, daí não tinha muda pra planta, e nem como plantar, decidimos parar (Joana, 24).

Por sua vez, em outra propriedade há menos de um ano, iniciou-se o cultivo de morangos semi-hidropônicos. A primeira estufa foi comprada de um familiar e já estava em produção quando foi adquirida, conforme o relato de Isabel: “foi uma ideia em conjunto do sogro e dos dois filhos, [...] seria uma renda extra para todos nós”. Em virtude dos resultados positivos eles já estão realizando a ampliação das estufas, de três mil para seis mil pés de morangos. Além disso, o cunhado deixou o trabalho assalariado no meio urbano para auxiliar com os morangos, pois ele foi um dos principais idealizadores do investimento familiar com os morangos.

Outrossim, Miguel relatou que a mãe comercializa pães na feira municipal, segundo ele “como se fosse uma padaria, agroindústria”. Já a mãe de Laura, além de agricultora também trabalha como agente comunitária de saúde no município. Ademais, o companheiro de Joana trabalha em uma metalúrgica próxima a propriedade da família. Bem como, alguns jovens também conciliam a vida como agricultores juntamente com outras atividades.

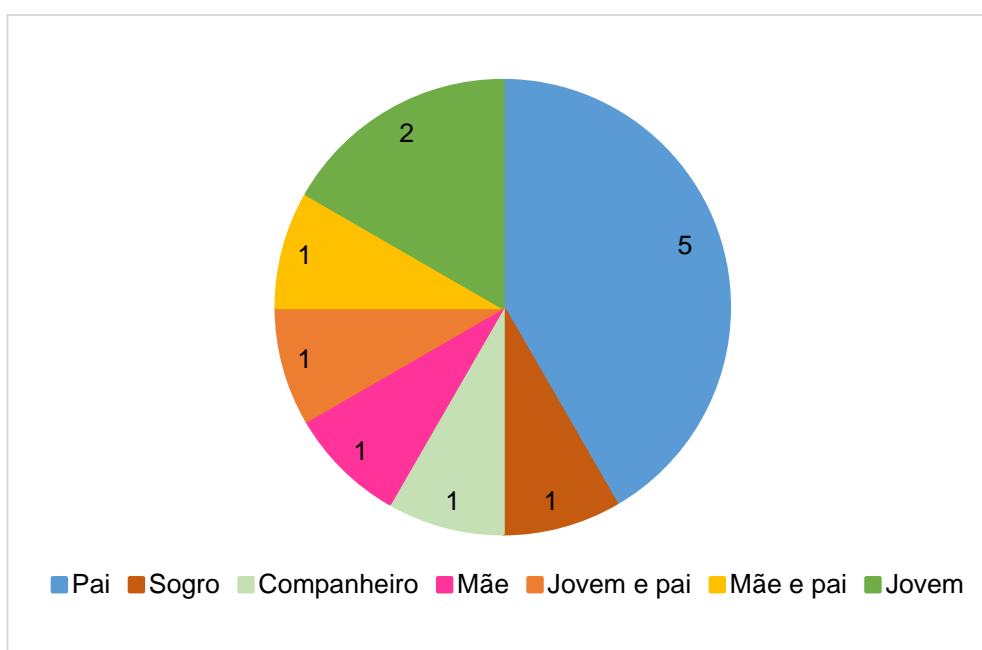
Referente a localização das propriedades da família dos entrevistados, em conformidade com as Zonas Sócioagroambientais estabelecidas por Prestes (2016): três dos entrevistados eram de propriedades localizadas na Mata 01; cinco entrevistados vivam em propriedades situadas na Mata 02; e cinco viviam na Zona Sócioagroambiental Campo. Além disso, uma das entrevistadas a família possuía áreas de terra localizadas no Campo e na Mata 02, mas a casa localiza-se no Campo.

Menciona-se também que alguns entrevistados se mudarem de Zona Sócioagroambiental após o casamento, dois migraram da Zona Sócioagroambiental Campo para a Mata 02; e uma entrevistadas após o casamento saiu da Mata 02 para a Mata 01.

1.3.1 Gestão das propriedades dos entrevistados

Em sete propriedades o gestor era o pai, ou o sogro ou o marido, em todos os casos representado pela figura masculina (Figura 3). Em duas propriedades foi relatado haver uma gestão conjunta entre o pai e a mãe. Somente um jovem relatou que ele e o pai eram os gestores. Uma única propriedade tinha a mãe como gestora. Além disso, apenas dois dos jovens entrevistados já são os gestores da propriedade. Observa-se um domínio masculino na gestão, além de que na maioria dos casos a gestão é responsabilidade de exclusiva de um indivíduo.

Figura 4 - Gestão das propriedades dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme relato de Miguel, o pai é o gestor, ele e o avô que também trabalham na propriedade são como “peões”. Há aproximadamente cinco anos o pai assumiu efetivamente como gestor, até então o avô era responsável pelos financiamentos e pela gestão da propriedade. Miguel também contou que a propriedade era do bisavô e foi sendo expandida pelas gerações que o sucederam.

Referente aos jovens gestores, Augusto assumiu a gestão da propriedade após o casamento, devido ao sogro ser falecido há muitos anos e a sogra ter transferido o controle da propriedade que era até então responsabilidade dela para o genro. Quando o pai faleceu a esposa de Augusto tinha sete anos e era filha única, a sogra viúva permaneceu “tocando” a propriedade, manteve-a e a desenvolveu,

posteriormente incentivou a filha e o genro a permanecerem e apoiando e auxiliando os mesmos. Além disso, quando preciso a sogra de Augusto vai até a propriedade cuidar do neto pequeno, para que ele e a esposa possam trabalhar na lavoura. Segundo ele: “a perda dos pais leva ao amadurecimento forçado”, pois ele perdeu a mãe aos 15 anos e a esposa perdeu o pai aos 7 anos.

Roberto, por sua vez, precisou assumir a gestão da propriedade por questões de saúde do pai, que precisou ausentar-se da propriedade, devido a diabetes elevada, ele perdeu a visão e ficou cego. Juntamente a isso, houve também a necessidade da mãe de cuidar dos pais (avós maternos do jovem entrevistado) que vivem na área rural de um município vizinho. De modo análogo, Savian (2014) comenta que questões de saúde dos pais, que impossibilitam ou dificultam a direção do estabelecimento, é um dos principais motivos que levam os filhos a assumirem a gestão das propriedades.

Quando perguntado sobre como foi para ele assumir a responsabilidade de gerir a propriedade, Roberto respondeu o seguinte: “como sempre estava no meio lidando sempre nas lavouras, não foi pego tão desprevenido, mas deu meio que um susto”. Como também complementou dizendo que foi tranquilo graças ao apoio de Alice, a noiva, que atualmente vive com ele na propriedade e também participou da entrevista.

De modo que, através dos relatos dos jovens que já assumiram a gestão da propriedade, pode se constatar a importância do apoio familiar e da socialização dos jovens nas atividades agrícolas. A família é a primeira socialização profissional dos jovens rurais e tem um papel decisivo no caminho que eles vão ou não traçar (BIEGER, 2017). Em razão disso, a socialização dos jovens desde a infância na atividade agrícola é ponto fundamental para o sucesso do processo sucessório, pois assim o jovem passa a se interessar pela atividade e esteja preparado para quando chegue sua vez de assumir (BRUMER; ANJOS, 2012; BREINTENBACH; CORAZZA, 2020).

Bieger (2017) em seu estudo sobre as trajetórias familiares em Coronel Barros (RS), apurou que os ensinamentos e a socialização na atividade agrícola, já começam com os filhos pequenos independente do sexo, onde os filhos observaram diariamente o trabalho dos pais, realizavam tarefas simples de acordo com a idade, e à medida que cresciam, o trabalho na propriedade se intensificava.

Além disso, observa-se que a existência de uma mulher disposta a casar-se com um agricultor torna esse processo menos árduo. De acordo com Kummer (2017), em sua pesquisa no Oeste Catarinense, alguns entrevistados comentaram que dificilmente um rapaz vai sair sozinho comprar terra e trabalhar, que ele precisa de uma companhia, contudo, é difícil de encontrar uma mulher disposta a casar-se com um agricultor. Por sua vez, essa companhia relatada pelo jovem, não se refere apenas a uma companhia relacionada a sentimentos, mas sim de força de trabalho, como afazeres domésticos e trabalho na lavoura/ordenha. Outros jovens relataram que uma esposa também permitia a economia de não contratação de empregados, pois ela seria uma mão de obra que não seria necessário pagar, ou seja, uma “ajuda” não remunerada (KUMMER, 2017).

Outrossim, realizou-se perguntas aos filhos sobre como os pais-gestores recebiam as sugestões e comentários dos filhos sobre a propriedade. De modo geral, todos falaram da boa aceitação do gestor quanto as ideias e que eram ouvidos. Também comentaram que o próprio pai ou gestor da propriedade consultava tanto os filhos como a esposa, antes de tomar decisões sobre o futuro da propriedade, como por exemplo, a aquisição de um novo trator. Para Bieger (2017), o fato de os jovens terem o direito de opinar nas decisões da propriedade lhes proporciona uma realização pessoal e uma certa autonomia, sendo que a ausência dessa autonomia pode fazer com que os jovens busquem um trabalho assalariado urbano.

Os jovens rurais entrejuienses entrevistados do sexo masculino participam mais ativamente das decisões da propriedade, apesar disso, as jovens mulheres quando participam relataram serem ouvidas. Semelhantemente a isso, em estudo realizado por Breitenbach e Corazza (2020), com jovens filhos de agricultores no Rio Grande do Sul, as autoras apuraram que 40,6% dos jovens homens participam da tomada de decisão dentro da propriedade, referente as moças apenas 13,9% participam.

Por outro lado, um dos entrevistados salientou que concretização da sugestão dependeria diretamente da existência de condições financeiras para tal, mas caso existisse condições para a realização de determinada ideia, isso aconteceria. Entretanto, o mesmo jovem comentou também sobre as dificuldades para investir na propriedade, alegando que falta um melhor suporte financeiro do governo para investimentos, principalmente devido aos juros que frequentemente sobem.

1.3.2 Mão-de-obra e remuneração

Em relação a mão-de-obra utilizada nas propriedades, somente em duas há utilização de mão-de-obra externa esporadicamente. Em um dos casos, na propriedade de Roberto e Alice, ocorre uma troca de serviços entre vizinhos, no qual eles ajudam e recebem auxílio, quando necessário. Já no caso da família de Pedro, eles contratam alguém para auxiliar quando preciso. Nas demais propriedades, a mão-de-obra é exclusivamente familiar, variando conforme a composição das famílias e das atividades desenvolvidas.

Conforme Vieira (2016) quando se debate a agricultura familiar, a família tem um papel fundamental na organização do trabalho, desde o processo de planejamento, execução e até a decisão de como fazer a comercialização de seus produtos. De forma que, acontece rearranjos conforme a disponibilidade de mão de obra, objetivando empregar e produzir renda a todos, esse rearranjo ocorre com retorno de um dos filhos, ou com o ingresso de um novo membro a família, após o casamento (VIEIRA, 2016). Além disso, na agricultura familiar, desde muito cedo, os filhos e filhas são inseridos nas atividades laborais, e gradativamente vão assumindo atribuições de maior relevância (SILVESTRO et al., 2001).

Dentro os entrevistados, somente três jovens, todas do sexo feminino (Heloisa, Helena e Laura), relataram não participarem ativamente das atividades relativas à propriedade. Duas delas trabalham na cidade e a outra está estudando. Apesar disso, duas delas se declararam agricultoras pela inclusão no bloco de produtor rural dos pais.

Heloisa é casada, após o casamento passou a viver na cidade, e o marido trabalha como caminhoneiro. Antes do casamento, ela deslocava-se diariamente do interior para trabalhar na cidade, porém, a casa de sua família localiza-se a menos de 10 minutos da cidade, facilitando o deslocamento. Ademais, Heloisa também relatou que ajudava no passado, mas ao ingressar na faculdade e começar a trabalhar na cidade, parou de ajudar.

Já Helena comentou que passa os finais de semana no interior, mas devido ao seu trabalho na área urbana precisou ir morar na cidade. Inclusive, ela relatou que não trabalha efetivamente na propriedade, mas ajuda.

[...] no que eu posso auxiliar, eu auxílio. Se eu tô em casa, as vezes eu ajudo, mas tipo assim coisas básicas, puxar silagem, dar mamadeira para os terneiros, mas nada muito além disso (Helena, 23).

O mesmo relato de apenas ajudar na propriedade foi dado por Laura, que comentou que ajuda a tirar leite, alimentar porcos e galinhas, e recolher ovos. Contudo, nenhuma dessas atividades participa diretamente da renda da família, que é baseada no cultivo da soja.

O trabalho doméstico é responsabilidade feminina, todavia o mesmo não é compreendido como um trabalho produtivo. Entretanto, em propriedades rurais familiares, não é simples distinguir trabalho doméstico de trabalho produtivo, pois o trabalho produtivo é um conceito funcional nos sistemas de produção capitalista, e o sistema de produção da agricultura familiar não se enquadra nessa forma de classificação (PAULILO, 2004). Por sua vez, a atividade doméstica compreende a limpeza da casa, cozinhar, cuidar das crianças, trabalhos nas hortas, no quintal e com pequenos animais e ordenha, contudo, essas atividades não são consideradas trabalho produtivo (BRUMER e ANJOS, 2012).

No caso das jovens, que possuíam um irmão do sexo masculino, elas comentaram que o irmão tem maior participação direta nas atividades produtivas, ou seja, naquelas relacionadas a lavoura, como dirigir trator, plantar, regular plantadeiras. Já as irmãs ficavam com responsabilidades domésticas e/ou relativas, como tirar leite, tratar animais, recolher ovos. Ao contrário dos relatos dos entrevistados do sexo masculino, algumas das jovens mulheres entrevistadas denominaram a sua participação na propriedade como uma ajuda ou auxílio.

Quanto a participação nas atividades agrícolas, Breitenbach e Corazza (2020), averiguaram que 69,0% dos jovens filhos de agricultores gaúchos homens relataram participar e 40,6% das jovens mulheres, o que demonstra uma maior participação masculina tanto nas atividades quanto na tomada de decisões.

Semelhantemente a isso, Kummer (2017) comenta que os rapazes geralmente acompanham o pai nas atividades “produtivas”, já as moças acompanham a mãe nas atividades domésticas ou organizativas. Assim sendo tradicionalmente, os jovens desempenham papel de ajudantes dos pais nas propriedades (patriarcalismo), as tarefas femininas limitam-se aos afazeres domésticos e “auxílios” (TROIAN et al., 2011).

De acordo com Paulilo (2004), os homens são responsáveis pelo trabalho “pesado” e as mulheres pelo “leve”, porém, todo o trabalho feito pelas mulheres independente do esforço gasto, da exaustividade ou da insalubridade, era visto como “leve”. Atribui-se as mulheres os trabalhos “auxiliares”, mesmo que comumente eles sejam realizados pelos homens (LANGBECKER, 2017), quando ela assume trabalhos produtivos, muitas vezes tem seu trabalho desvalorizado (RAUBER, 2010). Por outro lado, as mulheres que assumem papel mais participativo dentro das propriedades, comumente recebem comentários de que “parecem homens”, fortalecendo assim as definições dos papéis sociais dentro do rural (KUMMER, 2017).

Se a esposa auxilia o marido na lavoura contribui com o trabalho produtivo independente de ser para consumo próprio ou comercial, entretanto, se a mesma cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico, mesmo que esporadicamente comercialize-se os ovos. Outrossim, acredita-se que o tempo que a mulher gasta com o trabalho doméstico é um tempo perdido que poderia ser usado em trabalhos produtivos (PAULILO, 2004).

Além disso, ressalta-se que as mesmas três jovens que relataram a sua participação como ajuda na propriedade são as únicas que não desejam permanecer na atividade agrícola. De modo que, a percepção de que a sua participação na atividade rural é uma mera ajuda, desmotiva o desejo em permanecer na agricultura (RAUBER, 2010; BREINTENBACH; CORAZZA, 2020).

No Reconcavo Baiano, Ferreira e Anjos (2022) observaram que muitos jovens não se declararam como agricultores, ou seja, não tem o trabalho agrícola como ocupação, mesmo vivendo no meio rural. Isso demonstra que o trabalho agrícola não está sendo atrativo aos jovens ao ponto de criar um pertencimento ocupacional.

Quando indagados sobre receberem alguma remuneração pelo trabalho na propriedade nenhum dos jovens relatou receber algo fixo, apenas que os pais os ajudam nos gastos e custeiam a faculdade, como uma das jovens disse os pais a “sustentam”. Heitor também disse que não remuneração fixa não, “mas me incluo na parte lucrativa das atividades”.

Miguel contou que “não tem uma remuneração fixa, como é um trabalho em família meu pai está sempre me ajudando no que precisa. [...] A faculdade é paga diretamente com o dinheiro da colheita”. Em adição a isso, Miguel também comentou que acreditava que a existência de uma remuneração fixa não seria algo positivo para ele.

A divisão dos recursos gerados na propriedade, de modo geral, concentra-se sob o controle paterno, onde os recursos são indivisíveis e o pai detém o controle dos mesmos (TROIAN et al., 2011; SAVIAN, 2014), o que obriga aos filhos dependerem do pai quando precisam de dinheiro (SAVIAN, 2014), ou também levando os jovens a buscarem o trabalho assalariado urbano (TROIAN et al., 2011). Em virtude disso, a divisão e participação na renda das unidades de produção familiar é uma das principais reivindicações dos jovens para minimizar as desigualdades geracionais na hierarquia familiar, e por conseguinte, favorecer a sucessão (BIEGER, 2017).

No caso da propriedade de Isabel, ela contou que os lucros são divididos, entre o sogro e os dois filhos, o esposo de Isabel é o filho mais novo, o jovem casal e os sogros moram na propriedade, já cunhado de Isabel, o filho mais velho mora na cidade com a noiva e participa principalmente das atividades relacionadas ao cultivo dos morangos. Os rendimentos obtidos com o leite ficam com o esposo dela e o sogro. Já a lavoura de verão, a maior parte do lucro fica para o sogro e uma pequena porcentagem ao marido dela. Os cultivos de inverno, o gado de corte e os morangos são divididos igualmente.

Davi comentou que o pai o deixou responsável por um “quadrinho”, o qual ele cuida e posteriormente recebe o valor dessa área, sendo que ele comprou um carro com o dinheiro oriundo dessa área e do que recebe por ajudar na propriedade. Ele também comentou que “pai só não deixa ele passar veneno” nessa área, por considerar uma atividade perigosa para ele.

Do mesmo modo, Bieger (2017) relata que três famílias por ela estudadas em Coronel Barros, destinaram uma parte da renda ou de uma atividade da propriedade familiar aos jovens. Em Agudo e São Miguel das Missões, Da Silva (2015) averigou que quase todos os jovens possuíam uma renda própria, recebendo uma parte do rendimento da atividade específica que ficava a seu encargo, como por exemplo, a produção de leite de determinado número de vacas, contudo, as mulheres mesmo que participem das atividades ditas como produtivas, não recebem um valor pré-estipulado para tal.

Bieger (2017) afirma que destinar parte da renda aos jovens, ou administrá-la em conjunto pode ser uma possibilidade para resolver a problemática quanto o desejo dos jovens em possuir uma renda própria e o seu próprio espaço de aprendizado.

CAPITULO II – JOVENS RURAIS

O presente capítulo trata sobre a juventude rural, em especial a juventude rural de Entre-Ijuís. Inicialmente, será abordado sobre os conceitos e definições de juventude e de juventude rural, bem como a maneira que essa categoria é construída, abordando desafios e políticas públicas. Depois, apresenta-se a caracterização geral dos jovens rurais entreijuienses entrevistados; e por fim debate-se os desafios enfrentados pela juventude rural e quais são os projetos futuros dos jovens participantes.

2.1 JUVENTUDES

A juventude representa uma fase da vida, situada entre a infância e a idade adulta, sendo um período de transição, no qual ocorrem um conjunto de mudanças em diferentes aspectos da existência humana, como mudanças físicas e comportamentais (WEISHEIMER, 2009; KUMMER; COLOGNESE, 2013).

No ponto de vista de Weisheimer (2009), um dos principais desafios a quem estuda sobre a categoria juventude é a maior precisão conceitual e analítica da categoria. Em adição a isso, a definição do termo juventude é divergente e imprecisa, não havendo um consenso universal sobre a terminologia (TROIAN et al., 2011).

Carneiro (1998) destaca que os jovens estão em uma fase de construção de identidade. A construção identitária para Da Silva (2015, p.64) ocorre por meio: “das suas vivências cotidianas, das trocas nas comunidades, dos conhecimentos construídos na família, etc.” Além disso, a autora cita que as condições culturais e sociais que a criança vive, bem como as questões de relações étnicas, de classe e gênero afetam diretamente a identidade individual (DA SILVA, 2015).

Assim sendo, a juventude é fruto das relações econômicas, históricas e sociais do qual faz parte, devendo se considerar tanto a dimensão simbólica como os aspectos fáticos e materiais onde a categoria social juventude é construída (VETTORASSI, FERREIRA, SOFIATI; 2021). Foraccini (1965, 1972 apud DA SILVA, 2015) comenta que cada sociedade constitui o jovem a sua imagem, e que a categoria juventude é peça fundamental na autoimagem, referente aos problemas da própria organização social.

De modo geral, o marco inicial da juventude coincide com a conclusão do desenvolvimento cognitivo da criança e com o início da puberdade (WEISHEIMER, 2009). A faixa etária que compreende a juventude diverge, pois são vários os critérios utilizados no seu estabelecimento, assim sendo a definição etária de juventude é uma construção social (WEISHEIMER, 2009).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como jovem aquele com idade de 15 a 24 anos, período no qual acontece o processo de preparação para que os jovens assumam o papel de adultos na sociedade. Já em alguns países, como o Japão classificam como jovem indivíduos com idade até 35 anos (WEISHEIMER, 2009). No Brasil, os enquadramentos para acesso ao Pronaf Jovem definem como jovens aqueles com idades de 16 a 29 anos (MARIN, 2020).

De acordo com a lei estadual nº 11.361, de 27 de julho de 1999, no Rio Grande do Sul considera-se como juventude rural, filho de agricultor, proprietário, meeiro, arrendatário ocupante, assalariado ou assentado rural, o indivíduo com até 35 anos de idade, cujas atividades estejam ligadas majoritariamente à agropecuária. Essa mesma lei também instituiu o dia 15 de julho como o dia estadual da juventude rural, (RIO GRANDE DO SUL, 1999), contudo a lei não estabelece uma idade inicial para a juventude.

Conforme Bourdieu (1983), as divisões entre as idades são arbitrárias, bem como, as relações entre a idade social e a idade biológica são complexas. As classificações por idade (como também por sexo ou classe) acabam impondo limites, gerando uma ordem e “rotulando” onde cada um deve se manter socialmente (BOURDIEU, 1983).

Segundo Vieira, Radomsky e Wives (2017) não é possível considerar como jovens apenas aqueles com idade entre 15 a 29 anos, pois o “ser jovem” ultrapassa o conceito de idade, ou até mesmo a ideia de que é uma fase da vida. Tanto o início como o término da juventude envolvem um conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos, individuais e sociais, que variam em cada grupo social (WEISHEIMER, 2009).

Bourdieu (1983) afirma que a juventude e a velhice não são dadas, mas sim construídas socialmente na luta entre os jovens e os velhos. Logo, tratar os jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente apresenta-se como uma manipulação evidente, sendo necessário ao menos compreender as

diferenças entre as juventudes, porque os jovens são construídos através do meio em que vivem, desde o local, grupo familiar, aspectos econômicos e culturais (BOURDIEU, 1983).

No decorrer da juventude, surgem muitos conflitos geracionais, sendo que esse período é socialmente visto como uma fase problemática e de “rebeldia” (WEISHEIMER, 2009; KUMMER; COLOGNESE, 2013). A juventude por si só é um período conflituoso, no qual os indivíduos enfrentam diversas mudanças, sejam elas corporais e psicossociais, dentre outras (TROIAN et al., 2011). Comumente, associa-se juventude a um período de crise, irresponsabilidade e problema social, como abuso de drogas e álcool, delinquência e gravidez (DA SILVA, 2015). Portanto, ser jovem carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, de modo que, a juventude é uma categoria marcada por relações de hierarquia social, onde o jovem vive “submisso” às autoridades familiares e é “invisibilizado” socialmente (CASTRO, 2009).

Durante a juventude, também acontece um processo de afirmação social de individualidade, no qual a busca por autonomia, através da inserção progressiva no trabalho, através da incorporação de novas responsabilidades jurídicas, familiares e sociais. Aliado a isso, o indivíduo passa a ser mais reflexivo, consolidando a sua própria identidade e a sua concepção do mundo (WEISHEIMER, 2009). Como Carneiro (1998) ressalta os jovens estão em uma fase de construção de identidade.

Por ser vista, como uma época de transição, a juventude assemelha-se a um rito de passagem, sendo uma fase anterior ao casamento, a chegada dos filhos ou ao acesso ao mercado de trabalho, dado que no rural o casamento comumente é um marco de passagem do fim da juventude e início da vida adulta (MARTINS, 2021).

Carneiro (1998) definiu como jovem, aquele que está em preparação para o ingresso no mercado de trabalho e que ainda não constituiu uma família autônoma (casamento), todavia a autora também comenta que esses critérios são frágeis, ambíguos e elásticos.

Entretanto, na sociedade contemporânea há uma tendência de ampliação do período de juventude, motivado pelo alongamento do período de escolarização, bem como maior dificuldade e demora na inserção de boa parte desse grupo no mercado de trabalho. Em adição a isso, há o adiamento de matrimônios e de constituição de uma nova família, eventos que geralmente marcam o “fim” da juventude (WEISHEIMER, 2009).

Outra definição frequentemente utilizada quando se trata da categoria juventude, é de que os jovens são “a próxima geração”, carregando também a ideia da juventude como “etapa”, ou seja, como “fase de transição da vida”, sendo que o jovem é entendido como um “sujeito em construção” (BERWALDT, 2018). Dessa forma, a juventude também desempenha papel de mudança, como agente transformador, como uma conexão entre passado e futuro, já que através dela a sociedade se renova permanentemente (WEISHEIMER, 2009).

Porém, conforme Castro (2009) não basta reconhecer a importância do jovem como agente de transformação da sociedade, sem proporcionar ferramentas para isso ou compreender como os jovens enxergam esse papel a eles “destinado”. O jovem é sujeito de sua história, onde ele deve estar presente na constituição de políticas públicas (STEIN et al., 2019).

Em suma, tanto jovens rurais como urbanos não são iguais ou generalizantes, são diversos, pois são oriundos de diferentes processos de socialização nos quais estão inseridos, já que o ser jovem é parte de um processo de construção social, histórica e cultural (WEISHEIMER, 2013).

2.1.1 Juventude rural

A categoria juventude rural é bastante genérica e heterogênea, pois refere-se a jovens não-urbanos, representando tanto jovens que trabalham e vivem no rural, como aqueles que trabalham no rural, mas vivem no urbano, logo a categoria jovem rural é plural (MARTINS, 2021). Para Weisheimer (2013) não existe uma única juventude rural, mas sim várias, há jovens quilombolas, jovens agricultores rurais, jovens assalariados rurais e jovens assentados.

Por sua vez, Kummer e Colognese (2013) conceituam que o jovem rural é aquele que não apenas reside no meio rural, mas que vivencia, participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos para as atividades agrícolas realizadas no estabelecimento. Os autores também alertam que nem todos os jovens que vivem no meio rural realizam essas práticas, nem se identificam como agricultor.

Conforme Martins (2021), o início dos estudos sobre juventude rural no Brasil, ocorreu na segunda metade da década de 1990, no qual os estudos visaram entender as problemáticas referentes ao processo de sucessão rural. Posteriormente, na

segunda metade dos anos 2000, a temática juventude rural voltou-se ao estudo de políticas públicas e ao entendimento das causas da permanência dos jovens no campo. O que demonstra que há uma dicotomia entre os estudos, de um lado o "projeto individual" dos jovens e do outro o "projeto familiar", além de haver a oposição entre o rural e o urbano e "ficar ou sair" do campo (MARTINS, 2021).

Os estudos sobre jovens rurais se concentram nas temáticas de migração e sucessão familiar, sendo que ambas estão diretamente relacionadas a aproximação do campo e da cidade, geradas pela modernização da atividade agrícola (SANTOS, 2019). Weisheimer (2005) definiu quatro linhas temáticas nos estudos sobre juventude rural: juventude e educação rural; juventude rural, identidades e ação coletiva; juventude rural e inserção no mercado de trabalho; e juventude e reprodução social na agricultura familiar, sendo esse último a linha temática mais debatida.

Além disso, as definições do que é rural variam em cada país, por exemplo, no Brasil e Equador há uma simples delimitação administrativa, sendo definida como urbana as sedes dos municípios e distritos. Na Colômbia, República Dominicana, El Salvador e Paraguai, as áreas rurais devem se encontrar fora da "cabecera municipal". Na França, Chile e Israel, a definição rural está relacionada com o critério de ocupação da mão de obra na agricultura. Já na Espanha, Portugal, Itália e Grécia, o rural é onde há menos de 10 mil habitantes e se localize a uma certa distância dos centros metropolitanos. Já na Argentina, México e Bolívia, a população máxima da localidade deve ser em torno de 1.000 a 2.500 habitantes (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019).

De modo geral, o rural é visto como um local de baixa densidade populacional e distante das grandes áreas urbanas (CELLA; QUEDA; FERRANTE, 2019). Para Veiga (2003 apud WEISHEIMER, 2013) aquelas cidades com população inferior a 20 mil habitantes não deveriam apresentar uma distinção entre o urbano e o rural, sendo apenas formada por uma população rural.

2.1.2 Rurbanização dos jovens rurais

Há uma tendência global de urbanização, onde os jovens são desencorajados a permanecerem no rural, devido à falta de perspectivas econômicas e de serviços públicos básicos, como a educação (PEÑA-TORRES; REINA-ROZO, 2022). A juventude rural está inserida em um contexto de dificuldades na produção

agropecuária e com a percepção de que a vida urbana é mais valorizada e melhor (SAVIAN, 2011).

Weisheimer (2015) alega que a categoria juventude rural é elaborada através de uma ótica urbana que percebe o rural como um espaço da precariedade social, o que pode contribuir para perpetuar a invisibilidade dos jovens agricultores familiares e de outras juventudes rurais, na medida em que não reconhece as especificidades das diversas situações do público juvenil.

Conforme May et al. (2019), várias explicações que têm sido dadas para a diminuição do número de jovens agricultores, com destaque para o fato de os jovens enfrentam barreiras que os impedem de entrar no setor agrícola, barreiras estas causadas pelos altos preços da terra, dificuldade de acesso a crédito e baixo apoio político, além das problemáticas relacionadas a sucessão rural.

Os meios de comunicação proporcionaram que houvesse uma maior proximidade entre os jovens rurais e urbanos (WEISHEIMER, 2009; TROIAN et al., 2011). Sendo que, através da modernização e do desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, aconteceu a aproximação entre o rural e o urbano, favorecendo assim a absorção de costumes dos jovens urbanos pelos jovens rurais (SANTOS, 2019).

Por conseguinte, o contato com jovens de origem urbana, leva ao surgimento de novos valores, mudando o padrão de comportamento dos jovens das novas gerações e as suas aspirações individuais quanto ao estudo e ao trabalho (CARNEIRO, 1998; VETTORASSI; FERREIRA; SOFIATI, 2021). No qual, as gerações atuais de jovens rurais vivem em uma realidade diferentes das gerações passadas, em um mundo globalizado, no qual há ampliação dos horizontes culturais e sociais, permitindo que os jovens repensem suas identidades e perspectivas futuras (TROIAN et al., 2011).

O que resultou em mudanças nas percepções do mundo e nos planos futuros dos jovens rurais, os quais reivindicam seu lugar na sociedade, buscam autonomia e renda própria e fixa (salário) (SANTOS, 2019), geralmente levando os jovens a buscarem o trabalho assalariado urbano, pois nas propriedades familiares, comumente os recursos são indivisíveis e o pai detém o controle dos mesmos (TROIAN et al., 2011).

De modo que, a socialização dos jovens rurais em espaços urbanos é uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que apresenta outras alternativas e possibilidades,

está permeada pelas relações hierárquicas entre o rural e o urbano (DA SILVA, 2015). Os jovens rurais atualmente ainda mantêm laços que os prendem ao rural, mas paralelamente a isso, tem sua autoimagem refletida na cultura urbana (STEIN et al., 2019).

Carneiro (1998) denomina esse processo de rurbanização, onde os jovens rurais repensam suas identidades sociais, e passam a enxergar possibilidades além da vida no campo, buscando assim novos padrões sociais. Nesse processo, os jovens rurais buscam construir uma identidade nova, onde continuam a cultivar a cultura de origem, porém, desejam se “modernizar”, onde simultaneamente querem ser iguais e diferentes aos jovens das cidades e aos jovens locais (CARNEIRO, 1998).

Entretanto, hoje é possível encontrar também no rural muitas das antigas comodidades que antes eram de exclusividade do meio urbano. Bem como, muitas novas atividades no meio rural têm emergido em decorrência de uma demanda de pessoas estressadas dos ambientes urbanos, ávidas por reencontrar o “paraíso” que um dia perderam. Apesar disso, o meio urbano ainda continua exercendo um atrativo preferencial de muitos jovens que vivem no campo (BERWALDT, 2018).

2.1.3 A juventude rural: entre o ficar e o sair

As decisões dos jovens não podem ser analisadas como escolhas isoladas, mas sim oriundas de um contexto social, muitas vezes extremamente rígido, onde migrar passa a ser uma tentativa de fuga da hierarquia e da autoridade familiar (DA SILVA, 2015). A vida urbana pode se apresentar aos jovens rurais como uma oportunidade de lazer, entretenimento, saúde, educação e liberdade, por outro lado, também representa insegurança aos jovens em virtude do afastamento do núcleo familiar (SAVIAN, 2014).

A dualidade do ficar e sair é fortemente conectada ao incentivo e apoio dos pais para que os filhos estudem e, também busquem um trabalho urbano e assalariado, sendo que o estudo também representa mobilidade social, onde a condição de trabalhador rural é vista como inferior (CASTRO, 2013). Assim sendo, as opções entre o ficar ou sair são dadas aos jovens, que inseridos em um contexto social, decidem e agem. Dado que a decisão dos jovens é resultado dos interesses, propósitos, objetivos, finalidades e intenções do indivíduo, todavia é diretamente influenciada pelo contexto social no qual o jovem está inserido (SAVIAN, 2014).

Os jovens agricultores familiares comumente amadurecem socialmente mais rápido, do que outros jovens que se tem sua inserção de forma mais tardia nas atividades produtivas (WEISHEIMER, 2009), desde muito cedo, na agricultura familiar, os filhos e filhas são inseridos nas atividades laborais, e gradativamente vão assumindo atribuições de maior relevância (SILVESTRO et al., 2001). Entretanto, os jovens rurais tendem a apresentar uma inserção mais tardia quando se refere a questões de autonomia social, devido ao caráter patriarcal ainda presente no meio rural (WEISHEIMER, 2009).

Conforme Castro (2009), a autoridade paterna cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens por meio das relações familiares e demais redes sociais, em especial para as mulheres. Esses mecanismos se estendem tanto para os locais que frequentam, como para com as pessoas que se relacionam, seja através da escolha dos namorados ou até mesmo da proibição do namoro, sendo que isso vai muito além da preocupação com a exposição a violência urbana. Além disso, esse controle não acontece apenas por um período ou idade, mas é exercido enquanto o jovem viver com os pais, principalmente no caso das filhas. De forma que, a saída do campo transforma-se em uma possibilidade de autonomia pessoal e de uma “libertação” do controle familiar (CASTRO, 2009).

No ponto de vista de Rauber (2010), há distinções entre os gêneros na juventude rural gaúcha, onde os rapazes recebem um tratamento privilegiado dos pais em relação as moças quanto à liberdade e à questão produtiva, além de maior reconhecimento e participação dos mesmos dentro da propriedade. Geralmente, após completar 18 anos, o rapaz ganha um carro ou uma moto da família, como recompensa pelo seu trabalho. Todavia, mesmo que a moça ajude na propriedade, ela não recebe gratificações semelhantes.

Da Silva (2015) menciona os bailes e festas comunitárias, como os espaços de lazer no meio rural. Esses eventos são realizados pelas organizações comunitárias, visando captar recursos para a manutenção dos equipamentos sociais existentes no meio rural. Todavia, cada vez menos eventos desses tem ocorrido, devido ao distanciamento geográfico (DA SILVA, 2015), bem como, ao envelhecimento das populações rurais e ao menor número de pessoas vivendo no rural, o que reduziu o tamanho das comunidades. Conseqüentemente, torna-se difícil a organização desses eventos, o que levou muitas comunidades a não realizarem mais as suas tradicionais festas. Inclusive outro fato que impactou tanto nas festas e bailes das comunidades,

como nos jogos de bocha e futebol, foi a pandemia de Covid-19 que levou ao distanciamento social das pessoas, impossibilitando a realização desses eventos e também a arrecadação de valores.

Em relação a bailes e festas, conforme Rauber (2010) existe uma maior atenção dos pais com as filhas, que em muitos casos precisam ir acompanhadas de um irmão ou um parente. Porém, o rapaz tende a ter total liberdade para ir e vir, desde que cumpra com as tarefas a ele destinadas. De acordo com Kummer (2017), os jovens do Oeste Catarinense comentaram que as opções de lazer são mais diversas para os rapazes do que para as moças. Inclusive, eles afirmam que há mais restrições as moças, que as elas são mais “presas”, porque os pais têm medo de que as filhas engravidem (KUMMER, 2017).

As opções de lazer das moças, comumente se resumem a bailes e festas nas proximidades da residência, atividades religiosas ou passeio nas casas de amigas (RAUBER, 2010). A forma de socialização restrita ao grupo familiar corrobora com o controle e vigilância familiar, pois em bailes e festas comunitárias, a juventude vive constantemente vigiada, já que “todos se conhecem” (DA SILVA, 2015). Rauber (2010) também comenta que essa tradicional relação de gênero tem se modificado ao longo das últimas décadas, contudo os pensamentos patriarcais ainda se fazem presentes no meio rural gaúcho, onde o rapaz é independente e sabe se cuidar, e a moça é frágil e requer proteção.

Além desse fato, como as áreas rurais possuem uma menor povoação, as mesmas se caracterizam por um maior conhecimento sobre as questões pessoais de outras pessoas, onde "todos sabem tudo sobre todos", e apesar de unidas e atenciosas as comunidades rurais, também podem ser intrusivas e restritivas, principalmente para as mulheres (JOHANNESDOTTIR et al., 2021), assim sendo, sair de casa representa uma ruptura com a dependência e a subordinação familiar (CASTRO, 2013).

A fofoca atua como uma espécie de controle social, na qual as mulheres são mais pressionadas e afetadas (CASTRO, 2013; JOHANNESDOTTIR et al., 2021). Segundo Johannesdottir et al., (2021), a fofoca não é algo necessariamente malicioso, os comentários feitos sobre as questões sociais, físicas e econômicas enfrentados por outras pessoas podem acabar permitindo apoio mútuo entre tais comunidades, além disso podem fortalecer as relações de grupo, todavia os alvos das fofocas sentem que tem sua privacidade invadida.

De acordo com Johannesdottir et al. (2021), as fofocas relativas especialmente a vida amorosa, podem fortalecer e reproduzir as estruturas de poder patriarcal e de controle da sexualidade feminina. Por exemplo, em um estudo realizado por Johannesdottir et al. (2021) nas áreas rurais da Islândia, os autores observaram que quanto mais fofoca houver sobre a vida amorosa das pessoas, mais provável é que elas tenham intenções de migração.

Outrossim, a juventude rural brasileira está constantemente relacionada ao problema do êxodo rural, de modo que essa imagem do jovem desinteressado pelo rural fortalece a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e de demandas sociais, políticas e econômicas (WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009). Criando assim um círculo vicioso em que sonhar com um futuro promissor no campo é difícil (WEISHEIMER, 2005).

Assim sendo, os problemas enfrentados pelos jovens rurais são antes de tudo, os problemas enfrentados pela atividade agrícola familiar e pelos pais desses jovens, assim sendo a decisão de permanecer ou não no campo envolve diversas questões, na qual a categoria jovem é construída (CASTRO, 2009). Kummer e Colognese (2013) ressaltam que o não atendimento das demandas, das necessidades e dos anseios dos jovens rurais é o principal elemento motivador das saídas, conforme os autores, ninguém migra se não espera uma melhoria nas condições de vida, ninguém muda para piorar, nas cidades os jovens encontram empregos, lazer, cinemas, shows, instituições de ensino e maior autonomia. Bem como, o fato de os jovens enxergarem amigos ou familiares que já saíram do rural, vivendo em melhores condições de vida, financeiramente bem e com uma renda mensal (salário) (TROIAN et al., 2011).

2.1.3 Juventude rural e políticas públicas

Os jovens rurais são fundamentais em qualquer planejamento estratégico, pois eles são o futuro do rural (WEISHEIMER, 2013). Balezentis et al., (2020) afirmam que os jovens agricultores estão entre os grupos mais vulneráveis da atividade agrícola, requerendo atenção especial. Para Castro (2009) não basta reconhecer a importância do jovem como agente de transformação da sociedade, sem proporcionar ferramentas para isso ou compreender como os jovens enxergam esse papel a eles “destinado”.

No final da década de 1950 foi criado a primeira modalidade de crédito financeiro para jovens rurais brasileiros, o Crédito Juvenil. Nessa época, o governo

estava criando diversos programas e políticas a fim de modernizar a agricultura. Dentro desse contexto, os jovens rurais surgem como agentes catalizadores das mudanças de base tecnológica e na mentalidade da população. Entre as propostas do Crédito Juvenil estavam organizar clubes rurais de jovens e disponibilizar o crédito rural para que os jovens experimentassem novas tecnologias e formas de administração (MARIN, 2017).

Os recursos financeiros utilizados no Crédito Juvenil eram oriundos dos pais dos jovens afiliados ou de empresários, estes últimos por sua vez almejavam novos consumidores através da integração dos jovens nas cadeias produtivas agroindustriais e como tomadores de crédito; e eram organizados pelo Comitê Nacional de Jovens Rurais. Além de que, havia a divisão sexual do trabalho, com as atividades para os rapazes voltadas aos cultivos e as criações, e as das moças, ao cultivo de hortaliças, processamento de alimentos, corte, costura e artesanatos (MARIN, 2017).

Conforme Marin (2017), os valores do Crédito Juvenil não eram elevados, mas suficientes para implantar pequenas lavouras e modernizar as atividades. Todavia, o autor comenta duas problemáticas relacionadas ao crédito: o fato de poucos jovens atenderem as condições para acesso ao programa; e que o mesmo gerava mecanismos de controle social, de obediência a regras e enquadramentos, onde o autoritarismo dos pais era substituído pelo controle dos agentes técnicos modernizadores (MARIN, 2017).

Devido a atividade agropecuária ser sazonal, de alta dependência de fatores biológicos e climáticos, e possuir um tempo de produção descolado do tempo de trabalho, se torna fundamental que as atividades agropecuárias sejam fomentadas através de políticas públicas (SOUZA et al., 2020; FOSSÁ; MATTE; MATTEI, 2022). Diante disso, em 1965, é institucionalizado no Brasil o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que visava fomentar pequenos e médios produtores rurais, através do fortalecimento econômico dos produtores rurais e incentivo a métodos racionais de produção, com aumento de produtividade e qualidade de vida (SOUZA et al., 2020). Entretanto a estrutura de mercado promoveu o fomento a grandes produtores, apresentado uma atuação seletiva e excludente, priorizando médios e grandes produtores do Centro-Sul brasileiro, e deixando de lado os pequenos produtores e a agricultura familiar (SOUZA et al., 2020; FOSSÁ; MATTE; MATTEI, 2022).

O Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar, o Pronaf, é fruto das lutas e pressões dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar que se fortaleceram durante o processo de transição da ditadura militar para redemocratização do Brasil, na década de 1984 a 1994 (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2020). Sendo que o Pronaf foi criado em 1995, e instituído pelo decreto presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (ALVES; NICOLOSO; SILVEIRA, 2017).

Diante disso, o Pronaf foi criado para prover crédito agrícola aos pequenos produtores que haviam sido deixados de lado na década de 1980, e enfrentavam inúmeras dificuldades para permanecerem na atividade (SCHNEIDER, 2003). O que configurou o programa como um marco de reconhecimento da categoria agricultura familiar pelo Estado brasileiro, a qual estava historicamente desassistida de políticas de desenvolvimento rural (BARCELOS, 2017), representando assim um rompimento com a prática do apoio exclusivo à agricultura patronal e ao agronegócio brasileiro (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021).

O Pronaf tem como objetivo proporcionar condições para o aumento da produção, geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais familiares (MONTEIRO; LEMOS, 2019), reduzindo as desigualdades, com a promoção equitativa e equilibrada do desenvolvimento rural sob os aspectos socioeconômicos e ambientais (ALVES; NICOLOSO; SILVEIRA, 2017).

O programa caracteriza-se por ser voltado para o financiamento de forma assistida à agricultura familiar, por meio do desembolso, com juros subsidiados, para as atividades agropecuárias e não agropecuárias (MONTEIRO; LEMOS, 2019). Os subsídios fornecidos nos juros do Pronaf representam uma oportunidade para os agricultores familiares, com menores rendimentos, conseguirem investirem, porque os juros de mercado não são compatíveis com os rendimentos da categoria (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021).

Dentre os critérios para poder acessar ao Pronaf está a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida nas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), sindicatos e associações rurais (BARCELOS, 2017; MARIN, 2020). Na ausência DAP, os produtores não podem acessar as políticas públicas para a agricultura familiar, como o Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BARCELOS, 2017). A DAP identifica o beneficiário, suas características, área da propriedade, renda familiar, predominância do trabalho e o grupo à qual pertence o produtor (MONTEIRO; LEMOS, 2019).

Sendo que a partir de novembro de 2022, a DAP começará a ser substituída gradativamente e regionalmente pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que irá identificar todas as pessoas da unidade familiar, sendo que na DAP havia o limite de apenas 2 titulares, bem como haverá a inclusão dos menores de idade. Outro ponto importante é que com o CAF será possível cadastrar beneficiários com renda superior a 500 mil reais (MAPA, 2022).

Desde 1999, o Pronaf considera a existência de diferentes grupos de agricultores, em conformidade com o nível de Renda Bruta Familiar (RBF) obtida em determinado ano, permitindo a criação de taxas de juros, limites e volume de crédito específico a cada grupo (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021). Sendo que os beneficiários do Pronaf estão divididos nos seguintes grupos: Grupo A, Grupo B, Grupo C, Grupo D, Grupo E e Grupo A/C (MONTEIRO; LEMOS, 2019). O grupo A corresponde aos agricultores assentados da reforma agrária ou beneficiados por crédito fundiário oficial, o grupo B representa o microcrédito rural, com pequenos investimentos, já os agricultores intermediários pertencem ao grupo C (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021), e em contrapartida, os agricultores com rendas mais altas, estão nos grupos D e E (MONTEIRO; LEMOS, 2019).

Em adição a isso, o programa criou linhas específicas para a concessão de crédito para diferentes categorias de agricultores (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021), possuindo linhas de crédito para finalidades específicas como: Pronaf Custeio, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem (MONTEIRO; LEMOS, 2019).

Por outro lado, a formulação de políticas públicas direcionadas especificamente para a juventude no Brasil, teve maior destaque durante o governo Lula (2003-2010), sendo que em 2003, ocorreu a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que foi considerado pelo governo federal uma das principais políticas públicas para a juventude constituídas nos últimos anos (BARCELOS, 2017).

Em 2003, também ocorreu a formulação da linha Jovem no Pronaf e do selo Nossa Primeira Terra (NPT) no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que passam a vigorar a partir do ano de 2004, sendo executados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo esse o ministério com maior proximidade com esse público (BARCELOS, 2017).

O Pronaf Jovem almeja principalmente assegurar condições objetivas e subjetivas para a reprodução social da agricultura familiar, visando criar alternativas produtivas geradoras de renda, facilitar a permanência do jovem no meio rural, construir processos de autonomia financeira e melhorar a qualidade de vida dos jovens rurais (MARIN, 2020). Segundo Barcelos (2017) é uma linha importante por trazer à tona nos espaços de debate institucional do governo federal os temas da juventude nas políticas públicas.

Além de tudo, o Pronaf Jovem é uma linha de investimento, sendo que os recursos financeiros obtidos no Pronaf Jovem podem ser aplicados no desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas vinculadas à agricultura familiar, como na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, na implantação de pomares, na construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações rurais, bem como o desenvolvimento de atividades na agroindústria, serviços ou artesanato familiares (MARIN, 2020).

De acordo com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2022), o Pronaf Jovem tem o valor máximo para financiamento de 20 mil reais, observado que só podem ser concedidos até três financiamentos para cada cliente, ficando condicionada a nova contratação à previa liquidação do crédito anterior. O pagamento deve ser feito em até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, o prazo poderá ser ampliado para até 5 anos quando a atividade assistida exigir esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, sob uma taxa de juros prefixada de até 5% ao ano (BNDES, 2022). Nas edições iniciais, os potenciais beneficiários do Pronaf Jovem eram jovens rurais com idades entre 16 e 25 anos e, a partir de 2007, foi estabelecida uma faixa etária entre 16 e 29 anos (MARIN, 2020).

Entretanto, na prática o Pronaf Jovem tem sido acessado de modo muito restrito (MARIN, 2020). De acordo com os dados do Matriz de Crédito do Banco Central, de 2013 a 2021, foram realizados 3.746 contratos de Pronaf Jovem, o que representa apenas 0,027% dos contratos de Pronaf realizados no período, quanto aos valores foram 42.637.404,62 reais, representando somente a 0,02% do valor total.

Em uma pesquisa realizada por Marin (2020), na região Central do Rio Grande do Sul, sobre o Pronaf Jovem, muitos jovens entrevistados contaram que desconheciam a existência dessa política de crédito específica para jovens agricultores; já outros alegaram conhecer, mas não sabiam de que forma usar o crédito se obtivessem o mesmo; alguns jovens relataram que acessaram o Pronaf

“normal”, mas não conseguiram acessar o Pronaf Jovem e também não conheciam ninguém que tivesse o acessado.

Além disso, outros fatores citados pelos entrevistados de Marin (2020) são as questões burocráticas, como a vinculação da DAP com o chefe da família e falta de confiança nos jovens. O acesso à DAP, por parte dos jovens que não têm união estável ou matrimônio, ou não têm 30 anos de idade, é vinculado à família e à DAP do pai comumente, configurando-se como falta de autonomia dos jovens em acessar o crédito e elaborarem projetos técnicos (BARCELOS, 2017).

Outros entraves burocráticos do Pronaf Jovem estão relacionados quanto a preocupação das gerências dos bancos devido ao temor de uma provável inadimplência por parte dos trabalhadores rurais ao restituir o crédito, principalmente quando se refere ao Pronaf Jovem, devido ao fato de que o jovem rural seria inexperiente, “irresponsável” e, portanto, seria um potencial inadimplente; bem como a falta de treinamento e ao fornecimento de informações adequadas por parte dos funcionários dos bancos para o atendimento do público do meio rural, em especial no que se refere as linhas recém-criadas no Pronaf, como a linha Mulher, as linhas com enfoque ambiental (Agricultura de Baixo Carbono – ABC) e a Jovem (BARCELOS, 2017).

Outro grande entrave a jovens agricultores é o acesso à terra, sejam eles filhos de agricultores ou novos rurais (BALENZENTIS et al., 2020). No Brasil, desde 2003, existe o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que almeja enfrentar o problema do êxodo rural e da concentração de terras, o programa possui 3 linhas, sendo uma delas voltadas a jovens de 18 a 29 anos, denominada de Nossa Primeira Terra (NPT) (RANGEL, 2014). O Programa Nossa Primeira Terra prevê o suporte para jovens rurais na aquisição do seu primeiro lote de terra (DA SILVA, 2015). Dentre os requisitos para acessar o Nossa Primeira Terra é necessário comprovar uma experiência como agricultores (familiar ou assentado) de mais ou menos 5 anos ou período de estudo em colégio agrícola ou Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA) (RANGEL, 2014).

Outra iniciativa criada a partir de 2005, é o Programa Saberes da Terra, organizado pela Coordenação Geral de Educação do Campo as Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD/MEC), que é uma ação do governo federal afim de desenvolver políticas educacionais do campo e de juventude que permitam a inclusão social de jovens agricultores familiares através

do acesso e a conclusão do ensino fundamental, por meio de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (DA SILVA, 2015).

Também no âmbito educacional, existe o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA), instituído em 1998 e incorporado ao INCRA em 2000, é uma política pública de educação voltada aos assentados das áreas de Reforma Agrária, abrangendo também jovens rurais. Através do PRONERA, jovens e adultos podem participar de cursos de educação básica, técnico-profissionalizante de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização (DA SILVA, 2015).

O Estado tem o papel fundamental de criar as condições para que os jovens enxerguem o campo enquanto o espaço de realização de seus projetos de vida e futuro, isso pode servir tanto para favorecer a permanência dos jovens nesse espaço, como para atrair aqueles que porventura tenham migrado (MARTINS, 2021), sendo assim é fundamental incentivar processos que melhorem as perspectivas para que os jovens pretendam permanecer no campo (PEÑA-TORRES; REINA-ROZO, 2022). Na concepção de Ferreira e Anjos (2022) para que ocorra a redução do êxodo rural é preciso que haja políticas públicas voltadas para o jovem rural, permitindo que se dê continuidade das atividades agrícolas e da gestão realizadas na propriedade.

Logo, as políticas públicas para atingirem a eficácia na promoção de um ambiente adequado e de interesse para a população jovem do campo, elas devem estar integradas às diferentes dimensões que se relacionam a esta categoria social, de modo que se faz necessário políticas públicas específicas a cada realidade de ocupação desses jovens (SANTOS, 2019). Contudo, majoritariamente as políticas públicas criadas para a juventude enfatizam a juventude como uma fase da vida repleta de problemas sociais e instabilidades (DA SILVA, 2015).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS RURAIS ENTREVISTADOS

Segue abaixo a caracterização e a apresentação dos dados coletados, como gênero, idade, estado civil, religião, escolaridade, raça/cor e descendência dos participantes, bem como a ocupação atual dos jovens, número de irmãos e a profissão dos pais.

Participaram do estudo 13 jovens, com idades entre 18 a 32 anos, tendo como idade média dos entrevistados 23 anos. Referente ao sexo dos entrevistados, seis declararam ser do sexo masculino e sete do sexo feminino.

A raça/cor predominante foi a branca, com apenas uma jovem tendo se autodeclarado parda. A maior parte dos jovens declarou ter uma miscigenação étnica, somente quatro entrevistados declararam ter apenas a descendência alemã; em adição a isso, a maioria deles declararam descendência alemã (nove participantes), sete declararam ter descendência italiana, seis alegaram ter origens luso-brasileiras (portuguesa e/ou brasileira) e apenas uma declarou ter descendência polonesa.

Sobre o estado civil dos jovens três eram casados; três jovens declararam viverem em união estável; e os outros sete declararam serem solteiros. Quanto aqueles casados, apenas um dos cônjuges não tinha relação com a agricultura. Já sobre aqueles em união estável, um dos companheiros não era filho de agricultores, todavia os pais eram empregados de granja, de forma que havia uma relação do mesmo com o rural. Além disso, dois dos jovens entrevistados (Augusto e Heloisa) já possuem filho, ambas as crianças com menos de 3 anos de idade.

Quanto a religião dos entrevistados, a maioria deles declarou ser católico, correspondendo a nove entrevistados católicos. Três jovens relataram serem luteranos e um declarou ser Adventista do Sétimo Dia.

Em relação a escolaridade dos participantes, quatro declararam ter ensino superior completo, duas em Direito, uma em Administração e um em Agronomia. Três jovens estão cursando o ensino superior, um dos entrevistados está cursando Medicina Veterinária, outra Agronomia e uma Pedagogia. Cinco deles possuem o ensino médio completo, sendo um deles técnico em agropecuária. Apenas um dos entrevistados ainda estava cursando o ensino fundamental.

Sobre a ocupação atual dos entrevistados, dez se declararam como agricultores ou ao menos participarem no bloco de produtor rural. Sendo que três jovens se ocupavam somente com a agricultura. As ocupações extras, exercidas pelos jovens entrevistados eram: estudantes, trabalho em propriedades vizinhas, advocacia e assistência técnica. Exclusivamente três participantes não se declararam como agricultores, sendo um deles engenheiro agrônomo, uma assistente financeira e uma monitora de escola/estudante. Entretanto, o engenheiro agrônomo e a monitora de escola comentaram que também auxiliam na propriedade.

Em relação a profissão dos pais, todos os pais tinham somente a agricultura como atividade profissional. Dois entrevistados comentaram que as mães além de agricultoras, também desenvolviam outras atividades, uma como servidora pública municipal e a outra em uma agroindústria de pães.

Quanto à existência de irmãos, três jovens eram filhos únicos; sete possuíam apenas uma irmã ou um irmão; e três possuíam dois irmãos.

CAPÍTULO III – SUCESSÃO RURAL

Este Capítulo investiga as percepções dos jovens rurais sobre a sucessão rural, como esse processo está ocorrendo nas propriedades, bem como as influências familiares e as estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias de agricultores familiares em Entre-Ijuís. Inicialmente, o Capítulo aborda sobre as definições de sucessão rural e sobre a crise sucessória enfrentada pela agricultura familiar. Posteriormente, trata sobre a percepção da sucessão rural através da perspectiva dos jovens entreijuieneses. Por fim, o capítulo aborda sobre quais são os incentivos familiares para a juventude rural, as estratégias de reprodução social, e as motivações que levamos jovens a escolherem permanecer, bem como analisa a existência de um “padrão” dentre os jovens que desejam permanecer.

3.1 A SUCESSÃO

A sucessão corresponde a transferência do controle da propriedade rural para os filhos ou para a próxima geração (ABRAMOVAY et al., 1998; SPANEVELLO et al., 2011). Sendo que, os pais almejam transmitir sua empresa familiar a seus descendentes, considerando isso como a consagração de toda uma vida de trabalho (BESSIERE, 2011).

Além disso, a sucessão é um processo que ocorre em todas as organizações que se perpetuam, mais cedo ou mais tarde, com o processo de envelhecimento, doenças e/ou morte, os líderes mais antigos precisam ser substituídos (DA SILVA, 2015). Dado que, o processo sucessório é imprescindível na vida de empresas e propriedades, principalmente naquelas de cunho familiar, bem como a maneira como o processo é conduzido poderá resultar na continuidade ou ruptura das atividades que vem sendo trabalhadas pelos pais e pela família a anos (BRIZZOLLA et al., 2020).

Nas propriedades rurais, a sucessão familiar é de grande importância para as mesmas, visto que no processo sucessório ocorre a transmissão da gestão da propriedade a um sucessor, de modo que o sucessor se torna então responsável por dar continuidade no desenvolvimento das atividades anteriormente realizadas pelos pais (BRIZZOLLA et al., 2020). Segundo Savian (2014, p.100) “a sucessão geracional é uma condição imprescindível para a ocorrência da reprodução social da agricultura familiar, para a manutenção da população e o desenvolvimento das áreas rurais”.

Da mesma maneira, a reprodução social da agricultura familiar tradicionalmente está relacionada com a permanência de ao menos um dos filhos como gestor da unidade de produção familiar, o que consolida o processo sucessório (BOSCARDIN, 2017). Weisheimer (2009) relata que a continuidade da profissão de agricultor familiar depende da reprodução social com base familiar, na qual ao menos um dos filhos sucede os pais na atividade produtiva.

A continuidade da agricultura familiar representa além da reprodução entre gerações de um patrimônio material (a terra), a transmissão de todo um conhecimento histórico e sociocultural (DA SILVA, 2015). Da Silva (2015, p.33) cita Woortmann (1995) onde a autora fala que “por trás da presença do sucessor reside a continuidade do projeto coletivo familiar, a reprodução do estabelecimento e o nome da família”.

Segundo Brizzola et al. (2020) a sucessão familiar é caracterizada por sete elementos, são eles: fundador, herdeiro/sucessor, família, propriedade rural familiar, empresa familiar, empregado rural e sucessão familiar. O fundador é o principal gestor e membro, possuindo geralmente um significado simbólico. Já o herdeiro/sucessor representa o potencial sucessor, que é aquele que já está inserido em menor ou maior grau dentro da atividade, pode ser filho, filha, genro, nora, esposa e outros membros da família. A família é um conjunto de pessoas estruturadas em papéis diferenciados, interligadas por laços afetivos (casamento, filiação, adoção ou parentesco). A propriedade rural familiar refere-se às áreas de terras compatíveis e que garantam o progresso social e econômico do agricultor e da família. Já a empresa familiar é uma organização em que existe o envolvimento de dois ou mais membros de uma mesma família, além disso tem sua origem e história vinculadas a mesma família a pelo menos duas gerações. O empregado rural é toda a pessoa física ou jurídica que presta serviços de natureza não eventual a um empregador rural. Por sua vez, a sucessão rural corresponde ao processo de transferência legal do patrimônio visando a continuidade de atividades produtivas e a permanência das novas gerações no comando da atividade familiar (BRIZZOLA et al., 2020).

A transferência intergeracional de propriedades é um processo complexo e que engloba três aspectos diferentes, mas simultaneamente interrelacionados: a sucessão, que representa a saída gradual do controle gerencial; a aposentadoria, que é a saída do proprietário da participação ativa das atividades da fazenda; e a herança, a etapa final, consistindo na transferência legal para o sucessor da propriedade (GASSON; ERRINGTON, 1993 apud CONWAY et al., 2016).

A sucessão é um processo e não apenas um momento, processo esse constituído por três etapas: a transferência patrimonial, a continuidade da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do controle da propriedade (SILVESTRO et al., 2001). A mudança de comando se dá quando os filhos vão assumindo determinadas funções na propriedade, conforme Savian (2014), um motivo para a transferência de comando são questões relativas à saúde dos pais, que impossibilitam ou dificultam a direção do estabelecimento.

Duarte (2019) considerou em seu trabalho três tipos de sucessão, a geracional, a rural e a hereditária. A sucessão geracional é aquela em que o filho fica na propriedade e segue realizando as atividades desenvolvidas pelo pai. Já por sucessão rural aquela em que o filho permanece na propriedade, mas não desenvolve as atividades desenvolvidas pelo pai. A sucessão hereditária representa aquela em que o filho herda a propriedade, mas não desenvolve atividades na mesma.

Da Silva (2015) em seu trabalho sobre os jovens rurais que permanecem no campo definiu três tipos de sucessão. A Tipo 1 inicia se quando os filhos se sentem como parte da UPF, despertando neles a vontade de conhecer mais sobre a agricultura familiar, e levando inclusive em uma continuidade em outra unidade produtiva familiar, esse caso acontece com jovens que se casam e dão continuidade a profissão agricultor em outra UPF. A sucessão do Tipo 2 surge através da educação e incentivo dos filhos ao gosto pela vida e o trabalho rural, e gradativamente é preparado para assumir a mesma, todavia o filho assume a propriedade apenas após a morte do pai, geralmente ocorre a divisão igualitária do patrimônio entre todos os membros. Já no Tipo 3 os filhos participam tanto das atividades como da gestão da UPF (DA SILVA, 2015).

A sucessão hereditária é um campo de conflitos no âmbito da família rural, pelo fato de que ela acaba gerando regras e normas para a seleção dos filhos que irão se permanecer na agricultura, como sucessores e daqueles que precisaram buscar outros caminhos profissionais (REDIN, 2015). De modo geral, no Brasil a sucessão é endógena, onde os próprios agricultores familiares geram seus sucessores (SAVIAN, 2014).

A escolha do sucessor privilegia aqueles herdeiros que tenham potencial para continuar na atividade familiar, essa seleção envolve tanto critérios subjetivos (gosto, ausência de conflitos, forte atração mútua e corresponsabilidade) como também critérios minuciosos (apego ao trabalho, dedicação, força e vontade) para a sucessão

familiar rural (REDIN, 2015). Nesse processo cada família possui suas particularidades, como o número de atores envolvidos, ramo de atividade e realidade econômico-financeira, além dos interesses pessoais e coletivos envolvidos no processo (BRIZZOLLA et al., 2020). Por exemplo, a permanência de apenas um filho e saída de outros da propriedade garante que o sucessor escolhido pelos pais tenha condições de continuar na atividade (SANTOS, 2019).

O processo sucessório é um momento delicado, pois requer que o responsável pela continuidade dos negócios esteja previamente preparado para assumir a gestão dos mesmos, todavia, nem sempre os sucessores são preparados para tal (BRIZZOLLA et al., 2020). Assim sendo, a sucessão nas empresas familiares inicia-se muito anos de ocorrer definitivamente, tendo seu início quando os filhos ainda pequenos e são inseridos nas atividades. Apresentando-se em quatro estágios: o inicial, onde os filhos tem rotina dupla de estudos e inserção supervisionada pelos pais na atividade; o segundo, quando há maior participação dos filhos, porém ainda de modo supervisionado; no terceiro, quando são atribuídas responsabilidades técnicas e métodos produtivos aos filhos; e o último, quando a sucessão realmente se concretiza (BERWALDT, 2018).

A socialização de sucessores, desde a infância, nas atividades cotidianas no meio rural contribui para o desenvolvimento do interesse deles em permanecer no campo, e permite que se habituem com as atividades agrícolas, fazendo com que motivem-se a permanecer e até mesmo a cursar algo relacionado as ciências agrárias (BREINTENBACH; CORAZZA, 2020). Conforme Brumer e Anjos (2012), para que a sucessão aconteça é fundamental que haja uma prévia socialização na atividade desde a infância, já que dificilmente aprende-se a ser agricultor na escola, mas sim dentro do núcleo familiar. Do ponto de vista de Duarte (2019), o jovem ser preparado para o processo de sucessão e o mesmo ter autonomia são fatores que contribuem para que haja um sucessor, além de fortalecerem o desejo dos mesmos em permanecer.

Todavia, não basta apenas o sucessor estar preparado para assumir a gestão, inclusive se faz necessário que o gestor tenha conhecimento e preparo para trabalhar a sucessão familiar em sua propriedade, sendo importante que haja um planejamento, sobre o momento certo de se pensar na sucessão (BRIZZOLLA et al., 2020). A sucessão deve ser guiada com muita habilidade pelos pais, quando os

mesmos ainda possuem o poder e estão com a saúde física e mental plena (BERWALDT, 2018).

Em estudo realizado por Brizzolla et al. (2020), com o objetivo de descrever como os gestores das propriedades rurais estão trabalhando a sucessão familiar no município de Alegria (RS), os autores observaram que 61,1% dos gestores não realizam uma preparação para que os filhos deem sequência nas atividades realizadas na propriedade. Pieper (2014) analisando a sucessão rural em Catuípe (RS), observou que quanto ao preparo para os sucessores, a maioria dos pais (47%) não realiza nenhum preparo, 35% inseriram os filhos na atividade agrícola e 18% busca capacitar através do meio acadêmico e/ou escolar.

O processo sucessório é decisivo para a continuidade e sobrevivência da empresa familiar rural, sendo responsabilidade do gestor adotar um método para proceder na escolha de quem irá assumir a sucessão do seu negócio (BRIZZOLLA et al., 2020). Sendo que a criação de um plano de sucessão permite uma transição mais suave, auxiliando assim a garantir a continuidade e a prosperidade da atividade agrícola familiar (CONWAY et al., 2021).

Além do reconhecimento da importância do sucessor como um ator crucial no processo sucessório, é fundamental perceber que ele não está sozinho nesse processo. Entretanto, geralmente o titular não está disposto a delegar responsabilidade suficiente à geração mais jovem, dessa forma a geração mais velha resiste ao planejamento sucessório e de aposentadoria como forma de sustentar sua posição como chefe da agricultura familiar (CONWAY et al., 2016).

Conway et al. (2021) citam Bourdieu e o conceito do *habitus* por ele criado, para explicar sobre a dificuldade das gerações mais velhas na transferência do controle. Conforme Bourdieu (2002), o *habitus* representa os conhecimentos adquiridos ao longo da vida, construídos através das vivências e experiências gerando assim um padrão ou tendência comportamental (BOURDIEU, 2002).

A adoção do *habitus* justifica-se pelo fato de que dentro das comunidades rurais, a geração mais velha tende a rejeitar a aposentadoria e continuar a cultivar pelo maior tempo possível, basicamente pelo fato de que aprenderam ao longo de sua experiência como agir mediante as situações (CONWAY et al., 2021). De modo que, o capital simbólico de um agricultor mais velho parece basear-se não apenas em suas realizações passadas, mas também na produção presente, visto que o pensamento

de ser “aposentado” é considerado particularmente árduo para eles (CONWAY et al., 2016).

Em adição a isso, os agricultores mais velhos da Irlanda, no caso estudado por Conway et al (2021), têm medo das mudanças e de abrir mão do controle da propriedade, preferindo manter seu status e sua posição hierárquica, pois aqueles agricultores dentro da comunidade que se aposentam não são vistos como bons agricultores. Dentre as motivações citadas pelos agricultores irlandeses cita-se: o fato dos filhos quererem mudar o sistema produtivo da propriedade, que é voltada a produção de leite para as lavouras, ou com gastos relacionados a tecnificação e modernização da atividade; outros consideram que mesmo tendo passado a propriedade pro filho, ele deve permanecer com o seu papel de autoridade (CONWAY et al., 2021).

Conway et al (2021) complementam dizendo que muitos dos agricultores entrevistados só obtiveram o controle e a propriedade após a morte dos pais, pretendendo fazer o mesmo com os seus filhos. Igualmente ao caso europeu, no Brasil a transferência patrimonial, que é quando os pais transferem a terra aos filhos, geralmente só acontece após o falecimento dos pais, sendo que em raros casos acontece em vida (SAVIAN, 2014). De tal forma que, o sucesso do processo sucessório dependerá do quanto o titular está disposto a se afastar, tanto fisicamente como mentalmente, se ele estiver disposto um grande empecilho é removido (CONWAY et al., 2016).

Diante do apresentado, a sucessão familiar, portanto, não diz respeito apenas a dimensão reprodutiva da terra, mas também ao conjunto de ordens sociais e dimensões simbólicas associadas a esta condição apresentada pela unidade familiar (SANTOS 2019), sendo que a sucessão é um processo multifatorial, difícil de ser mensurado (MAY et al., 2019).

3.1.1 Sucessão rural e herança ao longo do tempo

De acordo com Carneiro (2001), existem dois processos referentes a questão da herança na sociedade camponesa, o primeiro deles é a escolha do sucessor, que será aquele que irá assegurar a continuidade da atividade agrícola e manutenção do grupo familiar, e o segundo processo consiste na partilha de bens.

O sucessor é aquele que passa gerenciar a propriedade, enquanto o herdeiro representa aquele que irá receber o patrimônio em virtude da herança deixada pelo falecido, além disso, o herdeiro apenas recebe os valores patrimoniais. Embora sucessor e herdeiro possam ser a mesma pessoa, cada um deles pode aparecer em diferentes momentos, não ocorrendo obrigatoriamente juntos, sendo que nem sempre o herdeiro exerce ambos os papéis, ou seja, nem todo o herdeiro é um sucessor (DA SILVA, 2015).

Na agricultura familiar, a herança não representa apenas a posse de bens materiais da família, mas também um legado moral constituído por costumes, normas, tradições, valores e regras familiares, sendo que essas questões perpassam ao longo do tempo, acarretando rupturas e continuidades em relação aos modos de pensar, sentir e viver a vida (MACIAZEKI-GOMES; TONELI; GRAVE, 2019). No ponto de vista de Bieger (2017), a herança da terra é como um *habitus*, que vai além da transmissão do patrimônio, mas também representa um conhecimento adquirido e um dever.

O acesso a herança, de modo geral, ocorre pela descendência, através de um processo de reprodução a longo prazo. A forma que ocorre ou não a partilha é singular, sendo determinada por vários fatores, como as condições econômicas, as normas sociais e legais. O Código Civil brasileiro determina a igualdade de direito a herança, porém, os costumes, as regras culturais e regionais dos agricultores familiares, em alguns casos, desconsideram as leis em prol das estratégias familiares e dos interesses próprios (BIEGER, 2017).

Spavanello (2008) analisando a pesquisa de Wolf (1970) comenta que há pelo menos dois tipos de herança, a sem partilha e a com partilha. A herança sem partilha configura-se como a passagem dos recursos a um único herdeiro. Já a herança com partilha, é um sistema de herança que envolve mais de um herdeiro e a unidade produtiva pode ser passada a apenas um herdeiro, restando ao demais uma posição subordinada junto a propriedade familiar ou até mesmo o abandono da mesma.

A forma com que a herança é tratada nas famílias camponesas se difere ao longo do tempo, e também é distinta em cada grupo social (CARNEIRO, 2001). Pois, a partilha da herança é um processo que acontece no interior das famílias, contudo diretamente relacionado com eventos externos, como o casamento (BIEGER, 2017).

Conforme Stropasolas (2004) o processo sucessório e até certo ponto toda a organização do processo de trabalho na agricultura familiar são enviesados contra a

mulher. Kummer (2017, p. 10) afirma que “há um viés de gênero fortíssimo nos processos sucessórios, um caminho naturalizado através das práticas familiares”.

Nas regiões de colonização italiana e alemã no Sul do Brasil, existia uma “padronização” sobre a herança, apesar de ocorrerem algumas variações nesse padrão, de modo geral somente os filhos homens herdavam a terra (ABRAMOVAY et.al, 1998; CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004). Sendo que nas regiões coloniais onde se predomina a agricultura familiar, existe um padrão referente a sucessão nas propriedades rurais, sendo que esse padrão tende a favorecer os filhos homens quanto a herança, enquanto as mulheres tornam-se agricultoras através do casamento (STROPASOLAS, 2004).

Nas propriedades rurais, até o final dos anos 60, a sucessão era bastante simples, na qual filho de agricultor seria agricultor, havendo uma cobrança moral para a continuidade da profissão dos pais (ABRAMOVAY et al., 1998), ser agricultor era algo valorizado e almejado pelos filhos, eles queriam seguir a profissão dos pais (ABRAMOVAY et al., 1998; SILVESTRO et al., 2001). Paralelamente a isso, outras profissões tinham menor acessibilidade, no entanto, após esse momento esse o modelo sucessório existente até então começa a entrar em crise (ABRAMOVAY et al., 1998).

Por meio da herança da terra que as famílias de agricultores familiares se reproduzem socialmente, e tem sua sobrevivência assegurada. Uma vez que, na agricultura familiar, a terra é muito mais do que um meio de produção, mas configura-se também como um local de sustentos e de simbologias. De modo que, a compra da terra representa uma importante estratégia para a reprodução social dos agricultores familiar, porque através dela evita-se a fragmentação da área e se compra mais áreas (BIEGER, 2017). O que levou as famílias ampliarem o seu patrimônio, para que assim exista condição de instalar todos os filhos homens em uma propriedade rural (CARNEIRO, 2001).

Conseqüentemente, as novas propriedades familiares surgiam através da repartição de terras ou pela aquisição de novas terras, almejando a instalação dos filhos como agricultores familiares, e simultaneamente a continuidade da profissão paterna. Conjuntamente a isso, nesse período, a sucessão era muito mais do que herdar a terra, mas significava também um compromisso dos filhos em cuidar dos pais na velhice (BOSCARDIN, 2017).

Segundo Carneiro (2001), nas duas primeiras gerações de agricultores a terra era destinada ao filho mais velho, em sistema de primogenitura. Visto que o filho mais velho passava a morar junto com os pais e com a esposa, recebendo a herança comumente por meio de uma doação antes do falecimento do pai, entretanto, cabia aos demais filhos homens se instalarem em áreas novas ou seguirem a carreira religiosa.

A partir da terceira geração esse sistema é alterado, todos os filhos homens eram obrigados a trabalhar perante a supervisão do pai, para que se adquirissem terras para que todos tivessem como se instalar após constituírem suas famílias. Inicia-se um modelo de ultimogenitura, onde o mais novo, que geralmente é o último a se casar fica com a propriedade dos pais. Bem como, o mesmo fica responsável por cuidar dos pais durante a velhice, e em virtude disso também recebe uma parcela maior, que enquanto os pais são vivos a propriedade fica em usufruto (CARNEIRO, 2001).

No que diz respeito as mulheres, elas recebiam a sua parcela da herança pelo dote e enxoval, este último composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, animais e até mesmo por uma máquina de costura, o mesmo era composto por mais ou menos itens dependendo das posses dos pais (CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004). As filhas solteironas ficavam responsáveis pelo cuidado dos pais, e na ausência deles acabavam indo morar na casa de uma irmã ou cunhada, ajudando nos afazeres domésticos. Portanto, para as mulheres havia três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil (CARNEIRO, 2001).

As mulheres eram suprimidas da herança já que seu trabalho era desvalorizado e não percebido pelos demais, sendo que aquelas que fossem trabalhar assalariadas deveriam pagar seu próprio enxoval mesmo tendo ajudado a família na atividade agrícola (CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004). De tal forma que, a mulher tinha acesso à terra apenas pelo casamento, sendo que algumas exceções a essa regra acontecem quando: não há descendência masculina; uma filha casada fica responsável pelo cuidado dos pais na velhice, os pais possuem muita terra ou se a atividade agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros (PAULILO, 2004).

No entanto com o casamento, a mulher acabava perdendo o direito a herança já que deixava da casa paterna, deixando de contribuir com a renda familiar (CARNEIRO, 2001). Logo, a terra sendo destinada apenas aos filhos que

permanecem na propriedade funciona como uma recompensa àqueles que trabalharam na mesma e auxiliaram no aumento e manutenção do patrimônio, já àqueles que foram trabalhar na cidade e/ou estudaram receberam sua parte da herança com o estudo e recebem salário, de forma que, apenas herdaria aquele que trabalhou em prol da propriedade (PAULILO, 2004).

Ademais, ceder a mulher parte das terras da família acabaria acarretando na desintegração do patrimônio familiar, em virtude de que as terras passariam a integrar o patrimônio da família do marido, pois tradicionalmente o sobrenome é recebido do pai. De forma que, é socialmente esperado que as filhas cedam a sua parte da herança no cartório, impedindo conflitos ou ameaças à propriedade da família (CARNEIRO, 2001).

Em adição a isso, constava também a recusa formal das mulheres ao direito à herança da terra, que o Código Civil Brasileiro de 1916 lhes garantia. Em alguns casos era realizada uma venda ao irmão sucessor a parte que lhes seria por direito, contudo essa venda poderia ser real, ou apenas simbólica e meramente formal, sem pagamento monetário (CARNEIRO, 2001).

Posteriormente, a partir dos anos 1970, ser agricultor deixa de ser um compromisso moral e torna-se uma escolha (ABRAMOVAY et al., 1998), em virtude do acelerado processo de tecnificação agrícola, a os jovens passam a buscar no meio urbano novas oportunidades de vida (KUMMER, 2017). Entretanto, a maioria dos jovens do sexo masculino desejavam permanecer na agricultura, entretanto, o mesmo não acontecia com as moças, que preferiam migrar para as cidades, pois as cidades eram o local onde elas poderiam buscar maior autonomia (ABRAMOVAY et al., 1998). Posto que, as mulheres passam então a vislumbrar novas opções, além do casamento e da vida religiosa, buscando assim uma profissionalização qualificada para o mercado de trabalho (CARNEIRO, 2001).

Com o avanço e o desenvolvimento das cidades tornam a permanência no campo um fator de exclusão social, principalmente em propriedades que não conseguem se modernizar ou com muitos herdeiros, tornando a migração para as cidades uma solução, permanecendo no campo apenas o mais apto para a agricultura e com menor aptidão aos estudos. De modo que, o filho que permanece passa a ter sua própria casa e não morar mais com os pais, evitando assim os conflitos nora e sogra (CARNEIRO, 2001).

O modelo tradicional de sucessão mantinha uma lógica de organização interna da família onde ao menos um dos filhos permanecia na propriedade, geralmente um filho homem. Entretanto, a indefinição quanto um novo modelo de sucessão na agricultura familiar cria uma crise nos processos sucessórios (DA SILVA, 2015), a crise desse padrão sucessório coincide com um período de fechamento da fronteira agrícola e o encarecimento das terras (BOSCARDIN, 2017).

No mundo contemporâneo, a transmissão do patrimônio não é algo simples, já que os pais se recusam a impor um destino social aos filhos, e conseqüentemente impedir o livre arbítrio deles quanto a realização profissional pessoal (BESSIERE, 2011). Devido a perda do valo econômico e simbólico atrelado anteriormente a terra, deixa de ter sentido a manutenção da propriedade dentro da família, passando então a ser uma questão resolvida por indivíduos e não pela família, ou seja, a permanência no campo passa a ser uma escolha dos jovens (CARNEIRO, 2004). Além disso, a divisão entre os filhos torna-se igualitária, tanto para filhos como para filhas (SPAVANELLO, 2008), essa divisão igualitária ocorre porque a terra perde o seu valor econômico e simbólico de reprodução familiar (CARNEIRO, 2001).

Adicionalmente a isso, Spavanello (2008) comenta que o patrimônio deixado aos filhos é variável e distinto. Em casos de venda da propriedade ainda em vida, os pais usam o dinheiro adquirindo uma casa no meio urbano e repassando o excedente para o filho. Por outro lado, nos casos em que a propriedade é transmitida a pessoas externas, a propriedade é usada como garantia de pagamento para a pessoa que venha residir na mesma e os ampare na velhice. Maciazeki-Gomes, Toneli e Grave (2019) mencionam que a herança dos pais não é mais só da terra, mas também a formação técnica para se manter na terra ou ainda como possibilidade de escolha entre permanecer ou sair do campo.

Por outro lado, há uma preocupação de como ficará a vida no campo no futuro, o envelhecimento da população rural já é perceptível, simultaneamente a isso, existe um reconhecimento de que ficar na agricultura precisa ser uma escolha e não mais uma necessidade de sobrevivência (MACIAZEKI-GOMES; TONELI; GRAVE, 2019), havendo cada vez mais há liberdade para os jovens em decidir ou não se tornarem sucessores (ZAGATA; SUTHERLAND, 2015).

3.1.2 A crise sucessória na agricultura familiar e o êxodo rural

A agricultura familiar vive sob momentos de tensão e instabilidade devido a migração de jovens para os centros urbanos, esse processo migratório não contribui somente para o esvaziamento demográfico das áreas rurais, todavia também gera um desmantelamento e abandono dos grupos sociais do campo, tais como igrejas, salões comunitários e escolas (DA SILVA, 2015). Sendo que no passado, havia uma disputa entre os filhos sobre qual deles seria o sucessor, atualmente não se sabe quem dará continuidade a propriedade familiar (STEIN et al., 2019).

Para Bieger (2017, p. 113), "a agricultura familiar juvenil passa por momentos de tensão, instabilidade e incertezas, devido aos seus projetos profissionais individuais". No ponto de vista de Kummer (2017, p.2), "a decisão de migrar se entrelaça com anseios de novos projetos profissionais, de estudos e de vida não rural". Os jovens que migram do rural para o urbano buscam uma melhoria nas condições de vida, renda e autonomia (KUMMER; COLOGNESE, 2013), pois os mesmos veem amigos ou familiares que já migraram financeiramente bem e em melhores condições de vida (TROIAN et al., 2011). A migração de jovens ocasiona uma aceleração do processo de envelhecimento populacional, já que a população jovem, em idade ativa e reprodutiva, tende a deslocar-se para os espaços econômicos mais dinâmicos e onde há maior possibilidades e diversidades (SANTOS 2019).

Além disso, para Bieger (2017, p. 133), "o patrimônio rural passa a ter um valor somente monetário, quando repassado pelas gerações", perdendo todos os valores que anteriormente relacionados a ele, onde a terra perde o seu valor simbólico e passando a ter somente valor econômico, gerando a crise de reprodução social da agricultura familiar vivenciada nas últimas décadas.

A continuidade da agricultura familiar está diretamente ligada a vontade dos jovens em sucederem os pais, de modo que, a não sucessão e o êxodo rural juvenil colocam em risco a reprodução econômica e social (BIEGER, 2017). Paralelamente a isso, a ausência de jovens na agricultura familiar ameaça a continuidade do estabelecimento rural familiar, pois a falta de sucessão impossibilita a reprodução social desta categoria (SAVIAN, 2014).

No entanto, as dificuldades enfrentadas nas propriedades rurais familiares têm afetado a sucessão rural, de modo que, o agricultor não consegue influenciar seus filhos a darem continuidade à atividade agrícola, acentuando assim o êxodo rural

(BERWALDT, 2018). O êxodo rural compreende o deslocamento de pessoas do campo para as cidades, motivado principalmente pelo fato de as oportunidades sociais e econômicas no campo não atendem as expectativas de algumas pessoas (STEIN et al., 2019). Bem como, o êxodo rural pode ser definido como um processo que ocorre quando as populações rurais migram para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, trabalho, saúde, educação e infraestrutura (BERWALDT, 2018).

Ressalta-se que não é um êxodo rural generalizado, de famílias, mas sim um êxodo rural de jovens filhos de agricultores, em especial de moças (KUMMER, 2017). O êxodo rural juvenil é uma constante ainda fortemente presente no Brasil, onde centenas de jovens migram para as cidades para estudar ou trabalhar, jovens estes que migram, e que por muitas vezes acabam nunca mais retornando à vida rural. Além disso, as jovens mulheres migram em maior número que os jovens homens, pois elas se sentem atraídas pela vida urbana, contudo, a ausência feminina afeta diretamente a reprodução da agricultura familiar (CHAUVEAU, 2014).

Vale ressaltar que quando se debate sobre processo sucessório no rural, é fundamental compreender o processo de acumulação do capital no campo brasileiro, já que na atualidade as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção são bem escassas em devido a expansão do capital no campo, acarretando em uma expulsão dos jovens do meio rural (VETTORASSI; FERREIRA; SOFIATI, 2021).

Em virtude do processo de modernização da agricultura, a mesma passou de um sistema de subsistência e de cunho familiar para um modelo de uso intensificado, afetando profundamente a vida dos agricultores familiares (BERWALDT, 2018). Devido a modernização, ocorreram alterações nos meios de produção, como capital e mão de obra, o que acarretou um aumento da produtividade através do uso de pacotes tecnológicos (insumos) e maquinários, além da consequente redução da mão de obra, (BOSCARDIN, 2017), que juntamente com a integração ao mercado, levou a alteração dos sistemas produtivos, favorecendo os grandes produtores e restringindo aos pequenos agricultores, resultando no êxodo e nos problemas relativos a sucessão familiar no meio rural (BERWALDT, 2018).

A redução da necessidade de mão-de-obra e emprego no meio rural se deu pelo aumento do número e da utilização de tratores, bem como de implementos e insumos agrícolas, o que acabou intensificou o êxodo rural (BERWALDT, 2018).

Aliado a isso, a redução da necessidade de mão de obra acarretou também que a mulher perdesse espaço nas atividades produtivas, aumentando assim a sua presença nas atividades domésticas, tidas como improdutivas. Bem como, tornou dispensável o trabalho produtivo feminino, liberando as mulheres para que quando houvesse redes de transporte ou proximidade de locais de trabalho, que as mesmas assumissem atividades no setor de serviços (como ensino) ou na indústria (RAUBER, 2010). Ou seja, conforme Rauber (2010) a modernização agrícola pode ter reforçado a inferioridade feminina e a masculinização do rural.

Outro fato que merece destaque nesse fenômeno é a introdução de culturas oleaginosas (soja) que diminuíram de forma significativa a utilização de mão de obra no campo (BERWALDT, 2018). Dado que, com a redução do tamanho das famílias, a ausência dos filhos na propriedade (ausência de sucessores) e falta de mão de obra levaram também para uma especialização produtiva das propriedades familiares, processo no qual algumas atividades acabam sendo encerradas, devido a idade avançada dos pais e a dificuldade dos mesmos em exercer determinados trabalhos. Demonstrando que em um futuro próximo a agricultura familiar será cada vez mais especializada, voltada principalmente ao mercado de *commodities*, como a soja (BOSCARDIN, 2017).

Conjuntamente a isso, as lutas e conquistas das mulheres na sociedade contemporânea, expandiram-se para as sociedades camponesas, o que gerou alterações e redefinições nos projetos de vida dos agricultores familiares. No passado, as famílias eram numerosas, porém, recentemente, a partir de estratégias e iniciativas 'rebeldes' das próprias mulheres, elaboram-se novas concepções que limitaram o tamanho da prole (STROPASOLAS, 2004). Onde cada vez mais as famílias dos agricultores têm diminuído de tamanho, no passado elas eram numerosas, mas vem sofrendo alterações demográficas, esse processo ocorre em virtude das modificações no papel social da mulher, nas relações tradicionais de gênero e aos métodos contraceptivos (BOSCARDIN, 2017).

Devido ao menor tamanho das famílias e a maior proximidade com as cidades o processo sucessório tornou-se cada vez mais complexo e difícil, porque cada vez mais é difícil encontrar um filho disposto a ser o sucessor, acarretando um problema social que afeta diretamente a agricultura familiar (REDIN, 2015). Ressalta-se que pais esperam que os filhos deem continuidade às suas atividades, ao migrar essa possibilidade deixa de acontecer (SANTOS, 2019). Contudo, a existência de filhos não

representa a existência de sucessores para a propriedade (BOSCARDIN, 2017). Por outro lado, a ausência de sucessores por um período de tempo pode não representar a ausência de um sucessor no futuro, mas sim uma condição temporária, sendo ou uma estratégia familiar ou uma fuga dos filhos da autoridade paterna (SAVIAN, 2014).

A presença de um sucessor está diretamente ligada ao investimento das propriedades, os agricultores acumulam recursos para o sucessor. Por sua vez, as fazendas sem sucessores cessam os investimentos, buscando a aposentadoria ou abandono da atividade. De modo que, a ausência de jovens na atividade agrícola é maior em propriedades pequenas, onde se torna mais complicado o estabelecimento de negócios viáveis e há menor capacidade de investimento, tornando-se muito mais atrativo ao jovem assumir uma propriedade lucrativa (ZAGATA; SUTHERLAND, 2015).

No caso de não haver sucessores, os pais buscam novas estratégias, principalmente sobre o destino das propriedades, sendo que geralmente ocorre a venda para outros agricultores ou o arrendamento para terceiros (BOSCARDIN, 2017). Sendo que na ausência de filhos interessados em serem os sucessores da UPF, os pais adotam novos mecanismos de sucessão, realizando a transmissão do patrimônio para familiares próximos, como sobrinhos e irmãos. Além disso, a venda ou o aluguel/arrendamento da propriedade passam a ser cogitados por pais sem sucessores (SPAVANELLO, 2008; DA SILVA, 2015).

A venda representa se desfazer da propriedade e deixar para trás toda a história e o apego existente (BOSCARDIN, 2017), desse modo, o arrendamento representa uma manutenção simbólica da terra como um bem material da família. De forma complementar a isso, Silvestro et al. (2001) mencionam que a venda da propriedade também afeta a estrutura fundiária, acarretando uma concentração maior de terras, porque as propriedades familiares acabam sendo vendidas e incorporadas à grandes propriedades, encerrando assim a sua ligação com a agricultura familiar, bem como, as instalações residenciais e produtivas, como casas, galpões, galinheiros, e chiqueiros acabam sendo destruídas.

Conjuntamente a isso, ocorre também o fechamento de escolas rurais e diminuição das comunidades de agricultores familiares, como clubes de mães, igrejas e salões comunitários, gerando uma descaracterização da paisagem local (SILVESTRO et al., 2001; BOSCARDIN, 2017). Em conformidade com Silvestro et al. (2001), tanto o significado do tecido social como das relações existentes no meio rural,

se finda quando os agricultores familiares, que ali residiam são substituídos por novos proprietários, que não residem mais na propriedade e na comunidade.

Também há uma grande perda de aspectos culturais, onde há um processo de desintegração social, situação que fica cada vez mais acentuada, já que, em meio às sucessões rurais, poucos são os jovens agricultores que têm interesse em ficar nas propriedades agrícolas, conforme Berwaldt (2018), na região Oeste do Paraná houve a extinção de muitas comunidades vinculadas a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) da área rural, devido à falta de pessoas.

Nas gerações passadas, conforme relata Boscardin (2017) aquele filho que se tornasse sucessor assumiria a responsabilidade de amparar os pais na velhice, representava tanto o amparo econômico como médico, como bonificação pelo cuidado com os pais, o filho sucessor herdava a propriedade. Contudo, em casos em que há ausência de sucessores, se faz necessário que os pais repensem o que acontecerá com eles na velhice, principalmente sobre quem irá ampará-los, já que os filhos não estão no rural. Assim sendo, os pais também acabam optando por migrarem para o urbano, na busca de estarem mais próximos dos filhos e dos serviços médicos, ou seja, a migração dos filhos para as cidades acaba sendo como um “convite” para a migração dos pais (BOSCARDIN, 2017). De tal forma que, a existência de pais sem sucessores pode representar pais sem amparo dos filhos na velhice, e inclusive o fato de que a propriedade saia das mãos da família e passe a outros proprietários (SPAVANELLO, 2008).

Somado a isto, ocorre o processo de masculinização no meio rural, devido as mulheres deixam o campo em maior número que os homens, movidas sobretudo pela desvalorização do seu trabalho, maior incentivo ao estudo e a vida urbana, e desprivilegio quanto a herança. A masculinização posteriormente, compromete a reprodução e continuidade da agricultura familiar, já que os homens acabam não conseguindo constituir uma família, conseqüentemente a população rural começa a envelhecer e não há sucessores para a atividade agrícola (ABRAMOVAY et.al, 1998; RAUBER, 2010).

Rauber (2010) em seu estudo sobre a masculinização nos diferentes sistemas agrários comenta que a presença da produção leiteira e da agricultura familiar permite a manutenção dos índices de masculinidade sob controle, apesar disso, nas regiões onde há predomínio de cultivos de soja e de arroz os índices de masculinidade aumentaram consideravelmente. A autora comenta que nas culturas de soja, trigo e

arroz onde a modernização agrícola foi mais forte, houve uma diminuição mais drástica da necessidade de mão de obra, em comparação a culturas que requerem uma maior necessidade de mão de obra, como o caso do fumo, onde a presença feminina nas unidades familiares ainda permanece constante (RAUBER, 2010).

Inclusive, Rauber (2010) averiguou que a masculinização é bastante elevada em todos os sistemas agrários gaúchos, na faixa etária entre 15 e 24 anos. Esse fato representa uma tendência de continuidade, e até mesmo de agravamento da masculinização rural no futuro, no entanto, há também a possibilidade de que com o passar do tempo haja um reequilíbrio entre os sexos, motivado pela migração dos homens que não conseguem matrimônios, aumentando o esvaziamento populacional do meio rural.

No entanto, na contramão da maioria das pesquisas, Thies (2021) constatou em Salvador das Missões (RS) um processo de feminização rural, onde o autor encontrou sete famílias formadas apenas por uma mulher viúva de elevada idade média, 71 anos. Contudo, excluindo esse grupo de viúvas dos resultados da pesquisa Thies (2021) encontrou um predomínio masculino entre as famílias, evidenciando que o processo de masculinização do campo também advém da migração de mulheres idosas, que migram para as cidades devido a idade avançada e a ausência de sucessores.

Além disso, a expansão das áreas urbanas causada pelo êxodo rural acarreta o desemprego, a violência, o crescimento de favelas e o envelhecimento populacional do campo (BERWALDT, 2018), por conseguinte, a manutenção dos níveis populacionais rurais também pode ser vista como uma ferramenta para diminuir a pressão sobre as áreas metropolitanas super lotadas (BALEZENTIS et al., 2020). Uma vez que, o aumento das áreas metropolitanas ocasiona problemas socioambientais, como problemas como uso e ocupação do solo, geração de resíduos e efluentes líquidos, gasosos e sólidos se propagam e restringem ainda mais a saúde da população urbana (BERWALDT, 2018).

A elevação do número de idosos juntamente com a masculinização da população rural, acaba restringindo o convívio dos jovens com a sua geração anterior, no qual a perda do contato pode ocasionar no jovem uma crise identitária, falta de reconhecimento de si e do seu lugar de origem (GODOY, 2019).

Diante disso, a falta de sucessores afeta não apenas a continuidade e a reprodução da agricultura familiar, mas também ocasiona um crescente esvaziamento

demográfico, econômico e cultural das propriedades e comunidades rurais, com aumento da população urbana, falta de mão de obra no meio rural, pais sem amparo na velhice, expansão de monoculturas e monopólios, marginalização das populações rurais, masculinização rural e envelhecimento da população rural (MATTE; MACHADO, 2016).

Logo, o histórico de ausência de políticas públicas eficientes para a juventude brasileira, a dificuldade e a insuficiência dos serviços de saúde e de educação de boa qualidade, bem como o acesso limitado ao lazer, acabam reduzindo o desejo dos jovens de permanecer na zona rural. Bem como, a falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e de meios diversificados para a composição de renda aumenta ainda mais a tendência de os jovens deixarem o campo. Aliado a isso, há o incentivo dos próprios pais, que acreditam que na cidade os filhos terão oportunidades para concretizar seus sonhos (VETTORASSI; FERREIRA; SOFIATI, 2021).

3.2 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das famílias dependerá de um tortuoso jogo pelo qual as unidades de produção familiares relacionam-se com o espaço e o ambiente que se inserem. Onde os indivíduos devem considerar o bem-estar, as condições de vida e as possibilidades de conquistar determinados objetivos. Assim como, a reprodução social não é somente resultado das escolhas individuais ou familiares ou pressões externas do sistema, mas sim, o resultado do processo de intermediação dos indivíduos com a família e de ambos com o ambiente que se inserem (SCHNEIDER, 2003).

Em conformidade com Redin (2012, p. 158), "a estratégia é fruto de decisões tomadas em determinados contextos influenciadas por diversos elementos no tempo e no espaço". Ele adiciona que as estratégias são influenciadas por diversos fatores sociais, culturais, econômicos, religiosos, legais, ambientais, político-institucionais (relações externas); fatores de localização, saber fazer intergeracional, sociais familiares, ambientais (relações internas). Onde cada realidade, na agricultura familiar, precisa ser analisada de forma distintas, possuindo estratégias diversas na condução de sua reprodução no meio rural (REDIN, 2012).

Outrossim, segundo Bordieu (1996) a estratégia é produto da articulação de um senso prático e de um *habitus*, onde as estratégias não são elaboradas de acordo com o desejo dos indivíduos, mas sim por meio de condições cotidianas de sobrevivência (sociocultural, econômica ou política). Assim sendo, as estratégias não são causais ou propositais, mas sim fruto da ação humana diante das eventualidades objetivas (SCHNEIDER, 2003).

Chayanov (1974 apud SCHNEIDER, 2003) conceitua estratégias, como um conjunto de ações conscientes e planejadas adotadas pela família para alcançar seus objetivos. Sendo assim, quando a família não possui uma quantidade suficiente de terras para as suas necessidades ou há excedente de mão de obra, ela passa a buscar atividades extras, como forma de ocupar a força de trabalho e garantir um equilíbrio entre trabalho e consumo. A pluriatividade, por exemplo, assegura o equilíbrio entre o trabalho e o consumo, assegurando assim a reprodução social das famílias rurais.

O sistema de estratégias de reprodução social, conforme Bourdieu (1989; 1994), é estabelecido através de um grupo de estratégias pelas quais a família se reproduz biologicamente, e em especial, socialmente. Diante disso, Bourdieu trabalha com diferentes classes de estratégias: econômicas, educativas, de investimento social, de investimento biológico, de sucessão e de investimento simbólico.

As estratégias propriamente econômicas, tanto a curto como a longo prazo, são voltadas a garantir a reprodução do patrimônio econômico (capital econômico), e também aumentar o capital em suas diferentes espécies. As estratégias educativas, são investimentos a longo prazo, que objetivam produzir agentes sociais preparados e dignos de receber a herança simbólica do grupo, legitimando ou reforçando os princípios de dominação (capital cultural). As estratégias de investimento social, almejam a manutenção e instauração de relações sociais mobilizáveis e utilizáveis, a curto ou a longo prazo, que forneçam vantagens e favores (capital social), um exemplo típico de estratégia de investimento social, são as estratégias matrimoniais, que procura assegurar a reprodução biológica sem ameaçar sua reprodução social em virtude de um mau-casamento, mas sim unindo se a um grupo análogo. As estratégias de investimento biológico, que envolvem as questões de saúde e de fecundidade, através da limitação do número de filhos, casamento tardio ou celibato, o que no caso da agricultura familiar, afeta diretamente a distribuição da herança. As estratégias de

sucessão, que almejam garantir a transmissão do patrimônio, com a menor perda possível. As estratégias de investimento simbólico, relacionados com o reconhecimento, as percepções e as aparências do grupo familiar perante a sociedade (BOURDIEU, 1989; 1994).

Em suma, Schneider (2003, p. 114) alega que “cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução”.

3.3 A OPINIÃO JUVENIL SOBRE SER SUCESSOR RURAL

Durante a entrevista, os jovens foram questionados sobre o que representava para eles a sucessão rural e a atividade agrícola, além de quais as consequências da saída de jovens do campo.

Nos relatos dos jovens pode-se perceber que os pais comentam muito sobre as dificuldades enfrentadas pela atividade, como oscilações de preços, estiagens e a desvalorização do produtor rural. Porventura, simultaneamente também os pais transmitem exemplos de resiliência, importância e amor a agricultura aos filhos.

Sempre falam que não é nada fácil, requer muita paciência e expectativa. Não é porque um ano não deu safra que devemos desistir, dias bons e dias ruins acontecem pra todos. Sempre devemos seguir em frente, e se algo não deu certo, devemos procurar outras opções, para que consigamos nos manter aqui fora (Isabel).

Falam que poderiam ter mais respeito conosco e valorizar mais o nosso trabalho. Que é desvalorizado desde a época da planta com o custo lá em cima dos insumos, e na colheita com o baixo preço ofertado na hora de vender os nossos produtos, daí tu é obrigado a vender porque tem que pagar as contas (Joana).

Godoy (2019) afirma que os jovens não se enxergam como sucessores, porque os pais falam que a agricultura é muito difícil, que se sentem isolados, longe das tecnologias e das facilidades do meio urbano. Além disso, a autora relata que é importante saber como os jovens entendem a sucessão familiar, porque em muitos casos eles podem estar confusos, sendo que o entendimento sobre o processo e o que ele representa é fundamental para facilitar o processo, evitando que os jovens se sintam desorientados (GODOY, 2019).

Spavanello (2008) averiguou que na maioria das propriedades sem sucessores, os pais não encorajavam os filhos a permanecerem e falavam aos filhos que permanecer na agricultura era uma opção negativa. Bieger (2017, p.128) afirma que “se a família tem uma percepção positiva ou negativa das suas atividades e do seu modo de vida, possivelmente, seus filhos reproduzirão visões semelhantes às de suas famílias”.

A importância da atividade agrícola na produção de alimentos e como o sustento da família e a paixão pela profissão, bem como a persistência, resiliência e a paciência mesmo em momentos difíceis são os pontos motivadores para que os filhos desejem permanecer no campo como sucessores rurais. Além disso, todos relataram que os pais gostam de ser agricultores, apesar de todas as dificuldades, ou seja, há o amor a profissão.

Os entrevistados também comentaram da importância de ter alguém para continuar o trabalho já realizado pelos pais, bem como na produção de alimentos. Conforme os relatos abaixo:

Penso que é importante pois esperamos que depois de nós alguém siga com nosso trabalho, gerando alimento e renda para si e para os demais. [...] A não permanência destes jovens na agricultura vai atingir lá na frente no mercado. Pois se continuar assim daqui uns anos não vai ter quem produza o alimento (Joana).

Com certeza é importante que os jovens fiquem, é de lá que vem o alimento, então tem que ter alguém lá, daqui uns anos os velhos se vão e ficam só os novos (Miguel).

Pra mim, nós estar aqui, dando um pouquinho de nós pra ajudar a produzir alimentos que chegam a milhares de pessoas é gratificante, não só pra mim, mas acredito que para todos os agricultores, temos satisfação em poder dizer que sim, nós ajudamos a manter um país. Porque a atividade agrícola é fundamental para o ser humano, tudo sai daqui do campo [...] A maior motivação pra nós, é seguir os passos de nossos pais, dar continuidade a tudo que eles construíram nesses anos. E pra nós é gratificante ver todas as fases da agricultura, tanto na pecuária leiteira, desde o nascimento de um carneiro, quanto aos morangos, quando sai a primeira fruta do pé. Tudo tem o seu ciclo e pra eles acontecerem nós precisamos estar presentes a eles (Isabel).

Se não tem o agricultor, termina tudo, o alimento se produz tudo lá fora, se tu for analisar tudo vem da colônia. O agricultor que faz manter, que sem agricultura não anda, na cidade para o movimento, tudo para, nada circula, quando lá fora não produz, a cidade sente (Augusto).

A atividade agrícola é importante, em especial os pequenos, hoje em dia tão terminando, não tão conseguindo ficar mais, os produtores maiores tem ocupado mais espaço. Mas faz falta o produtor da agricultura familiar, é muito importante na questão de diversidade e da venda de coisas em pequenas quantidades, ovos, verduras, acredito que se consegue ter uma qualidade

maior no que é produzido em pequenas quantidades do que quem produz um monte, consegue dar mais atenção (Helena).

A atividade é importante para a economia, faz a economia girar, os agricultores produzem os alimentos que vão para a cidade e usam o dinheiro comprando coisa na cidade. Sem atividade agrícola nem o campo, nem a cidade funcionam (Laura).

Enxergo como um trabalho que ultimamente vem nos traz um bom retorno, além de contribuir para o crescimento da economia e alimentar a população do mundo inteiro (Heitor).

Joana comentou que “eu gosto de morar pra fora e lidar com os bichos”, e apesar das dificuldades pretende permanecer. Conforme Heitor “é gratificante fazer aquilo que gostamos”, por isso ele deseja continuar e se formou engenheiro agrônomo. Pedro disse que pretende permanecer para “dar continuidade ao amor pela terra que foi passado de geração em geração”.

De forma análoga, Vieira (2016) verificou que dentre as motivações dos jovens do Litoral Norte do Rio Grande do Sul para permanecerem no meio rural, todos os jovens, responderam que se sentem muito motivados em dar continuidade ou encaminhar suas vidas no trabalho agrícola. A autora ressalta que o desejo para permanecer está diretamente vinculado com a tradição familiar, em manter viva a cultura e os conhecimentos gerados pela família, bem como a ligação com a natureza, a autonomia e a liberdade. Inclusive, Vieira (2016) comenta que os jovens rurais não conseguem imaginar suas vidas longe do meio rural, pois isso representa a eles, além de uma atividade econômica, um modo de vida.

Troian et al. (2011) estudando duas localidades rurais de Santa Rosa (RS), observou que os jovens que permanecem no rural, são aqueles que pretendem continuar desenvolvendo as atividades familiares e cuidar dos pais ou sogros. Paralelamente a isso, esses jovens possuem terra, capital e instalações adequadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Como caracterizado por Godoy (2019), em sua pesquisa com jovens rurais da Fronteira Noroeste gaúcha (Tuparendi, Porto Mauá e Horizontina) buscando entender as questões psicológicas relacionadas a sucessão familiar. Godoy (2019, p. 45) constatou que “há uma predestinação à sucessão, ou seja, alguém precisa e deve dar continuidade, “tocar” a propriedade, para que o que os pais construíram não seja perdido”. Diante disso, ainda é evidente o sentimento de dever coletivo do jovem, onde alguém da família deve permanecer no campo. Em especial, com a modernização da

produção e do trabalho, além do acesso ao conforto e as facilidades da vida urbana no meio rural, como a internet (GODOY, 2019). Desse modo, mesmo que conforme ABRAMOVAY et al. (1998), a continuidade na profissão paterna tenha deixado de ser um compromisso moral, ainda há internamente nos jovens e nas famílias rurais o sentimento de dever em dar seguimento (GODOY, 2019).

Outro aspecto que motiva os jovens a permanecerem no rural são as experiências com o trabalho urbano, como o relatado por Isabel:

Hoje, pra mim a sucessão rural faz mais sentido, logo quando terminei o ensino médio optei por morar na cidade, fiquei 11 meses trabalhando fora, mas cheguei à conclusão que não era isso que eu queria, e com certeza foi a melhor atitude que tomei, em voltar pro interior e adquirir mais conhecimento com meus pais. Acredito que muitos jovens passam por isso, mas muitas vezes não conseguem o retorno, pois vejam que não é fácil e os pais não conseguem dar o apoio, me refiro à jovem igual eu, filhos de pequenos produtores (Isabel).

Após o retorno, Isabel se casou com um filho de agricultores e passou a viver na propriedade da família do esposo. Isabel também contou que o seu cunhado recentemente deixou o trabalho urbano assalariado para regressar ao rural, e auxiliar a família no cultivo de morangos. Roberto também deixou o trabalho urbano para retornar a propriedade familiar, no entanto em virtude da saúde do pai, atualmente, ele concilia o trabalho na propriedade com o trabalho em uma propriedade vizinha de maior porte para melhorar e ter uma garantia de renda.

Nas pesquisas de Da Silva (2015), a autora também observou o retorno ao campo de alguns jovens que migraram para a cidade, motivados principalmente pela não adaptação dos sistemas de vida urbano, como o regramento de horários, a impossibilidade de criar animais e a falta de sossego. Já Savian (2011) observou no município Pedras Altas (SC) dois casos de jovens que migraram para as cidades e retornaram ao campo, sendo que um dos jovens relatou havia muita violência na cidade que viveu (Florianópolis).

Stein et al. (2019) averiguaram que os jovens que decidiram permanecer no campo pertencem a famílias com condições financeiras favoráveis para tal, possuindo terras, capital e equipamentos adequados. Aliado a isso, os jovens gostam do trabalho agropecuário, sempre tiveram desejo de permanecer, enxergam a vida urbana como estressante e que o custo de vida no urbano é superior ao rural. Outro ponto comentado pelos jovens, de acordo com Stein et al. (2019), foi que a renda urbana

apesar de garantida, é fixa, é a mesma sempre; por sua vez, a renda rural, apesar de arriscada pode proporcionar maiores margens de lucros, sendo mais fácil se desenvolver financeiramente.

No Litoral Norte gaúcho, segundo Vieira (2016), a escolha dos jovens em assumir a identidade de agricultores, majoritariamente, não ocorre por uma falta de opção, ou até mesmo porque não estudaram, e acabaram ficando no campo, mas sim devido a uma opção destes jovens em ficarem no campo, em serem agricultores e adotarem esse modo de vida. Ademais, alguns jovens permanecem a fim de continuarem o legado familiar; outros pela aproximação com a natureza, pelo cuidado com a terra, o ecossistema e a comunidade; alguns também optaram em permanecer pela liberdade e autonomia que ser agricultor proporciona. Para Vieira (2016, p. 128, “a escolha destes jovens, é permanecer no campo, mas sempre em busca de aperfeiçoamento, melhorias e qualidade de vida”.

Por fim, a decisão do jovem rural sobre seu futuro no campo ou na cidade, irá depender de seus interesses e propósitos, motivados pelas necessidades naturais ou criadas, através suas demandas materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas, sendo influenciadas pelo espaço geográfico, pelas relações e pelas trajetórias individuais, além, dos cenários futuros imagináveis de uma vida rural ou urbana (SAVIAN, 2011). Godoy (2019) afirma que a permanência é uma escolha própria, porém que corresponde aos desejos familiares e a continuidade da unidade de produção familiar.

A dualidade entre o permanecer ou sair do campo são dadas aos jovens, que inseridos em um contexto social, decidem e agem. A decisão do jovem entre o ficar ou sair, é resultado dos interesses, propósitos, objetivos, finalidades e intenções do indivíduo, todavia é diretamente influenciada pelo contexto social no qual o jovem está inserido (SAVIAN, 2014). Conforme Stein et al. (2019), é necessário entender o êxodo de jovens rurais, em especial o que eles buscam com essa saída, e o que os motiva tanto a sair como a permanecer.

De modo geral, para os jovens entrevistados a migração de jovens do campo para a cidade ocorre principalmente devido a busca por melhores condições de vida e renda. Na opinião de Roberto: “os jovens saem do rural porque vão em busca de meios melhores para viver e os pais estimulam a estudar”. Para Pedro, a saída dos jovens ocorre devido a “desentendimentos com a família, para melhores

oportunidades com trabalho facilitado e melhores salários”. Laura comenta que os jovens saem porque buscam: “um trabalho com estabilidade”.

Já Isabel alega que: “a maioria dos jovens que saem da agricultura, são filhos de pequenos produtores, que querem ter uma vida “melhor”, mas acho que falta muito incentivo, tanto da família quando dos órgãos públicos”. Heitor também comenta sobre o apoio governamental, ele diz: “o principal motivo é a falta de apoio, principalmente dos governos anteriores e também a falta de recurso de muitos produtores”. Segue alguns relatos dos jovens:

Muitos jovens não ficam na agricultura, porque encontram muitas dificuldades, principalmente da parte financeira, para manter a propriedade, e também quando o tempo não ajuda, aí ele acaba vendo mais vantagem em trabalhar para fora. Quem trabalha neste meio tem que ter muita força, para enfrentar todas as dificuldades. (Joana).

Pela atividade em si, o serviço é mais braçal, tu não podes escolher serviço, o que tem, tu tem de fazer. A cidade, hoje, quem tá na cidade trabalha fecha aquela carga horária, fechou o serviço. Lá fora a gente tem que tá olhando pra cima, vê se chove, final de semana, feriado, férias se tem serviço tem que trabalhar (Augusto).

De tal modo que, as perspectivas futuras dos jovens rurais estão diretamente ligadas com a renda e com uma visão utópica que os mesmos possuem do meio urbano, dado que, eles migram acreditando que irão encontrar um trabalho estável e com boa remuneração.

No meio rural, as atividades agropecuárias são sazonais, extremamente dependentes do clima e das oscilações de mercado (SAVIAN, 2014). Diante disso, a renda destaca-se como um dos principais fatores que influenciam na permanência de jovens no campo, sendo que filhos de pais com maior poder aquisitivo e maiores propriedades apresentam maior tendência a permanecer na propriedade, de modo que esse processo é mais complicado nas propriedades familiares (MATTE; MACHADO, 2016; ANDREATTA et.al, 2020). Para Bessiere (2011), transmitir o gosto pela atividade agrícola e fazer com que os filhos retornem é mais complexo quando a exploração apresenta dificuldades em gerar algum lucro.

Outras motivações apontados para o êxodo juvenil são a ausência de incentivo e estímulo por parte dos pais; penosidade das atividades agrícolas, conflito de gerações; o pouco ou nenhum incentivo por parte dos pais; dificuldade em constituir família no meio rural; busca de autonomia financeira e pessoal; desigualdade de gênero (SPANVELLO et.al, 2011; MATTE; MACHADO, 2016; MAY et al., 2019); o

acesso à educação; questão financeira, social e emocional; as percepções sobre a agricultura; tradição familiar e a localização da terra (MAY et al., 2019). Bem como, os problemas com desastres naturais, como secas e enchentes; a desvalorização dos produtos agrícolas; conflitos entre os projetos pessoais e familiares; a carência de investimentos públicos (STEIN et al., 2019).

Berwaldt (2018) menciona que os principais motivos que acarretam ao êxodo rural são: à busca de empregos com boa remuneração, à mecanização da produção rural, à fuga de desastres naturais, à qualidade de ensino e à necessidade de infraestrutura e serviços, principalmente em saúde (BERWALDT, 2018). Conforme Boscardin (2017) as motivações dos jovens para não continuarem na atividade agrícola são: a possibilidade de obtenção de uma renda própria; autonomia para exercer atividades independentes dos pais; o não gosto pela atividade agrícola; o trabalho penoso realizado pelo agricultor a pouca valorização da profissão do agricultor e; condições das propriedades. Em adição a isso, as perspectivas futuras dos jovens rurais para melhoria da qualidade de vida comumente estão relacionadas na continuidade dos estudos, (MARIN, 2020), o que os leva as cidades, e conseqüentemente a migrarem do rural.

Em estudo realizado, por Pieper (2014), no município de Catuípe, buscando identificar os desafios e as perspectivas sobre a sucessão rural no município. Pieper (2014) constatou que os principais desafios enfrentados pelos produtores são as incertezas climáticas, o baixo incentivo do governo, a renda, a penosidade das atividades agrícolas, e o custo dos insumos e maquinários.

Balezentis et al. (2020) em um estudo realizado na Lituânia constataram que os principais obstáculos aos jovens para darem início na atividade agrícola, estão relacionados às dificuldades na aquisição de terras e/ou máquina, também há questões como inexperiência em planejamento estratégico, marketing ou falta de conhecimento em vendas.

No entanto, mesmo com todos os empecilhos enfrentados pelos agricultores familiares na busca de melhores condições de trabalho, a agricultura familiar é uma das atividades de grande importância, sendo a base para o sustento de inúmeras famílias que vivem no meio rural e fazem da agricultura familiar sua principal fonte de renda (BERWALDT, 2018). Paulilo (2004) destaca que apesar de tudo, a profissão de agricultor é a profissão que possui o maior número de filhos seguindo as atividades dos pais.

Heitor disse que: “muitas vezes nos questionamos e pensamos em desistir, principalmente em épocas de crises como a seca que ocorreu no ano anterior, mas sigamos firme na esperança de dias melhores que virão”. Em outras palavras, pode-se observar que a persistência e a resiliência dos agricultores familiares diante das dificuldades são fundamentais para que os mesmos continuem na atividade e motivem seus filhos a desejarem serem sucessores da atividade familiar.

No que tange sobre a sucessão, Laura disse que o assunto deve ser debatido, porque segundo ela “às vezes os pais querem que os filhos fiquem, mas os filhos querem estudar, [...] não pode ser uma imposição”. A opinião de Laura remete ao tratado por Bessiere (2011); Maciazeki-Gomes, Toneli e Grave (2019); e Zagata e Sutherland (2015) sobre os pais não quererem impedir o livre arbítrio dos filhos quanto as suas aspirações profissionais e pessoais, sendo de livre escolha do jovem a decisão dele entre o ficar ou sair. Ademais, para Godoy (2019) ficou evidente em seu estudo no Noroeste Gaúcho que poucos jovens possuem espaço para falar de seus sentimentos sobre a sucessão com os pais.

Concomitantemente a isso, Augusto relatou sobre fatos que veem acontecendo na localidade onde ele mora:

Taperas enterradas, tá entrando o produtor grande e enterra com tudo e faz lavoura. Às vezes, a pessoa vende porque não tem condição, a necessidade (saúde) obriga porque não tem como. Eu tenho vizinhos lá fora, que nem tem carteira de motorista, os filhos tão todos na cidade trabalhando, para trazer uma coisa ou tem que chamar um taxi ou tem que depender de um vizinho. [...] É que não tem mais condição de continuar, que a idade não permite mais continuar, tu sozinho lá com 70 anos (Augusto).

O comentário de Augusto refere-se aos fatos vivenciados no meio rural, principalmente daquelas propriedades que não possuem sucessores. Onde os agricultores sem sucessores ficam desamparados na velhice, e precisam adotar novas estratégias, em alguns casos arrendamento, vendas ou escolha de um outro familiar como sucessor (SPAVANELLO, 2008; BOSCARDIN, 2017). Em muitos casos, os agricultores sem sucessores vendem as propriedades para migrarem para as cidades ou continuam residindo até o fim da vida, porém, os filhos não querem continuar e acabam vendendo a mesma. A venda propriedade, de modo geral, ocorre a agricultores com maior poder aquisitivo, que acabam enterrando as casas e transformam tudo em lavoura, aumentando também a concentração fundiária.

Como já relatado anteriormente, a ausência de sucessores não afeta apenas a continuidade da atividade familiar ou o destino dos pais na velhice, mas também impacta nas comunidades rurais, onde ocorre fechamento de escolas, salões comunitários, igrejas e demais grupos sociais. Boscardin (2017, p.72) salienta “que ausência de sucessores não traz impactos apenas para o grupo familiar, mas também para toda a comunidade”.

3.3.1 A vida no rural através da perspectiva juvenil

A forma como os jovens enxergam a vida no campo, seja os pontos positivos de viver no rural ou os pontos negativos, impacta profundamente nas escolhas futuras desses jovens na dualidade entre o ficar ou o sair do rural.

Na agricultura familiar, o espaço impõe condições naturais e sociais que afetam a decisão dos jovens sucessores, como a hierarquia familiar, a divisão e a remuneração do trabalho, a disponibilidade de terras aptas, condições climáticas, atividades desenvolvidas, possibilidades de lazer, educação e consumo (SAVIAN, 2014). Além disso, ao considerar se a opção por permanecer ou não no campo deve-se considerar as vantagens e desvantagens em viver na cidade ou no campo (DA SILVA, 2015).

Conforme Vettorassi, Ferreira e Sofiati (2021), nos estudos referentes a juventude deve-se enfatizar sobre o que os motiva a ficar, e não somente sobre o que os leva a sair, sendo indispensável analisar se os jovens rurais querem ir embora e, ao mesmo tempo, descobrir se gostam de viver no campo, de modo que a migração não perpetue a imagem equivocada de rejeição desse espaço.

Dentre um dos principais pontos positivos citados pelos jovens na vida no campo está o contato com a natureza, melhor qualidade de vida, poder produzir seus próprios alimentos e a tranquilidade. De acordo com alguns dos entrevistados:

Sim, gosto muito de viver aqui fora. O ponto positivo é a liberdade que você tem pra exercer o teu serviço, é você estar em meio a natureza e poder desfrutar dela. É você não precisar estar trancado dentro de uma casa ou apartamento, é você ter uma qualidade de vida melhor, mais tranquila. (Isabel).

A vida é tranquila é boa, não tem tantas regalias, pelo menos não tem perigo, nesse lado tá bem tranquilo, tu pode deixar uma porta, que ninguém entra mexe, aqui na cidade tem que ser tudo fechado, e o viver lá fora tem mais a natureza, tu quer comer uma fruta, tu vai ali no pé e pega, tudo é diferente.

Tem muita gente da cidade que tá comprando chacinha pra fora, pra ter lazer, pra final de semana sair do barulho, sair daquela rotina, pra melhorar a vida. A vida na cidade é mais agitada (Augusto).

É melhor a vida no campo, é mais tranquilidade, até o ar pra ti respirar é mais puro, é outra coisa, é outro ambiente. Se desse pra ficar todo dia pra fora e ir pra cidade só quando preciso seria perfeito. Tipo morar pra fora é melhor do que morar na cidade, eu acho pelo menos (Helena).

Sendo assim, o campo é visto como um espaço de lazer e descanso para aqueles que residem na cidade, visto que o lazer no meio rural possibilita o rompimento com as rotinas (VETTORASSI; FERREIRA; SOFIATI, 2021).

A condição de trafegabilidade das estradas e a distância entre o rural e o urbano foi o principal empecilho da vida no rural citado pelos participantes. Ressalta-se que a trafegabilidade das estradas afeta não apenas o deslocamento do rural para o urbano, mas também dificulta a comercialização de produtos, e no caso dos produtores de leite afeta diretamente o trabalho dos leiteiros em buscar o leite na propriedade, em especial em dias de chuva, onde acontecem atoleiros. Luiza contou que: “para poder fazer a faculdade precisei morar na cidade pelo difícil acesso, estradas ruins, especialmente em dias de chuva”.

Todavia, todos os relatos de jovens que acabaram se mudando para as cidades para estudar vieram por parte das moças entrevistadas, os jovens entrevistados do sexo masculino que acessaram ou acessam o ensino superior mantiveram sua residência no interior. Como mencionado por Rauber (2010), geralmente após completar 18 anos, os filhos homens ganham um carro ou uma moto da família, porém o mesmo não ocorre com as filhas mulheres. De modo similar, em um estudo realizado por da Silva (2015) em Agudo e São Miguel das Missões, os jovens que possuem o seu próprio meio de transporte tem uma maior convivência e socialização, devido a maior facilidade no deslocamento rururbano.

A proximidade com a cidade e a melhor condição das estradas, principalmente em casos que rodovias asfaltadas estão próximas das residências dos jovens acaba sendo um ponto favorável. Como é o caso de Roberto e Alice que moram próximos da cidade e o acesso asfáltico fica a aproximadamente 5 minutos da casa deles, eles relataram que pela maior proximidade com área urbana tudo é mais tranquilo, ela consegue se deslocar diariamente para trabalhar na sede do município com facilidade.

No caso do Oeste Catarinense, conforme Stein et al. (2019), devido à proximidade entre o rural e o urbano, em torno de 2 a 9 km de distância, os jovens

continuam vivendo no campo e deslocando-se diariamente para trabalhar nas cidades. Além desse fato, os jovens relataram que a qualidade de vida é melhor, porém a vida urbana proporciona uma renda garantida (STEIN et al., 2019).

May et al. (2019) relata que a localização das terras mais próximas a grandes centros ou a áreas urbanas favorece a sucessão rural e a permanência de jovens no campo. Em adição a isso, algumas das localidades do interior de Entre-Ijuís possuem pequenos trechos com calçamento em frente a igrejas, salões comunitários e/ou escolas.

As opções de lazer e o baixo número de jovens no meio rural foi outro aspecto negativo citado por muitos jovens. Miguel relatou que: “lá (referindo-se a sua localidade) tem uns três ou quatro jovens, não junta meio time”. Isabel contou que ela e o marido possuem poucos amigos jovens agricultores, o que afeta a vida social deles, contudo o descolamento não é visto como um problema para eles.

Já Luiza comentou que quando recebe convite para sair com amigos, acaba não aceitando ou não podendo ir, principalmente pelas condições das estradas e da distância (mais de 15 km da cidade), para Luiza, como “não há muitos jovens no rural, há muita dificuldade de sair e encontrar pessoas pela distância, difícil encontrar amigos, há uma solidão rural, um rural solitário”.

Como descrito por Da Silva (2015), os espaços existentes no meio rural, como as igrejas, campos de futebol, salões comunitários estão na sua maioria abandonados e com recursos públicos escassos. Aliado a isso, devido a distância dos centros urbanos, que apresentam uma maior diversidade de programas de lazer, acontece uma dupla exclusão dos jovens rurais de espaços sociais de lazer e convivência, tanto dos espaços sociais rurais como dos urbanos

Como observado por Chauveau (2014) em seus estudos com a juventude rural do Oeste Catarinense, mesmo que a ausência de opções de lazer para os jovens rurais seja um problema de baixa influência na decisão dos mesmos em sair do rural, os jovens comentaram que a diversidade de programas no rural é baixa, geralmente limitada a poucos bailes que ocorrem nas comunidades rurais. De modo que para acessarem a diversas opções de lazer, os jovens precisam morar nas cidades, todavia, muitos jovens comentam que gostam da vida tranquila no campo.

Redin (2015) em seu trabalho sobre a juventude rural de Arroio do Tigre (RS), observou que o “isolamento” parcial dos jovens durante a semana na propriedade, fortalece a necessidade de confraternizar aos finais de semana um dos fatores

fundamentais para que os jovens desejem permanecer no interior. Todavia, os controles familiares e as opções reduzidas para lazer acabam limitando as possibilidades dos jovens.

Em Arroio do Tigre, existe a Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI) que cria espaços de lazer, entretenimento e sociabilidade entre os jovens rurais, espaços esses que também possibilitam a integração com jovens urbanos. Torneios esportivos promovidos e criados pela associação dos jovens permitindo a interconexão entre as comunidades, o deslocamento dos jovens e a ampliação da rede social, favorecendo também as trocas de contato e conhecimento de outras realidades rurais. Além das atividades esportivas, organizadas pela AJURATI, como a promoção da Olimpíada Rural, a associação também desenvolve projetos que estimulem a permanência dos jovens no rural, como ciclos de palestras (REDIN, 2015).

Quando indagados sobre a existência de algum projeto a nível municipal voltado a juventude rural de Entre-Ijuís, todos os jovens entrevistados relataram desconhecer a existência de algum projeto e que o município possui muito pouco interesse sobre o tema. Uma das jovens disse que: “na escola vão incentivar um monte de coisa, mas isso não”, referindo se sobre sucessão rural e permanência de jovens no campo.

Salienta-se que é difícil a construção de programas e projetos a nível municipal, principalmente porque muitos dos desafios enfrentados pelos jovens rurais vão muito além do controle municipal, contudo, percebe-se há uma despreocupação do poder público municipal quanto a categoria juventude rural.

Adicionalmente a isso, em conversa com membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais eles mencionaram que era difícil encontrar jovens dispostos a participar do sindicato, pois é necessário que haja jovens agricultores familiares (até 32 anos) na direção do sindicato. Para Ferreira e Anjos (2022), há uma baixa participação dos jovens rurais nos espaços associativos (cooperativas e associações) e nas organizações coletivas (sindicatos), todavia, os autores ressaltam que essas organizações podem desempenhar um papel positivo na permanência dos jovens no meio rural.

Outra dificuldade que os participantes citaram sobre a vida de um jovem no rural foi a questão do trabalho. Laura disse que: “o jovem se quer trabalhar tem que ir pra cidade”, ela mesma contou que para fazer faculdade e os estágios morou com a

avó na cidade, o mesmo aconteceu com Helena. Miguel também relatou sobre a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho no meio rural.

Miguel- É difícil, porque na verdade eles (jovens rurais) tinham que ter uma diferença, que nem na cidade tu vai sair pra trabalhar, tem o Jovem Aprendiz, que favorece o emprego do jovem e tudo mais. Agora não tem algo na agricultura que tu vai ganhar essa oportunidade, uma oportunidade só pra jovem vamos dizer assim. Aí eu vou financiar uma lavoura, eu financio como meu pai financia, não tem nada pro jovem.

Aniele- E o Pronaf Jovem?

Miguel - Esse Pronaf não existe na verdade, é só pra investimento e não existe na verdade até hoje quase ninguém usou ele, tem o nome, mas ele nunca tem verba, nunca tem verba pra ser utilizado.

Miguel além de relatar a dificuldade do jovem rural em acessar o mercado de trabalho, comentou sobre as políticas públicas deficientes para a juventude rural, como o caso do Pronaf Jovem (aprofundado na seção sobre juventude e políticas públicas).

Na Europa, devido ao processo de envelhecimento dos agricultores que acontece no rural europeu, houve a criação de uma política de específica de incentivo para o surgimento de novos agricultores, estabelecida dentro da Política Agrícola Comum (PAC), pela qual pessoas com menos de 35 anos que não possuem terras agrícolas, as adquirem seja por meio da compra, sucessão ou contrato de arrendamento (CHATZITHEODORIDIS; KONTOGEORGOS, 2020).

Em adição a isso, também na Europa, em 2014 foi criado no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), um regime de pagamento para jovens agricultores, o Pagamento do Jovem Agricultor (Young Farmer Payment), o regime fornece apoio financeiro a pessoas com menos de 40 anos, dispostas a iniciar um negócio agrícola (MAY et al.,2019; BALEZENTIS et al., 2020). A medida prevê um pagamento adicional além do pagamento básico médio aos jovens agricultores, que estão iniciando pela primeira vez uma exploração agrícola como chefes da mesma, ou que já criaram uma exploração agrícola durante os 5 anos anteriores da sua primeira candidatura ao regime (MAY et al.,2019).

Do mesmo modo, o acesso à educação é grande impacto quando se fala sobre juventude. Nos relatos dos jovens foi possível observar que devido as condições das estradas e a distância, o acesso é mais dificultoso, principalmente ao ensino médio que possui apenas uma escola no município e a mesma situa-se na área urbana. Dos

entrevistados apenas um deles não cursou o ensino médio em Entre-Ijuís, tendo o cursado em escola agrícola em outro município.

Além disso, Rauber (2010) comenta que a oferta de ensino médio no rural gaúcho é insuficiente, sendo comum o transporte dos alunos do ensino médio para as escolas urbanas, aproximando ainda mais eles da vida urbana. O deslocamento de jovens rurais para uma escola de Ensino Médio urbana acontece em Entre-Ijuís, o que leva a um afastamento dos jovens rurais da sua realidade rural e os aproxima da vida urbana.

Em relação ao Ensino Médio, uma das entrevistadas relatou que sofreu preconceito dos colegas da cidade por ser “colona” e morar no interior, inclusive comentou que a escola dividia as turmas entre cidade e interior. Essa divisão das turmas no Ensino Médio entre os alunos oriundos do interior e os da cidade, ocorre conforme os relatos também pelo fato do horário do transporte escolar utilizado pelos alunos do médio ser o mesmo utilizado pelas escolas municipais rurais, sendo necessário que o transporte escolar cumpra horários de chegada às escolas situadas na área rural do município.

Por exemplo, a Escola Zeferino Antunes de Almeida, que é a escola mais distante da sede do município, localiza-se a mais de 24 km da sede, além disso, o trajeto percorrido pelo transporte escolar inclui entradas, o que aumenta a distância e o tempo de viagem, conjuntamente há questão da trafegabilidade das estradas. O que resulta na necessidade de que os alunos rurais do ensino médio que utilizam o transporte escolar saiam mais cedo da aula, sendo necessário que as aulas para esses alunos encerrem as 11 horas da manhã, e devido a carga horária do Ensino Médio os alunos precisam ter aulas em período integral (manhã e tarde), menos duas vezes por semana, mas novamente devido ao transporte escolar se faz necessário que as aulas encerrem antes das 16 horas. Ademais, em períodos de chuva excessiva, pode ocorrer que as aulas nas escolas rurais do município sejam canceladas e o transporte escolar dos alunos do Ensino Médio seja afetado.

Não obstante, o transporte escolar favoreceu o acesso dos jovens rurais ao Ensino Médio. Augusto, de 32 anos, o mais velho dos entrevistados, enfrentou dificuldades bem maiores para poder acessar o ensino médio, sendo que foi necessário que ele utilizasse transporte privado, conforme relato abaixo:

Na minha época, quando tinha que fazer o ginásio era do tempo do Safira (antiga linha de ônibus que trafegava por algumas localidades rurais do município, foi extinta há anos), ônibus de linha que cruzava lá, aí tu pegava o ônibus 8 horas, tu chegava aqui no ginásio 9 horas, aí tu já perdia um período, não tinha o que fazer, aí tu tinha toda essa dificuldade e ainda era um ônibus linha que tu tinha que pagar particular pra poder vir estudar (Augusto).

O acesso a escolas e ao transporte no meio rural favoreceu um processo observado por Boscardin (2017) em Frederico Westphalen, onde houve um aumento na idade dos jovens das gerações em deixarem a propriedade dos pais, sendo que até 1990 os filhos migraram com idade média de 15,8 anos, por sua vez, entre 2011 a 2015 os filhos migravam com idade média de 19,9 anos, ou seja, um aumento de quatro anos. Antigamente, era necessário sair do rural para estudar, além disso, recentemente já há a possibilidade de cursar ensino médio e graduação vivendo no rural, como relatado por Boscardin (2017) as filhas migram mais novas que os filhos.

Também relativo à educação os entrevistados comentaram que o sistema de ensino adotado nas escolas não transmite uma imagem positiva do agricultor, de forma a desmotivar os jovens a se interessarem pela atividade, bem como não os prepara para serem sucessores.

Hoje, a política do professor ensina muito puxando contra a agricultor, de que do desmatamento o culpado é o agricultor, [...] que o pai usa “veneno”, tá poluindo o rio e tá matando os peixes. A gente usa os agrotóxicos porque precisa, a gente necessita, se tu não usar hoje em dia tu não produz (Augusto).

Apesar disso, no artigo N°182 da Lei Orgânica Municipal de Entre-Ijuís, que trata sobre o currículo escolar das escolas municipais rurais, fala que o mesmo deverá adotar disciplinas voltadas à agricultura e a ecologia (ENTRE-IJUÍS, 1990). Porém, apenas consta na lei esse regramento de disciplinas voltadas à agricultura, sendo que na prática a temática não é abordada. No passado, em algumas escolas municipais rurais havia a disciplina de Técnicas Agrícolas, porém a mesma deixou de existir há uns 10 anos.

Como Rauber (2010) salienta até mesmo as escolas situadas no meio rural, transmitem conteúdos voltados a realidade urbana, afastando ainda mais os jovens rurais da vida que os cerca. Na visão de Vieira (2016), as escolas do campo devem funcionar embaixadas a partir da realidade do campo, localizando-se no meio rural e favorecendo a permanência dos jovens rurais.

De acordo com Miguel, “nas escolas não se fala sobre isso, pra ti estudar numa escola agrícola não é todo município que tem, e o município aqui não fornece nada”. Neste relato, Miguel também fez referência a auxílios transporte para cidades que possuam técnico agrícola, sabe-se que existem algumas cidades que fornecem um auxílio transporte ou levam os interessados para as cidades próximas que tenham um curso técnico em Agropecuária. Outrossim, o jovem entrevistado que é técnico agrícola precisou arcar com os custos de transporte, por não haver algum auxílio ou apoio municipal para tal.

Analisando o caso de Entre-Ijuís e para quais municípios os jovens precisariam se deslocar em caso de pretenderem serem técnicos agrícolas, há duas possibilidades próximas. Um curso de técnico em Agricultura no Instituto Federal Farroupilha, em Santo Ângelo (cidade vizinha) e também técnico em Agropecuária, na Escola Técnica Guaramano, em Guarani das Missões, sendo que nessa última há alojamento interno para os alunos.

Somado a isso, por um breve período a Escola Municipal Zeferino Antunes de Almeida funcionou como uma escola agrícola. Entretanto, conforme o relato de um dos entrevistados os alunos que estudaram não receberam uma certificação, gerando assim um descontentamento por parte dos pais e o posterior encerramento das atividades.

Logo que abriu o colégio agrícola, nós frequentamos. Eu frequentei de manhã cedo, era três vezes por semana, daí tu almoçava e de tarde tu vinha ter aula no Zeferino. Depois quando tu foi pra ser formar, a gente não ganhou um diploma não ganhou nada, aí os pais começaram a dar em cima, que acho que foi um dos motivos de terem fechado o colégio agrícola. [...] No colégio agrícola tinha quatro matérias, zootecnia, técnicas agrícolas. Aquilo lá é grande, é imenso, é um dinheiro que tá lá parado. [...] Antigamente, na minha época fornecia verdura pra todo o colégio, era para todos os alunos que ficavam, mas não ter um diploma não incentivou (Augusto).

Atualmente, a área de 40 hectares pertencentes a escola agrícola está em disputa judicial. No passado, o município tentou realizar a venda da área, contudo, a família que realizou a doação para o município entrou com um pedido judicial para cancelamento do leilão. Recentemente, o poder público obteve um aval positivo do judiciário e estuda qual será a destinação dessa área. No mais, ressalta-se que o colégio agrícola se localiza a aproximadamente 40 km da sede do município, em estrada de chão, o que se torna um empecilho e dificulta o acesso tanto de alunos como de professores para a escola.

Concomitante a isso, Augusto comentou sobre o fechamento de escolas do interior, ele tem um filho pequeno (2 anos) que ainda não vai à escola, mas que em breve irá. Ele contou que tem um colégio de bem grande que fica próximo onde mora, a escola conta com uns 100 alunos. Augusto acrescentou que “já tem uma política, de quererem juntar as comunidades, fechar um colégio e reunir os alunos tudo num só (colégio), pra ter mais “população” para as professoras”. Esse processo de fechamento de escolas rurais é fruto do envelhecimento e da masculinização das populações rurais, bem como da redução do número de agricultores familiares e do tamanho das famílias (SILVESTRO et al., 2001; DA SILVA, 2015; BOSCARDIN, 2017).

Diante do exposto, apenas uma das jovens entrevistadas relatou preferir a vida urbana ao invés da vida no meio rural, comentando que “na cidade tudo é próximo”. Em pesquisa realizado por Troian et al. (2011), em Santa Rosa, uma jovem rural por eles entrevistada, relatou que ela não gostava do rural por considerar tudo longe, com trabalho árduo, baixo retorno financeiro. Além disso, a jovem santa-rosense vai esporadicamente a festas, mas acompanhada pelos pais. A mesma também relatou que gostaria de ter continuado os estudos, porém os pais não a deixaram, porém conforme a mesma os estudos permitiram que ela conseguisse algo melhor para a sua vida do que o trabalho rural.

Os demais jovens entrevistados relataram que preferem a viver no interior, e que se fosse possível continuariam vivendo no interior, mesmo que trabalhando nas cidades. Segundo Breitenbach e Corazza (2020, p. 2) “o desejo de morar, estudar e trabalhar na cidade, para muitos jovens, supera as expectativas de futuro no meio rural”. Reforçando também o que foi dito por Vettorassi, Ferreira e Sofiati (2021), de que os jovens gostam de viver no campo, todavia questões maiores do que o gosto pela vida no campo acabam “forçando” a migração desses jovens para as cidades.

Em trabalho realizado por Foguesatto et al. (2016) com jovens filhos de agricultores do Noroeste Colonial gaúcho que migraram para as cidades, nesse trabalho os autores buscaram compreender as motivações que levaram eles a migraram. Os autores observaram que a maior parte dos entrevistados (62%) prefere morar no rural, devido a maior segurança, a maior tranquilidade, a independência na realização das tarefas, a rotina menos exaustiva e ao custo de vida mais baixo (FOGUESATTO et al., 2016)

No entanto, mesmo com eles preferindo viver no campo eles migraram para as cidades motivados pelos seguintes fatores: irregularidade na renda; políticas públicas defasadas; ausências de escolas técnicas e universidades; baixo reconhecimento dos pais pelas atividades realizadas; falta de espaços de lazer, de tecnologias para o trabalho e de acesso aos meios de comunicação (FOGUESATTO et al., 2016).

No ponto de vista de Champagne (1986 apud TROIAN et al., 2011), a migração pode ser vista como uma rejeição a atividade agrícola, pois os filhos não querem seguir o mesmo modo de vida dos pais. De modo que, a crise de reprodução social da agricultura familiar é uma crise de identidade social. No entanto, Vettorassi, Ferreira e Sofiati (2021) comentam que se pode perceber historicamente que a migração no Brasil rural ocorreu sobretudo em decorrência da expulsão da terra pela falta de condições de sobrevivência, do que pela atração exercida pelas cidades. Assim sendo, o êxodo rural não se traduz como um desagrado com o local de origem, mas sim pela busca por um modo de vida melhor, sendo importante entender em especial sobre o que os motiva a ficar, pois por muitas vezes a migração não significa a rejeição desse espaço (VETTORASSI; FERREIRA; SOFIATI, 2021).

Portanto, os jovens que deixam o campo, geralmente não o deixam por não desagrado da sua profissão, mas sim porque buscam alternativas para progredir, sonham com a possibilidade de tomar suas próprias decisões, almejam boas condições de vida e esperam serem reconhecidos pela sociedade (SIGNOR, 2019).

3.3.2 Gênero

A manutenção de apenas um dos filhos como sucessor foi algo observado na maioria das propriedades analisadas, onde um filho permanecia e outro migrava para as cidades ou para a propriedade da família do cônjuge. Em conformidade com Santos (2019), a saída de alguns filhos da propriedade assegura que o sucessor escolhido pelos pais tenha condições de continuar na atividade, configurando-se como uma estratégia adotada pelas famílias para garantir a continuidade do estabelecimento familiar, em virtude de propriedades muito pequenas não permitem que muitos filhos permaneçam na atividade de forma economicamente viável.

Além disso, na existência de filhos homens eles foram os preferidos para serem os sucessores da propriedade, visto que nas propriedades onde as jovens desejam permanecer, há apenas filhas mulheres. De modo que, ao analisar-se a sobre a

relação entre o gênero e permanência como sucessor da atividade familiar, pode-se observar uma maior predisposição dos entrevistados do sexo masculino em permanecer. Onde nenhum dos entrevistados homens disse que pretendia sair, mas sim conciliar um trabalho fora da propriedade familiar com as atividades relativas a mesma. Todavia, três das sete mulheres entrevistadas pretendem sair e até mesmo já migraram para as cidades.

Concomitantemente a isso, duas das três moças que não desejam permanecer tem um irmão, sendo que em um dos casos ele pretende continuar na propriedade; a outra disse que o futuro da propriedade depende diretamente da escolha do irmão, pois ela e a irmã não pretendem permanecer. Paralelamente a isso, alguns dos entrevistados homens comentaram de familiares, tias ou irmãs que saíram do rural por ser mais difícil para as mulheres, visto que dos três rapazes que possuem irmãs, duas delas já migraram para a cidade após o casamento e uma delas ainda é criança (7 anos). As irmãs mais velhas de Augusto, Heitor, Alice, Joana e Isabel se casaram e vivem na área urbana, onde tanto elas como o esposo trabalham. De acordo com o relato de Augusto:

Augusto: Eu tenho mais dois irmãos, o mais velho ficou lá, a do meio não, minha irmã não.

Aniele: Será que teve algum motivo pra irmã não ficar?

Augusto: É mais difícil por ser mulher, casou com alguém da cidade e tomou outro rumo (Augusto).

Por sua vez, as entrevistadas com irmãos do sexo masculino comentaram que a existência de um sucessor depende da escolha do irmão em permanecer. Outro fato observado foi de que quando havia somente filhas mulheres, nos dois casos quem permaneceu foi a filha mais nova, a mais velha já havia migrado para as cidades e constituído uma família no meio urbano, onde vivia com o esposo e filhos, além de trabalhar.

Em Coronel Barros, Bieger (2017) averiguou que nas famílias que existem rapazes, a possibilidade de que exista um sucessor é maior do que nas famílias que há somente moças, pois os rapazes estão mais propensos a serem sucessores. De mesmo modo, Vieira (2016) observou no seu estudo sobre a juventude rural no Litoral Norte Gaúcho, há uma tendência de que o sucessor seja um homem.

Em um estudo realizado por Kummer (2017), no Oeste Catarinense, buscando entender a opinião masculina sobre o que motiva as moças a saírem do rural. Os

entrevistados viam com certa naturalidade a saída feminina do campo, em virtude da cultura machista no rural, de submissão ao marido, ao trabalho pesado, a procura das mulheres pelo estudo, por novas condições de vida e pela vida urbana. Conjuntamente a isso, os jovens rurais temem não encontrarem uma parceira e terem de enfrentar uma “solidão rural”, mas eles mesmos reforçam o desejo feminino pela migração (KUMMER, 2017).

Do mesmo modo, Breitenbach e Corazza (2020) mencionam que no meio rural há o predomínio de uma cultura patriarcal que desanima e não instrui as jovens mulheres para serem sucessoras. Além disso, as moças se sentem desvalorizadas e almejam o seu futuro pessoal e profissional no meio urbano, elas não pretendem viver em um universo onde trabalharão muito e terão pouca autonomia e reconhecimento. Entretanto, as autoras ressaltam que é perceptível que o patriarcado no meio rural tem perdido a sua força.

Entretanto, em estudo realizado por Boscardin (2017), dos 50 filhos dos agricultores sem sucessores, apenas dez seguem vivendo no rural, os demais migraram para as cidades. Todos os dez filhos que permaneceram correspondem a mulheres, que se casaram com agricultores, que vivem na propriedade da família do esposo, geralmente com os sogros. Boscardin (2017) também observou que essas mulheres na sua maioria não são agricultoras, mas sim exercem outras profissões (exemplo: professora).

De modo que, atualmente, aquelas mulheres que permanecem no campo através do casamento, tendem a buscar novas alternativas de vida com o intuito de fugir das “rédeas” do patriarcado, construindo sua própria autonomia (BOSCARDIN, 2017). O casal Alice e Roberto, é um exemplo disso, onde Alice mesmo vivendo na propriedade da família de Roberto, deu continuidade aos estudos, cursando Pedagogia e atua como monitora escolar. Já os outros casais de jovens agricultores, a esposa dedica-se exclusivamente a família e a atividade agrícola. Há um caso que o marido trabalha em uma empresa próxima afim de complementar renda.

Relembrando a participação dos jovens dentro das atividades relacionadas a propriedade, três moças disseram não participar, somente ajudar, são essas mesmas três moças que não desejam permanecer. Para Kummer (2017), os próprios pais preparam os filhos homens para pensarem no rural e não as filhas mulheres, elas ficam restrita ao ambiente doméstico e não tomam gosto pela atividade. Por outro

lado, as mães incentivam a saída das filhas para que elas não tenham o mesmo destino delas, onde migrar transforma-se em um caminho para se libertar (mesmo que em partes) das amarras sociais impostas as moças (KUMMER, 2017).

Godoy (2019) observou que aqueles jovens no Noroeste gaúcho que tem certeza que irão permanecer no rural, relatam exercerem funções importantes dentro da propriedade, além dos pais serem abertos ao diálogo e que os pais dependem da ajuda do filho para a manutenção da propriedade. Além disso, para Godoy (2019) ficou evidente no estudo que poucos jovens possuem espaço para falar de seus sentimentos sobre a sucessão com os pais.

Complementar a isso, nenhum dos entrevistados, e em especial as entrevistadas, mencionaram o machismo como um ponto negativo de ser jovem no rural. Entretanto, em estudos realizados por Castro (2009; 2013), Leibert (2016), Kummer (2017) e Johannesdottir et al., (2021), os autores encontraram uma forte influência tanto do machismo como do patriarcado na decisão das jovens em sair do rural. Leibert (2016) em seu estudo buscando entender a migração seletiva de mulheres rurais do Leste da Alemanha, observou que as regiões com maior igualdade de gênero tendem a favorecer a permanência feminina no rural.

Conforme Kummer (2017), há uma opinião geral de que de forma alguma a mulher terá autonomia no meio rural. Se permanecer em casa estará submissa às ordens do pai, não tendo autonomia e nem voz dentro da propriedade. Se casar, estará submissa ao marido. Aliado a isso, há sobreposição de jornadas de trabalho, de mãe, dona de casa, esposa e agricultora (KUMMER, 2017). Em estudo realizado por Menezes e Bock (2022), sobre o perfil das mulheres rurais gaúchas, em 462 municípios gaúchos, foi constatado que além do trabalho nas atividades agropecuárias, as mulheres rurais gaúchas são as principais responsáveis pelas atividades domésticas (cozinhar, lavar roupas, limpar a casa), bem como dos cuidados com os filhos e idosos e atividades externas à casa, ou seja, acumulam quantidade significativa de trabalho doméstico e agrícola.

No entanto, quando indagadas diretamente sobre a existência do machismo dentro do rural, uma das jovens contou que na família dela não existe, “mas que em outros lugares sim, a gente percebe que existe bastante [...], já está havendo um progresso, antigamente era bem pior”. Outra jovem comentou que ainda há machismo, que tem espaços que ainda são ocupados principalmente por homens, apesar de conforme ela não haver diferença nas atividades desenvolvidas pela mãe

ou pelo pai na propriedade, além disso, a mãe é a gestora da propriedade. O machismo também foi mencionado por outra jovem que disse o seguinte: “já ouvi falar de conhecidas que queriam ter feito Agronomia, mas não foram incentivadas pelos pais a cursar”.

3.4.3 Os filhos únicos

As famílias rurais que antigamente eram numerosas, estão cada vez menores. Visto que dentre os entrevistados três eram filhos únicos, apenas dois possuíam dois irmãos e os demais somente um irmão (sete entrevistados). A redução do número de filhos, em partes pode ser favorável porque a herança não será dividida ou haverá menos pessoas na partilha. Entretanto, também acaba limitando as opções de sucessor, se o único filho não quiser permanecer haverá uma propriedade sem continuidade e sucessão. Portanto, nessa seção analisa-se a situação sucessoral dos três filhos únicos entrevistados.

No ponto de vista de Godoy (2019, p. 45), ainda há uma predestinação a sucessão, onde alguém precisa e deve continuar na propriedade, para que o que a família construiu não se finde, de tal forma que não necessariamente ele seja o sucessor, mas saiba que um dos irmãos irá continuar na propriedade familiar, herdada das gerações anteriores (GODOY, 2019). Entretanto, aqueles jovens que são filhos únicos não possuem outra opção além deles mesmos para que alguém continue administrando a propriedade da família, amplificando assim a “responsabilidade” dos mesmos com a continuidade da atividade familiar.

Miguel e Luiza desejam permanecer, mas pretendem conciliar a atividade da propriedade com um trabalho assalariado, dado que ambos estão cursando o ensino superior. Miguel cursa Medicina Veterinária e Luiza cursa Agronomia, ambos cursos relacionados com o meio rural. Segundo o relato de Miguel:

A parte que ficar pro meu pai, eu pretendo assumir, continuar lá e seguir. Não vai ser fácil, vamos ver como vai ficar daqui uns anos, não tá tendo muitas ideias para o jovem permanecer na agricultura. [...] Eu não tenho o que fazer, eu tenho que assumir, ou eu vendo (Miguel).

No relato de Miguel, pode-se observar que para ele a sucessão ainda representa um compromisso moral de manter sob o controle da família a propriedade

familiar, pois ele é filho único. Ele mesmo comenta que não será fácil, mas que ele precisa assumir para manutenção da unidade de produção familiar sob o controle da família. A responsabilidade e o compromisso de serem as únicas opções diretas para a sucessão rural, também foram mencionados por Luiza e Helena.

Luiza contou que nunca se falou especificamente sobre a sucessão rural, mas que é falado sobre ela continuar, que os pais incentivam que ela permaneça e ela gosta da atividade agrícola. Ela sempre ajuda os pais nas atividades relacionadas a propriedade, desde cedo dirigindo trator, ajudando no plantio e participando ativamente das atividades. Inclusive escolheu cursar agronomia por gostar da atividade agrícola, bem como recebeu apoio dos pais para ser futuramente engenheira agrônoma. Todavia, os pais também falam que é uma escolha dela, mas Luiza acrescentou que “por ser filha única, ela tem uma “obrigação” de continuar, porque não tem outra opção”.

Por sua vez, Helena disse que não pretende continuar como agricultora e já está traçando seu futuro dentro da advocacia e estuda para concursos públicos, aguarda a nomeação em alguns que já foi aprovada. Porém, quando perguntada sobre o que planeja fazer com propriedade quando herdar, ela disse que não quer vender a propriedade e planeja mantê-la como um investimento.

Não iria me desfazer. Eu pensaria se der né, inclusive em investir ou em arrendar pra alguém, ou não arrendar e ter sei lá funcionários e investir em leite, talvez em gado de corte um pouco, porque eu acho que é uma boa área de investimento. Não vale a pena, eu vender (Helena).

Através da fala de Helena pode se observar que como ela não deseja permanecer, para ela a propriedade familiar torna-se uma opção de investimento e de renda extra. Muitos agricultores sem sucessores têm adotado o arrendamento como uma estratégia para afim de manter a terra como patrimônio familiar, bem como garantia de uma renda a longo prazo. Dado que a venda é uma renda imediata e a curto prazo, com o arrendamento a pessoa que arrendar a área deverá realizar os pagamentos anualmente ou em conformidade com o combinado entre as partes, além da terra continuar sobre a posse da família, mesmo sendo explorada por outros.

De modo semelhante a isso, Savian (2011) comenta que o rural poderá com a ausência de sucessores, se transformar de um espaço de vida, produção e sociabilidades, passando do local no qual vivem os responsáveis pelos

estabelecimentos familiares para um local de lazer e refúgio da vida urbana, com a função de manter viva as memórias da infância e da juventude, manter o patrimônio familiar e servir como fonte de investimento para alguns filhos de agricultores.

3.4.4 Incentivo dos pais e educação

Além da adoção de estratégias, o incentivo e apoio dos pais é fundamental para que os filhos desejem permanecer, servindo de suporte para que eles continuem e sintam-se motivados a isso. Contudo, por muitas vezes o incentivo dos pais não é para que os filhos deem continuidade na atividade agrícola, mas sim para que estudem, busquem uma profissionalização e conseqüentemente saiam do rural. Silvestro et al. (2001) afirma que não há atividade econômica em que as relações familiares sejam tão importantes quanto são na agricultura, em especial na de base familiar.

Em conformidade com Da Silva (2015), a visão dos pais sobre a atividade pode levar os filhos a desejarem ou não permanecer na atividade, aqueles pais que valorizam a atividade vão aos poucos demonstrando valores positivos referentes a profissão de agricultor. Boscardin e Conterato (2017) ressaltam que a concepção dos pais sobre a atividade agrícola afeta a motivação dos jovens em continuarem no meio rural.

Dos jovens entrevistados, oito deles (61,5%) relataram receber incentivo dos pais para continuarem na atividade agrícola, aliás todos esses que recebem incentivo desejam continuar, porém três deles pretendem também aliar a atividade na propriedade com um trabalho externo.

Dentre os relatos dos jovens sobre o incentivo dos pais, Pedro disse que os pais “incentivam até certo ponto, pois existem questões externas que podem influenciar”. Já Heitor falou que os pais incentivam e que os pais falam “que é dali que sai o sustento da família e também é dali que sai o alimento para o mundo inteiro. Joana comentou que os pais “incentivam, mas dizem que não é fácil a vida aqui fora, mas também falam que não é difícil pois se trabalharmos com capricho temos de tudo, nunca nos falta o que comer”. Adicionalmente a isso, Isabel disse que os pais e sogros incentivaram a permanência “porque para eles é uma maneira de terem ajuda nos serviços também”.

Em estudo realizado por Brizzolla et al. (2020), no município de Alegria, os autores perceberam que a maioria dos pais incentivam seus filhos a permanecerem, por outro lado, a minoria dos filhos deseja permanecer no meio rural e dar continuidade as atividades.

Referente aos cinco jovens (38,5%) que não foram incentivados pelos pais a permanecerem, somente dois desejam permanecer. No entanto, esse jovem casal (Roberto e Alice) alia o trabalho na propriedade com trabalhos externos, ele em propriedades vizinhas e ela como monitora de escola. Roberto relatou que “no momento pretendo permanecer, mas irei trabalhar fora motivado pela esperança de um futuro melhor com mais renda e melhores condições de vida”.

Somando-se a isso, perguntou-se ao jovem entrevistado e que já possui filho, se ele espera que o filho continue na agricultura, a resposta dele foi a seguinte:

Olha, o que a gente quer é que ficasse, mas tá difícil. A gente sofre lá fora, não é só coisa boa. Hoje, tu vê eles (filhos/jovens) vim pra cidade, vê que aqui é diferente a rotina, [...] lá época de serviço não tem final de semana, tu tem que trabalhar direto, colheita, planta, aí eles já veem esse outro lado. Se vão ficar a gente não sabe, mas a gente gostaria que ficasse, pra não terminar isso, é uma coisa que já vem lá, coisa que foi herdado dos mais antigos, do sogro, vem dos bisavôs também. A área de terra que hoje nós 'temo' plantando era dos bisavôs, quase na quarta geração. [...] A propriedade que nós temos a esposa herdou um bom tanto. Eu herdei da minha família, em outra comunidade, vendi minha parte e comprei pra cá, vendi pro meu irmão. Então, a gente gostaria que ficasse, mas não é a gente que escolhe. A gente faz a nossa parte pensando em melhorar. [...] Embora a gente tá procurando melhorar muito as coisas, hoje tem muita tecnologia, anos atrás não tinha e tem bastante hoje financiamento bancário, pra ti dar uma melhorada, facilitar teu serviço lá fora, comprar um trator, um maquinário melhor, pra se ficam né. [...] Vai melhorando essa parte, só que tudo é caro (Augusto).

O relato de Augusto demonstrou que mesmo ele desejando que o filho permanecesse para continuar na atividade familiar, ele está ciente de que a escolha será do filho e que será influenciada por diversos fatores. Nesse sentido, Augusto relatou que ele e a esposa tem ampliado os investimentos na propriedade, pensando em melhorar a propriedade tanto para agregar renda a eles como para incentivar que o filho goste da atividade e deseje permanecer.

Por sua vez, outras três jovens que comentaram não serem incentivadas a permanecerem na agricultura, por conseguinte, não desejam permanecer. Embora, o estudo tenha sido citado principalmente pelas jovens que não desejam permanecer, todos os jovens entrevistados relataram que os pais os incentivaram ao estudo. Dado

que dos entrevistados sete acessaram o ensino superior, quatro já o concluíram e três estão cursando um curso superior.

Laura, uma das jovens que não foi incentivada a permanecer disse: “os pais incentivam a estudar, não pela formação, mas ajuda se precisa”. Helena relatou que:

A gente nunca chegou a entrar muito nesse assunto, mas incentivar de ficar, nunca incentivaram. Inclusive incentivaram a estudar pra sair aqui de fora, pra não depender só do serviço aqui, porque é um trabalho muito incerto, nenhum ano tu consegue ter a certeza, a previsão do tempo muda, então é uma loteria, tu nunca sabe se vai dar, se vai dar safra e se não vai dar. E com a lida do leite também o valor oscila bastante e férias não existe. [...] Então eu acredito que por isso que eles nunca incentivaram também (Helena).

Através da fala de Helena observa-se que as dificuldades enfrentadas pelos pais, como agricultores familiares levou os mesmos a não incentivarem a filha a permanecer, mas sim para que a filha buscasse novos rumos fora da agricultura familiar. No caso estudado por Bessiere (2011), na região de Cognac, na França, os pais não querem forçar os filhos a seguirem como agricultores, assim sendo busca-se primeiramente a escola, onde os pais encorajam os filhos a continuarem os estudos, com a finalidade de garantir uma melhor situação social, seja na viticultura ou fora dela. De modo que, os jovens agricultores franceses frequentam o sistema escolar por mais tempo, possuindo uma maior escolarização que as gerações anteriores (BESSIERE, 2011).

Como constatado por Bieger (2017) em Coronel Barros, primeiramente, os filhos buscam outras oportunidades profissionais fora da propriedade, e se eventualmente não encontram as oportunidades ou não se adaptam ao estilo de vida, retornam à unidade de produção familiar, pois esta representa um local seguro. Outrossim, essa lógica não representa um planejamento sucessório, visto que em muitos casos não há discussão sobre quem será o sucessor, todavia os pais não desejam que a propriedade fique abandonada e sem alguém para dar continuidade (BIEGER, 2017).

O investimento das famílias rurais na formação escolar dos filhos como uma estratégia de reprodução da propriedade familiar, justifica-se pelo fato de o estudo ser considerado como permanente, duradouro e algo que não se perde com o tempo. Paralelamente a isso, a família acredita que os filhos que gostam de estudar devem ser priorizados e ter condições para que acessem o ensino superior, por sua vez,

aqueles que não tem vontade ou dedicação pelo estudo, permanecem na agricultura (REDIN, 2015).

Segundo Bieger (2017, p.122), "a educação superior é vista como um sonho dos pais, onde eles não tiveram a oportunidade de estudar", além de permitir, exercer uma profissão que não seja a de agricultor, de modo que para os pais também é a concretização de um sonho pessoal que não foi possível a eles. Para os jovens, estudar é uma forma de ascender socialmente e obter uma melhor qualidade de vida. Maciazeki-Gomes, Toneli e Grave (2019) mencionam que a herança dos pais não é mais só da terra, mas também a formação técnica para se manter na terra, e ainda, como possibilidade de escolha entre permanecer ou sair do campo.

Conforme observado na figura 6, quanto maior o nível de escolaridade dos entrevistados, mais provável que eles não permaneçam no campo, sendo que dos quatro entrevistados com ensino superior completo, três pretendem sair. Além disso, percebe-se uma maior probabilidade dos jovens que ingressaram no ensino superior conciliar adotarem a pluriatividade. Os entrevistados com menor nível de escolaridade (ensino médio e fundamental) pretende permanecer na agricultura, dado que somente um deles almeja buscar um trabalho externo a propriedade.

Analisando especificamente os jovens que ingressaram no ensino superior aqueles que desejam permanecer optaram por cursos relacionados as Ciências Agrárias, como já mencionado no Capítulo I, Breitenbach e Corazza (2020) comentam que a escolha dos jovens por cursos relacionados a área agrícola aumenta a probabilidade de permanência e deve-se aos mesmos gostarem da atividade, bem como as evoluções tecnológicas da atividade agropecuária tornam a profissionalização desses jovens um ponto positivo para um futuro como agricultores (BREITENBACH; CORAZZA, 2020).

Vieira (2016) afirma que com o aumento da escolaridade, os jovens se tornam mais esclarecidos, tanto de suas práticas, como de seus direitos, possibilitando que vislumbrem uma gama maior de atividades, como por exemplo, a instalação de agroindústrias, o turismo rural, uma maior diversidade na produção e também nos canais de comercialização, dentre outras estratégias, que tendem a favorecer a permanência da juventude no campo. A profissionalização representa um processo de qualificação da atividade, buscando uma melhor gestão, melhor aproveitamento

dos recursos, melhor otimização do trabalho, com redução de perdas e aumento os ganhos (VIEIRA, 2016).

Adicionalmente a isso, a elevação do nível de escolaridade dos jovens rurais, no ponto de vista de Bieger (2017) é uma via de mão dupla, tanto positiva podendo auxiliar no desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de produção, como negativa pois amplia as oportunidades externas para que o jovem migre. Para Castro (2013), o estudo também representa mobilidade social, dado que através dele os jovens conseguem se profissionalizar pra migrar para as cidades.

Por conseguinte, muitos pais tem incentivados os filhos ao estudo, embora saiba-se que quanto maior a escolaridade, menor a probabilidade de permanência no campo (MACIAZEKI-GOMES; TONELI; GRAVE, 2019), já que constata-se que à medida que se eleva a escolaridade, também se eleva a predisposição para o abandono do rural, inclusive se observa que as jovens moças têm uma maior escolaridade que os rapazes (RAUBER, 2010). Todavia, outro ponto a ser comentado é que as jovens filhas de agricultores quando atingem uma maior escolaridade tendem a não almejar casamento com agricultores, objetivando assim evitar sujeitar-se às condições de vida na agricultura, fato que caba acarretando o celibato masculino entre agricultores (BRUMER e ANJOS, 2012).

3.3.5 Casamentos

O casamento é visto uma forma de garantir a preservação e perpetuação do patrimônio familiar, que é o trabalho e identidade de agricultor familiar, todavia, o casamento não é somente uma estratégia, mas também está vinculado a valores, como, o companheirismo (VIEIRA, 2016). Nessa seção analisa-se a respeito dos entrevistados que já casaram ou vivem uma união estável, sendo que seis deles fazem parte desse subgrupo, sendo três casados e três vivendo em união estável. Acrescenta-se também que, a união estável em substituição ao casamento representa uma mudança das gerações atuais perante as gerações anteriores (DUARTE, 2019).

Bourdieu (1980) fala que uma das principais funções do casamento é reproduzir as relações sociais da qual ele é um produto, diante disso, as alianças matrimoniais escolhidas pelos indivíduos refletem e obedecem às características sociais que favoreçam a sua reprodução homogênea.

O casamento tem um papel crucial na reprodução social da agricultura familiar (STROPASOLAS, 2004). De acordo com Woortmann (1995 apud BIEGER, 2017), o matrimônio nas famílias camponesas não é uma simples escolha individual, não representa apenas o casamento entre dois indivíduos, mas sim entre duas famílias que entram em acordo, assim sendo, o casamento possui um valor cultural para a constituição de novas famílias e para a sobrevivência e reprodução da agricultura familiar.

Em adição a isso, o casamento poderia ser um arranjo familiar objetivando a manutenção dos patrimônios familiares, onde casava-se um herdeiro e uma deserdada, ou um deserdado e uma herdeira. Também haviam estratégias que preconizavam a endogamia social, de lugar ou família, casando-se pessoas do mesmo lugar ou primos, para que assim as terras se mantivessem dentro da família ou de pessoas próximas, evitando assim a entrada de pessoas estranhas (BRUMER; ANJOS, 2012).

Referente aos jovens entrevistados, apenas um dos casamentos ocorreu com alguém que sem vínculo familiar com o rural. Fato esse que segundo Castro (2013) configura-se como um casamento exogâmico, ou seja, um casamento com um indivíduo de fora da comunidade.

Dos demais casamentos ou uniões estáveis, todos possuem uma relação com o rural, sendo que quatro também são filhos de agricultores familiares e um é filho de empregados rurais de agricultores patronais de um município vizinho, mas cresceu no rural. De modo que essas outras uniões representam casamentos endogâmicos que são aqueles que ocorrem entre pessoas da mesma comunidade.

Observa-se também que mesmo com a ampliação das redes de contato dos jovens, a maioria dos jovens casados ou em união estável vivem relacionamentos endogâmicos, com jovens filhos de agricultores de Entre-Ijuís, claro que são jovens de outras localidades. Bem como somente duas uniões ocorreram com pessoas oriundas de outros municípios.

No entanto, os casamentos exogâmicos tem sido cada vez mais comuns nas comunidades rurais, devido a ampliação das redes de contato entre o rural e o urbano, bem como, pelas mudanças temporais e evoluções sociais. Não obstante, os casamentos exogâmicos representam uma ruptura com as redes de controle familiar, e de modo geral, também levam a saída do meio rural (CASTRO, 2013).

Bieger (2017) estudando as trajetórias familiares de cinco famílias de Coronel Barros, observou uma característica em comum da primeira geração, onde todos os casamentos ocorreram com pessoas oriundas da agricultura, no qual todos se casaram com alguém de sua comunidade ou proximidade. Os entrevistados relataram que era difícil conhecer pessoas de longe, pelas questões financeiras e dificuldades de deslocamentos até outras comunidades. Os casais se conheciam na igreja, festas das comunidades ou nas reuniões dançantes e bailes.

Na segunda geração, Bieger (2017) observou alterações no padrão, sendo que em dois casos os casamentos ocorreram com mulheres da cidade. Por sua vez, o casamento com mulheres urbanas era aceitável, já que tradicionalmente a mulher não recebia a herança. Ademais, sobre a escolha dos cônjuges, em alguns casos os casamentos podem ocorrer entre primos ou parentes ou vizinhos, sendo em muitos casos casamentos arranjados, a fim de manter as terras sobre o mesmo domínio de parentesco, sendo a terra, vista com um bem familiar, transmitido de pai para filho, evitando a fragmentação da área; além de controlar a entrada de desconhecidos em determinadas áreas rurais (BIEGER, 2017).

Castro (2013) observa em seu estudo sobre a juventude rural nos assentamentos rurais cariocas, que antigamente era comum o casamento entre vizinhos, e que o casamento endogâmico favorecia a permanência no meio rural e também o controle familiar. Em contrapartida, nas gerações mais novas observa-se que as pessoas não querem mais casar-se com pessoas da própria comunidade, principalmente as mulheres, pois os rapazes da cidade representam um maior rompimento com a figura paterna e a autoridade familiar, proporcionando maior autonomia as mulheres (CASTRO, 2013).

Adicionalmente, lembrando os projetos futuros dos jovens rurais (Capítulo I) apenas uma das jovens solteiras citou o casamento como algo que ela almejasse, as demais apenas citaram realizações profissionais, não incluindo o casamento como um projeto de vida futuro. Por sua vez, dois dos jovens solteiros mencionam a constituição da família como algo por eles almejado, comumente acredita-se que o casamento é o primeiro passo para a constituição de uma família.

Em conformidade com Stropasolas (2004), as mudanças sociais e econômicas que aconteceram no rural, desde os questionamentos dos padrões matrimoniais na agricultura familiar e a troca de informações e experiências com os jovens que migram

para as cidades incorporam novas representações, conceitos e expectativas no horizonte dos jovens.

De forma que, os jovens rurais foram levados a terem como prioridades primárias a realização de projetos de vida na cidade e o desejo de experimentar diferentes possibilidades nos relacionamentos afetivos, postergando a formalização de outros projetos pessoais, como o casamento e a constituição de uma família (STROPASOLAS, 2004). Contudo, Vieira (2016) observou que os jovens rurais do Litoral Norte gaúcho estão se casando cada vez mais cedo, o que vai na contramão da tendência geral, de casamentos tardios.

Bourdieu (2006) relata que no passado o casamento era uma decisão da família que arranjava os casamentos, todavia com o passar do tempo passou a ser uma decisão individual do novo casal. Complementar a isso, Castro (2013) comenta que a família camponesa controla a vida dos indivíduos estando acima das decisões individuais, onde os pais determinam e validam os pretendentes para o casamento dos filhos, sendo que essa aprovação familiar era indispensável antigamente, apesar disso, os pais alegam serem favoráveis as escolhas dos filhos e ao casamento por afetividade.

Assim sendo, o casamento que tradicionalmente apresentava um papel fundamental na reprodução social do patrimônio familiar e na organização do processo de trabalho, tem se tornado cada vez mais questionável pelas moças descontentes com o papel a elas atribuído no casamento e a outras condições relativas ao matrimônio, como adultério e a violência contra as mulheres (patrimonial, psicológica), esse descontentamento com o casamento é fruto de um cotidiano que menospreza as mulheres na sociedade camponesa (STROPASOLAS, 2004).

Da Silva (2015) alega que as moças rurais na sua maioria passam a questionar a desigualdade de gênero dentro das unidades de produção, e conseqüentemente não estejam propensas a um casamento com um homem rural. As jovens filhas de agricultores quando atingem uma maior escolaridade tendem a não almejar casamento com agricultores, objetivando evitar sujeitar-se às condições de vida na agricultura, fato que acaba acarretando o celibato masculino entre agricultores (BRUMER; ANJOS, 2012).

Por outro lado, para os rapazes a consolidação dele como um agricultor pleno e a permanência no rural está intimamente relacionada a constituição de um vínculo familiar como uma esposa, namorada ou companheira (DA SILVA, 2015).

Semelhantemente a isso, Stein et al. (2019) constataram a importância das relações conjugais na decisão dos jovens entre o ficar e o sair, pois conforme um dos entrevistados relatou que namora uma moça da cidade, que ela não gosta que ele fale coisas do interior, bem como, que a falta de interesse da namorada sobre o rural, o motiva a ficar na cidade.

Essa diferença de importância dada ao casamento entre os gêneros foi observada nessa pesquisa, onde para os jovens solteiros do sexo masculino a constituição de uma família voltada ao rural, como dito por um dos entrevistados, era um projeto individual do mesmo, além disso a constituição de uma família e o casamento configuram-se como aspectos importante para a permanência dos mesmos no campo.

A falta de mulheres no rural dificulta que os homens encontrem uma parceira para o casamento, ocasionando o celibato camponês, que por sua vez, também leva os rapazes a migrarem para as cidades, abandonando a agricultura. Sendo cada vez é mais difícil encontrar uma moça disposta a permanecer no rural, por sua vez, a chance de permanência dos rapazes sem o casamento reduz drasticamente (KUMMER, 2017). Visto que o êxodo seletivo da mulher acaba incentivando o homem a deixar o meio rural ou assumir a vida solitária, de celibatário, pois muitas moças da cidade não aceitam residir no campo, e que ocasiona o envelhecimento dos habitantes do meio rural (RAUBER, 2010).

Mesmo a mulher sendo excluída dos processos decisórios e da titularidade da terra, a presença dela é altamente valorizada para a seleção do candidato, pois para haver agricultura familiar acredita-se que é necessário haver uma família, identificada pela presença da esposa (CARNEIRO, 2001). Kummer (2017, p.8) complementa que “para muitos dos jovens o casamento torna-se uma ciranda: sem terra não há casamento; sem casamento não tem como comprar uma terra. O casamento nesse caso é ao mesmo tempo uma necessidade e uma dificuldade”.

Concomitante a isso, um dos jovens entrevistador por Kummer (2017) no Oeste Catarinense, alegou que não há nem oportunidade para os rapazes permanecerem no rural. O jovem também comentou que dificilmente um rapaz vai sair sozinho comprar terra e trabalhar, que ele precisa de uma companhia, contudo, é difícil de encontrar. Por sua vez, essa companhia relatada pelo jovem, não se refere apenas a uma companhia relacionada a sentimentos, mas sim de força de trabalho (afazeres domésticos, trabalho na lavoura/ordenha). Outros jovens relataram que uma esposa

também permitia a economia de não contratação de empregados, pois ela seria uma mão de obra que não seria necessário pagar, ou seja, uma “ajuda” não remunerada (KUMMER, 2017).

De acordo com Bourdieu (2006), muitas propriedades de solteirões acabam entrando em decadência, pois o solteiro adota uma postura de resignação e de renúncia, pois não consegue ver um futuro a longo prazo por não ter constituído sua própria família e acaba se desleixando do cuidado para com a propriedade.

Somando-se a isso Da Silva (2015), constatou nos relatos dos jovens que nos relacionamentos entre um rapaz rural e uma moça da cidade há divergência de planos e o namoro acaba não dando certo, além disso, outro jovem relatou que quando ele conta que trabalha com fumo as gurias fazem uma “cara de nojo”, outro jovem também relatou que ele quer ficar no rural e quer constituir família, mas não há moças que estejam dispostas a viver e trabalhar no rural e poucas moças rurais permanecem. Como observado por Godoy (2019), um dos jovens por ela entrevistados contou que desejava permanecer, porém, a namorada trabalhava na cidade e isso gerava uma indagação quanto à vontade dela em permanecer com ele no interior.

Em adição a isso, os jovens rurais do sexo masculino também consideram difícil namorarem moças da cidade, pois os ritmos de vida são diferentes. Raros são os casos de uma moça urbana que migra para o rural com o casamento. Se uma moça rural namora com um rapaz urbano a problematização é menor, até porque muitas delas anseiam com a vida urbana (KUMMER, 2017). Além disso, as mulheres rurais acabam sendo incentivadas a gostarem das cidades e a enxergarem a vida urbana como uma esperança de emancipação (BOURDIEU, 2006).

Entretanto, em estudo realizado por Maciazeki-Gomes, Toneli e Grave (2019), com mulheres participantes do movimento social do campo, na região noroeste do RS, os autores apuraram que mesmo em mulheres com uma diferença de idade de 35 anos, ambas acreditam na ideia de um casamento duradouro (“para a vida toda”), além disso, após o casamento passaram a residir com a família do esposo.

Diante disso, outro ponto a ser observado, quando se analisa os casamentos rurais refere-se em qual propriedade os casados passam a residir. Dos entrevistados casados/uniões estáveis, duas das jovens saíram das propriedades dos seus pais e foram morar na propriedade do esposo/sogro após o casamento, processo esse que é historicamente o mais comum. Em

conformidade com Boscardin (2017), geralmente ao casar quem deixa o núcleo familiar é a mulher, passando a viver com a família do esposo.

Há dois anos Alice foi morar com Roberto na propriedade da família dele, após ele ter assumido a gestão e os pais dele juntamente com a irmã de sete anos, se mudarem para a área rural de uma cidade vizinha, onde a mãe de Roberto está cuidando dos pais. Por outro lado, os pais de Alice não têm um sucessor na propriedade, o casal de agricultores familiares já aposentados teve duas filhas, a mais velha casou-se e mora em uma cidade vizinha com o esposo e a filha (quatro anos). Além disso, a área de terra da família, de sete hectares, ainda pertence a avó paterna de Alice e possivelmente venha a ser fragmentada entre todos 13 filhos. Apesar disso, a avó da jovem possui outras áreas, onde vivem os tios de Alice, mas a área total da família não ultrapassa 20 hectares, acarretando em uma fragmentação em áreas bem pequenas.

Todavia, outros dois cônjuges passaram a residir na propriedade da família da esposa. Sendo que em um dos casos, ocorreu em virtude de a família do esposo não ser de agricultores familiares, mas sim de empregados rurais, bem como, a esposa ter uma irmã mais velha que já migrou para a cidade. E no outro caso, pelo fato de o irmão mais velho já ter se instalado na propriedade, e a esposa ser filha única, levando-o a deixar a propriedade da sua família e migrar para a da esposa.

2.2.3 Projetos futuros dos jovens rurais

Os projetos futuros dos jovens rurais são reflexos das vivências, construções sociais e de tudo aquilo que os jovens almejam para o seu futuro, ou seja, onde eles desejam estar e qual o rumo cada um pretende seguir.

Segundo Coradini (2011, p. 52), "o projeto profissional é algo em elaboração, um "vir a ser", que está sujeito a mudanças de acordo com a trajetória individual de cada sujeito". O autor também comenta que quando se pergunta sobre qual a profissão alguém pretende atuar no futuro, nem sempre se recebe uma resposta pronta ou definitiva (CORADINI, 2011).

Bourdieu (1983) relata que as aspirações das diferentes gerações são constituídas através das diferentes oportunidades de acesso, aquilo que era para os

pais um privilégio extraordinário, passa a ser aos filhos algo banal, conseqüentemente acarretando muitos conflitos de gerações entre as aspirações de um tempo e de outro.

No ponto de vista de Savian (2014), as perspectivas futuras dos jovens rurais estão diretamente ligadas com a renda. No meio rural, a renda é influenciada por diversos fatores, como custos de insumos, incertezas climáticas, oscilação de preços, inserção no mercado e o acesso à tecnologia, ou seja, as atividades agropecuárias são atividades sazonais, extremamente dependentes do clima e com uma renda incerta. Em contrapartida, a vida urbana possibilita uma remuneração fixa e direitos trabalhistas, bem como uma maior proximidade com os espaços de lazer e de educação, além de um menor controle familiar sobre as ações juvenis (SAVIAN, 2014).

Os jovens que escolheram ingressar no ensino superior buscam aperfeiçoamento profissional, um emprego estável e até mesmo almejam concursos públicos, principalmente aqueles jovens que optaram por cursar cursos de áreas do conhecimento diferentes daqueles das Ciências Agrárias.

Eu estudo pra concurso, então acredito que daqui um tempo trocar a advocacia por um concurso, mas mesmo assim, mesmo morando longe, eu não pensaria em vender, investir pra ter um retorno financeiro na propriedade (Helena).

Estudar mais, realizar uma pós, passar em um concurso, ter um trabalho estável. Futuramente casar, mas não quero morar longe (Laura).

Por sua vez, os jovens que optaram por cursar cursos relacionados a Ciências Agrárias, relatam que escolheram o curso por gostarem da atividade agropecuária. Bem como, pretendem manter uma relação entre o estudo e a propriedade familiar.

Vou me formar como veterinário e quero continuar (no rural). Posso não ficar morando como minha família ficou morando, mas o serviço lá fora quero continuar (Miguel).

Pretendo me formar (engenheira agrônoma), ter um emprego bom, seguir com a propriedade, e ajudar meu pai enquanto ele estiver trabalhando (Luiza).

Tenho de planos de construir uma família que esteja voltada ao meio rural e continuar com o trabalho que tenho atualmente, ligado diretamente ao meio rural (Heitor).

Semelhante ao que foi observado através das entrevistas, Breitenbach e Corazza (2020) relatam que diversos estudos demonstram que os jovens que optam por realizar um curso relacionado à área agrícola têm maior probabilidade de retornar ao meio rural, quando comparados a jovens rurais da mesma faixa etária que não realizaram um curso relacionado a esta área do conhecimento. Em adição a isso, as autoras também salientam que devido aos incrementos tecnológicos, a profissionalização torna-se um fator positivo para um futuro na agricultura (BREITENBACH; CORAZZA, 2020).

Constituir e/ou aumentar a família também faz parte dos planos de seis dos jovens entrevistados. Os mesmos comentam que para isso é importante ter uma condição econômica estável para proporcionar uma vida satisfatória aos filhos, e, portanto, precisam continuar investindo na propriedade, o que demonstra que esses jovens vislumbram um futuro como agricultores. No entanto, acrescenta-se que na sua maioria esses jovens somente concluíram o ensino médio, com exceção de uma das entrevistadas que está concluindo o ensino superior, mas “casou-se” com um agricultor, e que ela pretende continuar com o seu trabalho fora da propriedade.

Temos planos de ampliar a atividade leiteira para ficar mais fácil a lida e construir um puxado do lado da casa da mãe e aumentar a família (Joana).

Nossa ideia, minha e do meu esposo sempre é trabalhar enquanto somos novos, ir em busca dos nossos sonhos e objetivos, para o dia que termos filhos poder darmos a eles tudo que for necessário (Isabel).

Continuar trabalhando, aumentar renda e família (Roberto; Alice).

Continuar investindo tanto pro filho, como pra facilitar pra gente (Augusto).

Não pretendo estudar, continuar trabalhando no meio rural e futuramente ter minha família (Pedro).

Heloisa disse que como perspectivas futuras planeja “ter mais filhos, seguir no emprego, se especializar”, todavia, diferentemente dos outros jovens entrevistados, ela já trabalha na área urbana, tem o ensino superior completo, tem uma filha pequena que durante o horário de trabalho dela fica com a mãe dela no rural, e o marido é caminhoneiro e não possui nenhuma relação familiar com o rural. A mesma também relatou que não gosta da atividade agrícola e que tudo é mais distante no interior.

Por sua vez, seu irmão Davi comentou que pretender aumentar a propriedade e melhorar os implementos. A irmã, Heloisa, que estava ao lado durante a entrevista, o questionou e relatou que tanto ela como os pais esperam que ele também continue os estudos e conclua o ensino médio, preferencialmente em uma escola regular, ele assentiu em concordância ao comentário da irmã. Davi na época estava concluindo o último ano do ensino fundamental e havia sido dispensado do serviço militar.

Logo, constata-se que dos 13 entrevistados dez deles tem planos futuros relacionados a investimentos e a permanência deles no campo. Somente três jovens não vislumbram diretamente um futuro relacionado a continuidade de vida no campo e/ou a atividade agrícola, contudo uma delas relatou que ao herdar a propriedade familiar não pretende vender, mas sim manter a mesma como uma fonte extra de renda. Outro fato observado é que dos seis jovens solteiros, apenas dois rapazes relataram que planejam constituir uma família e apenas uma das jovens moças solteiras citou o casamento como um projeto futuro de vida.

Dentre os entrevistados dez jovens desejam permanecer na atividade agrícola, sendo que cinco deles falaram que desejam permanecer, mas pretendem trabalhar fora. Somente três jovens não pretendem sucederem os pais na atividade familiar, sendo todas do sexo feminino. Uma dessas três propriedades o irmão continuará na atividade, nas outras duas o futuro das propriedades é uma incógnita, principalmente no caso da jovem que é filha única.

Diante do exposto, observa que os projetos futuros dos jovens são distintos, construídos mediante as percepções dos mesmos sobre o rural e sobre aquilo que cada um projeta para o seu futuro. Por fim, casamentos, filhos, estabilidade financeira e pessoal estão entre as perspectivas futuras dos jovens rurais entrejuienses entrevistados.

3.5 ALTERNATIVAS AFIM DE MELHORAR A VIDA DO AGRICULTOR E FAVORECER A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO

Os jovens entrevistados também foram questionados sobre quais ações o poder público, seja a nível municipal, estadual ou federal, poderia formular para favorecer que os jovens rurais desejem permanecer como sucessores e agricultores familiares.

Inquestionavelmente, os aspectos de ordem econômica foram os mais citados, principalmente quanto os valores das taxas de juros, a disponibilidade de crédito e o preço de insumos/maquinários, assim como, programas que facilitassem a aquisição de terras por jovens agricultores. Por exemplo, as elevadas taxas de juros foram citadas por quatro entrevistados, como um empecilho e uma questão que precisa ser repensada visando favorecer a permanência de jovens no campo. Conforme os relatos:

Trabalho diretamente relacionado aos programas como Pronaf, através da elaboração de projetos e assistência técnica aos agricultores. Acredito que deveria existir algum programa que incentivasse principalmente o jovem filho de pequenos agricultores, como por exemplo alguma linha de investimento para compra de áreas de terras, com prazos longos como por exemplo minha casa minha vida na cidade, para que o jovem possa trabalhar no seu próprio imóvel (Heitor).

O governo teria principalmente que fazer que fosse mais fácil financeiramente da gente permanecer na agricultura, que os preços sobem, juros também sobem (Miguel).

O governo tinha que apoiar mais, na minha opinião, apoiar mais os jovens a ficar no interior. Abrir mais linhas de crédito, como anos atrás tinha o Banco da Terra, que incentivava um filho teu a comprar, hoje não existe mais isso, e era uma coisa interessante para ficar a juventude. [...] Tá muita valorizada (a terra). Então, se o governo fosse apoiar, acho que teria mais jovens na agricultura (Augusto).

Poderia abrir logo o financiamento para comprar terras com juros baixos e boas condições de pagamento. E também financiamento para construção, pois aqui também precisamos de moradia. Financiamento para lavoura, quanto mais melhorias melhor (Joana).

A dificuldade de acesso à terra pelos jovens agricultores foi um aspecto citado por muitos entrevistados como um problema que precisa ser analisado, requerendo até mesmo de uma formulação de uma política pública específica para tal. Entretanto, já existe uma política pública de acesso à terra a jovens, o Programa Nossa Primeira Terra (NPT), porém, nenhum dos jovens entrevistados demonstrou conhecer o programa, inclusive aqueles que trabalham diretamente com assistência técnica a agricultores, auxiliam na elaboração de projetos para financiamentos e estão vinculados ao sindicato. O Programa Banco da Terra, que foi mencionado por Augusto, teve sua execução no entre os anos de 1998 e 2002, sendo posteriormente extinto (RANGEL, 2013).

O Nossa Primeira Terra é uma linha dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Terra Brasil. O NPT é uma linha voltada aos filhos de agricultores

familiares, aos jovens sem-terra, ou aos jovens provenientes de escolas agrotécnicas ou dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs). O NPT pretende contribuir com a busca de soluções para os problemas relacionados à questão do ordenamento agrário no país, que fortalecem processo de êxodo rural brasileiro, objetiva também a ampliação da participação juvenil através do acesso à terra (RANGEL, 2013). O município de Entre-Ijuís vem enfrentando uma forte concentração fundiária, onde uma pequena parcela de agricultores controla a maior parcela das áreas agropecuárias do município.

Conforme Rangel (2013), a Linha Nossa Primeira Terra tem um limite de crédito de até oitenta mil reais (R\$ 80.000,00) por beneficiário; com prazo de pagamento de até 20 anos, com até 36 meses de carência; além de que o imóvel financiado fica como garantia (hipoteca ou alienação fiduciária). No entanto, ao analisar o valor máximo de crédito disponibilizado pelo NPT e os valores médios cobradas pelas áreas agrícolas em Entre-Ijuís, dificilmente o jovem conseguiria adquirir mais de quatro hectares de terra, já terras com alta aptidão agrícola seria possível adquirir no máximo duas hectares. Além disso, a principal cultura comercial de Entre-Ijuís é a soja, sendo que em uma propriedade com essa escala, seria extremamente difícil sobreviver cultivando soja e ainda pagar o financiamento, sendo necessário buscar outras alternativas.

A aquisição de terras pelos jovens favorece que eles permaneçam, pois eles conseguem ter sua própria autonomia, em um estudo realizado por Troian et al. (2011), no município de Santa Rosa, os autores encontraram um jovem de 19 anos, que adquiriu terras através do Crédito Fundiário. Esse jovem pretende permanecer, tem apoio dos pais para continuar na atividade agrícola, para que não se perca o trabalho da família. Ademais, a propriedade da família tem aproximadamente 40 hectares, com a diversificação produtiva (bovinocultura de leite, soja e trigo).

No que se tange a programas de habitação rural, existia o Programa Nacional de Habitação (PNHR), criado em 2009, sendo uma vertente do Programa Minha Casa Minha Vida, que tem como público alvo os agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais. O PNHR viabilizava a construção ou reforma de unidades habitacionais rurais, para aqueles que se adequem aos enquadramentos do programa e não possuam outros imóveis rurais e/ou urbanos, exceto em caso de reforma (SIGNOR, 2019; BANCO DO BRASIL,

2022). Os beneficiários do programa recebem atendimento em grupos organizados por uma Entidade Organizadora; os grupos são de no mínimo quatro e de no máximo cinquenta participantes (BANCO DO BRASIL, 2022).

Em um estudo, realizado por Signor (2019) sobre o impacto do PNHR para a permanência no campo, de agricultores de Rancho Queimado (SC), município catarinense onde 30% dos agricultores familiares construíram a nova moradia através do programa no ano de 2013. O autor averiguou que através das moradias construídas por meio do programa os agricultores familiares puderam permanecer no campo e continuar produzindo alimentos. Bem como, também observou que após a construção da casa, a maior parte dos agricultores de Rancho Queimado, aumentou a casa, ou adquiriu novas máquinas agrícolas e bens de consumo, dessa maneira, posteriormente ao PNHR as propriedades estão mais estruturadas e seus moradores mais motivados. Signor (2019) também afirma que por meio dos relatos foi possível compreender a situação precária das habitações que as famílias viviam, bem como a significativa melhoria na qualidade de vida dos agricultores.

Quanto a juventude rural, em virtude do PNHR, os jovens filhos de agricultores que não se sentiam realizados vivendo com os pais, conseguiram construir suas próprias moradias, morar com seus cônjuges e até mesmo assumir o controle das propriedades dos pais. Conforme Signor (2019), houve um aumento significativo no número de famílias com menos de trinta anos após a adoção do programa. Além disso, em muitos casos aconteceu a passagem ou a divisão dos bens, pois os pais perceberam que os filhos iriam se estabelecer na propriedade, cedendo a ele uma parcela da terra. Por conseguinte, os jovens que ainda estavam em dúvidas quanto permanecer ou não no campo, que não tinha sua própria moradia ou controle sobre a produção, assim sendo, no caso destes jovens, que ainda não haviam decidido permanecer no campo e que não tinham casa própria ou controle sobre a produção, a casa surgiu como incentivo (SIGNOR, 2019).

No caso estudado de Pedras Altas (SC) estudado por Savian (2011), os pais dos jovens comentaram que o campo poderia ser mais atrativo para os jovens se houvessem políticas públicas para aquisição de terras, apoio técnico, lazer, educação profissional e incremento da renda (através da redução dos custos de produção e melhores preços aos produtos agrícolas).

Como já relatado anteriormente, na Europa devido o envelhecimento dos agricultores europeus, levou a adoção de diversas estratégias dentro da PAC afim de

favorecer a renovação geracional da agricultura, atrair novos agricultores e estimular a permanência de jovens no meio rural, como por exemplo, um programa especial de pagamento a jovens agricultores (MAY et al., 2019; BALEZENTIS et al., 2020; CONWAY et al., 2022). Outrossim, outras medidas de apoio não direto a jovens agricultores como consultoria, a intensidade de financiamento adicional de medidas de apoio a programas de desenvolvimento rural para jovens agricultores também deu suporte para a mudança geracional, além disso há prioridade aos jovens dentro dos investimentos da PAC (BALEZENTIS et al., 2020). (BALEZENTIS et al., 2020).

May et al. (2019) após analisar os efeitos motivacionais do pagamento para jovens agricultores europeus, em diferentes condados do Reino Unido, relatam que o pagamento dado a jovens agricultores para impedi-los de deixar a fazenda pode ser sim uma opção para outros países. No entanto, conforme os autores os países que decidirem implementar essa ideia devem também criar estratégias complementares adicionais, que objetivem reduzir o pessimismo, favorecer a integração comunitária e familiar, facilitar a integração dos jovens agricultores nas decisões do negócio e vincular o pagamento à noção de que este não é apenas um incentivo econômico, mas também uma ferramenta que pode facilitar o alcance de metas motivacionais (MAY et al., 2019).

Além disso, conforme May et al. (2019), os resultados também têm uma implicação importante para os formuladores de políticas. Ou seja, as políticas baseadas em pagamentos dados a jovens agricultores podem não funcionar se não estiverem alinhadas com os principais fatores comportamentais sociais e psicológicos. A razão é porque o pagamento do jovem agricultor não foi o fator mais forte que afetou as motivações e a vontade dos agricultores de deixar a fazenda. Por exemplo, deixar a fazenda ainda seria a escolha preferida de jovens agricultores muito pessimistas que são fortemente influenciados pela opinião negativa de vizinhos relevantes. Da mesma forma, um pagamento não pode ser adotado se os jovens agricultores sentirem que não fazem parte da comunidade agrícola (MAY et al., 2019).

No caso da Lituânia, analisado por Balezentis et al. (2020), os autores verificaram que as fazendas maiores e os agricultores com maior nível de escolaridade foram os mais propensos a participarem dos programas para jovens agricultores estabelecidos na PAC. Ademais, os resultados obtidos por Balezentis et al. (2020) na Lituânia, também indicaram que o regime de pagamento para jovens agricultores tem um impacto significativamente maior nos pequenos agricultores,

servindo assim como instrumento de apoio social, que assegura a viabilidade das regiões rurais, em especial das pequenas explorações agrícolas.

Além dos aspectos relacionados a crédito, a oferta de cursos de capacitação e novas alternativas de produção fomentadas pela Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela prefeitura. No ponto de vista, de Pedro que relatou que poderiam ser adotadas “ajudas diversas da EMATER, Sindicato e prefeitura, como conservação das estradas, cursos e apoio com implementos”.

Aqui pra nós nunca chegou incentivo de órgão público, acho que falta muito isso, para a nova geração ter incentivo não só dos pais, mas sim de algo que está mais a frente, ver que sim vale a pena ficar na agricultura. [...] É preciso os órgãos públicos, no nosso caso a Emater ir atrás dos jovens, oferecer cursos ou apresentar outras maneiras de ficar na agricultura, mostrando que não é só a lavoura ou o gado que dá recursos de volta (Isabel).

Isabel menciona a importância de órgãos públicos demonstram aos jovens outras possibilidades de vida no rural, não somente as culturas comerciais comumente cultivadas na região, como soja, milho e trigo. Como já relatado anteriormente, a propriedade da família de Isabel, recentemente implantou o cultivo comercial de morangos, que vem gerando resultados satisfatórios a família, tendo possibilitado o retorno do cunhado dela para a propriedade.

Na pesquisa realizada por Ferreira e Anjos (2022), sobre o associativismo como uma estratégia de permanência de jovens rurais, na Associação de Desenvolvimento Rural de Meio de Campo (ADPMC), no Recôncavo Baiano, os autores averiguaram que mesmo aqueles jovens associados não participam regularmente das atividades executadas, além disso, a maioria dos jovens associados são do sexo feminino, demonstrado que as mulheres acreditam no trabalho coletivo. Por sua vez, os jovens que não são associados não participam de nenhuma atividade e acreditam que a organização só serve para agricultores adultos, em virtude dos mesmos necessitaram da documentação como prova para a aposentadoria rural, não havendo nenhuma atividade voltada a juventude.

Ademais, outras novas opções poderiam ser implantadas no município, como cultivos agroecológicos, maior fomento a hortifruticultura e a diversificação produtiva. Somente em uma das propriedades dois filhos ainda trabalham na propriedade e desejam permanecer, inclusive com o retorno recente de um deles. Entretanto, essa

propriedade em questão adotou estratégias de diversificação produtiva (morangos) o que demandou mais mão de obra e também incrementou a renda.

Ele retornou porque não queria mais trabalhar na cidade, como empregado, ele já gostava de lidar pra fora, mas desde o início do ano ele teve a ideia de colocarmos o hortifruti de morangos, a qual seria a nova fonte de renda dele. Porém como o serviço é puxado e requer muitos cuidados com os morangos, resolvemos que teríamos uma sociedade, ele, eu e meu esposo e meus sogros. Desde então quando os morangos começaram a produzir, ele vem todo dia trabalhar com nós. [...] Ele tinha a vontade de vir pra fora, meu sogro comprou uma estufa já em produção, ele trabalhava na cidade e vinha colher os morangos, [...] e ele viu que sairia bem os morangos e ele conseguiria viver disso (Isabel).

Esse relato de Isabel demonstra como a diversidade produtiva e a pluriatividade podem melhorar a renda nas propriedades, e conseqüentemente favorecer a permanência e até mesmo o retorno de jovens para a propriedade. Schneider (2003, p. 105) afirma que “a pluriatividade é um fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um indivíduo ou uma família”, assim sendo, a pluriatividade representa uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais.

No entanto, outro aspecto a ser comentado sobre essa propriedade é que a Isabel migrou para a propriedade da família do esposo após o casamento, tendo deixado seus pais que também são agricultores familiares sem um sucessor na propriedade, porque sua irmã migrou para as cidades. Isabel contou que as vezes ela e o esposo vão ajudar os pais dela na propriedade, inclusive que os pais dela recentemente pararam com a bovinocultura de leite, devido a questões de saúde da mãe, ela e o esposo trouxeram as vacas para a propriedades deles.

Do mesmo modo, Boscardin (2017) comenta que a ausência dos filhos na propriedade e falta de mão de obra acabam levando a uma especialização produtiva das propriedades familiares, processo no qual algumas atividades acabam sendo encerradas devido a idade avançada dos pais e a dificuldade em exercer determinados trabalhos.

Retornando ao papel da pluriatividade, cinco dos jovens (50%) que desejam permanecer também comentaram que pretende trabalhar fora da propriedade. Sendo que desses cinco jovens, quatro deles já é formado ou está cursando o ensino superior, almejando conciliar o trabalho agrícola com a profissão escolhida, inclusive, três deles optaram por cursos relacionados as Ciências Agrárias.

Joana contou que o marido durante o período de uma forte estiagem, na safra 2021/2022, precisou buscar um trabalho em uma metalúrgica localizada próxima a residência deles, visando complementar a renda, porque as coisas começaram a complicar, ele permanece no emprego até hoje, e ajuda na propriedade quando está em casa. Ela permaneceu trabalhando juntamente com os pais.

A pluriatividade é quando os indivíduos de uma família rural passam a exercer atividades econômicas e produtivas, não necessariamente relacionadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e por muitas vezes não executadas dentro da unidade de produção. Configura-se como uma forma de complementação de renda e de inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses, sendo uma ocupação acessória. Pode ser compreendida como um fenômeno social e econômico, pelo qual os membros das famílias rurais optam por exercer atividades diversas, geralmente atividades não-agrícolas, porém mantendo a sua residência no campo e uma ligação com a atividade agrícola e a vida rural (SCHNEIDER, 2003).

Quanto ao papel das atividades não agrícolas no favorecimento da sucessão geracional e a permanência dos jovens rurais, Duarte (2019) analisou a inserção de jovens rurais de Crissiumal (RS) em atividades não agrícolas, verificando uma nova configuração do rural, onde a população reside no campo, mas ocupa-se com atividades do meio urbano ou com a diversificação produtiva ou em atividades rurais fora da propriedade, buscando através dessas atividades uma geração extra de renda para a manutenção pessoal e familiar.

Semelhantemente a isso, Bieger (2013), Pieper (2014) e Vorpapel (2017) observaram que a pluriatividade, favorece a permanência das pessoas no meio rural, sendo que comumente as pessoas permanecem morando no campo e trabalham nas cidades. Para Wesz Junior (2009) em um estudo sobre o papel das agroindústrias de cana-de-açúcar na reformulação da agricultura, nos municípios missioneiros de Porto Xavier, Roque Gonzáles, Pirapó, Quinze de Novembro, São Pedro do Butiá, Salvador das Missões, Cerro Largo, São Paulo das Missões e Porto Lucena, o autor verificou que a agroindustrialização favorece positivamente para que uma nova geração continue na propriedade.

Como descrito por Duarte (2019), o principal motivo que levou os jovens a buscarem por atividades não agrícolas foi a procura por uma renda individual, para sua manutenção e gastos pessoais; além disso houve incentivos por parte dos pais. Ou seja, a adoção de atividades não agrícolas configura-se como uma forma de

garantir renda, mesmo diante das incertezas climáticas e de preços existentes na agricultura. Adicionalmente a isso, Schneider (2003) comenta que as mudanças tecnológicas ocorridas na agricultura brasileira, de 1960 a 1980, fortaleceram a importância das atividades não agrícolas dentro das propriedades, cabe destacar que a pluriatividade não ocorre apenas no Brasil, tratando-se de um fenômeno com magnitude internacional.

Os jovens santa-rosenses, conforme observado por Troian et al. (2011), também tem buscado a pluriatividade como fonte alternativa e de complementação de renda, em ocupações como doméstica na área urbana. De forma análoga a isso, as famílias de Coronel Barros também passaram a adotar a diversificação da renda, com trabalhos externos ou através da combinação entre atividades de renda anual e de renda mensal, ou seja, a pluriatividade como forma de assegurar a reprodução social das mesmas (BIEGER, 2017).

Entretanto, a legislação do Pronaf barra o acesso a agricultores que também exerçam atividades não-agrícolas (pluriatividade), quando essas atividades ultrapassem 50% da renda bruta anual, essa formatação do programa acaba favorecendo a agricultura produtivista, privilegiando os estabelecimentos familiares consolidados, e desfavorecendo produtores que necessitam complementar a renda do estabelecimento com trabalho fora do mesmo (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021).

Schneider, Cazella e Mattei (2021) mencionam que os enquadramentos legais do Pronaf podem ter levado muitos jovens, filhos e filhas de agricultores familiares, a saírem ou desistirem da agricultura, visto que muitos deles buscam atividades não agrícolas como fonte de renda extra e temporária, além de terem um maior nível de escolaridade. Desse modo, muitos jovens tornam-se inelegíveis ao acesso crédito rural via Pronaf, logo desistem tanto da atividade como da vida no campo e migrado para as cidades. Além disso, em muitos casos, a fim de se manter dentro dos requisitos legais de acesso ao programa os jovens acabam trabalhando fora da propriedade sem que haja carteira assinada ou um vínculo empregatício legalizado.

Em estudo realizado por Pérez et al. (2020) sobre as estratégias de incorporação de jovens agricultores no setor pecuário da Catalunha, na Espanha, os autores identificaram três diferentes estratégias: a familiar, a agroecológica e a de integração vertical. Sendo que a estratégia de cunho familiar se baseia na família ser do setor agrícola e o jovem continuar na atividade, fornecendo ao jovem agricultor

muitos recursos essenciais, como terras e infraestrutura. A estratégia agroecológica, tende a ser seguida por jovens agricultores com vínculos familiares fracos ou inexistentes com a agricultura, que geralmente possuem escolaridade elevada e são agricultores de primeira geração. Por sua vez, a estratégia de integração vertical fundamenta-se na integração com uma empresa-mãe, muito comum na suinocultura (PERÉZ et al, 2020).

Os sistemas de produção agroecológicos podem favorecer a permanência de jovens no campo, de acordo com Vieira (2016), devido a dois fatores principais: a relação dos sujeitos com o mercado e a participação social dos jovens. Dado que a agroecologia possibilita uma grande diversidade de canais de comercialização, reduzindo a dependência e a subordinação dos agricultores.

Outrossim, a Emater foi citada como uma entidade que poderia organizar cursos e oportunizar novas alternativas e perspectivas aos jovens rurais, visando a melhoria da qualidade de vida, aumento da renda e lucratividades das propriedades familiares. Joana e Isabel contaram que a Emater foi de extrema importância na implantação de novos projetos dentro das propriedades de suas famílias. No caso de Joana, a Emater auxiliou a família dela por meio de projetos para aquisição de implementos agrícolas, como trator, colheitadeira e plantadeira, visto que os projetos realizados pela Emater possuem um custo menor e mais acessível aos pequenos produtores, do que os projetos realizados por empresas privadas.

Desse modo, na opinião dos jovens entrevistados algumas ações que poderiam ser desenvolvidas pelo poder público afim de favorecer a permanência dos jovens rurais estão direcionadas diretamente aos aspectos econômicos, como linhas de crédito, redução das taxas de juros, a capacitação técnica e novas possibilidades produtivas, todas elas diretamente vinculadas com a melhoria da renda e das condições de vida dos agricultores familiares. Além disso, conforme Chauveau (2014), em pleno século XXI não se pode considerar o rural apenas como um local de produção, sem se preocupar com o fornecimento mínimo de confortos urbanos, bem como de acesso a diversidade de programas de lazer, pois a melhora das condições de vida no rural pode favorecer que os jovens desejem ficar no local que eles gostam, sem renunciar as possibilidades culturais existentes no urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude rural é uma categoria diversa e construída através das suas relações sociais, onde cada jovem é fruto de um processo complexo de construção sociocultural, esse processo influenciará diretamente nas perspectivas futuras desses jovens. Por sua vez, os jovens rurais vivenciam diariamente as dificuldades enfrentadas pelos seus pais na agricultura familiar, o que em muitos casos pode resultar em um desejo desses jovens em não permanecer no campo. Contudo, sabe-se que a continuidade e reprodução da agricultura familiar está diretamente relacionada com o desejo dos filhos em sucederem os pais no negócio familiar.

No município de Entre-Ijuís, apesar de a agricultura familiar corresponder a mais de 80% dos estabelecimentos rurais, a mesma não representa 40% da área agrícola do município, demonstrando assim uma forte concentração fundiária. Esse aumento da concentração fundiária tem dificultado mais ainda a vida dos agricultores familiares e afetado diretamente o futuro das comunidades rurais, visto que o meio rural entreijuiense está cada vez mais velho e com menos habitantes, levando a perda também de aspectos culturais.

Os projetos futuros dos jovens rurais são variáveis, onde cada um deles projeta o seu próprio futuro, em alguns casos um futuro fora do rural. Dentre as perspectivas futuras dos jovens alguns planejam continuar investindo na propriedade para conquistarem melhores condições de vida, já outros almejam crescimento profissional e econômico, por muitas vezes fora do rural, através de um emprego assalariado urbano e de concursos públicos. Atrelado a isso a escolha pela vida urbana em muitos casos reflete uma visão utópica e fantasiosa, onde os mesmos acreditam que há renda fixa, trabalho assalariado, férias e mais opções de lazer. Além disso, o casamento e a constituição de uma família também fazem parte dos projetos futuros dos jovens rurais de Entre-Ijuís.

A gestão das propriedades, na maioria delas era responsabilidade de uma figura masculina, seja pai, sogro ou marido, duas propriedades com administração conjunta e apenas uma gerenciada pela mãe. Dois jovens entrevistados já assumiram a gestão da propriedade familiar, um deles em virtude da saúde do pai e o outro devido ao falecimento do sogro. Dessa forma, observa-se que a gestão das propriedades no município tende a ser exclusiva de uma pessoa, geralmente do sexo masculino.

Referente a mão-de-obra nas propriedades familiares dos entrevistados, apenas três jovens disseram que não participavam ativamente da atividade agrícola familiar, duas relataram ajudar esporadicamente e uma delas deixou de participar desde que começou a trabalhar na cidade. Sendo que são essas mesmas jovens que não desejam permanecer na atividade agrícola como sucessoras, enfatizando que os jovens que recebem papel de destaque dentro da propriedade são mais propensos a serem sucessores.

Dentre os entrevistados, dez jovens desejam permanecer na atividade agrícola, sendo que cinco deles também pretendem ter um trabalho adicional ao realizado na propriedade. Somente três jovens moças relataram que não desejam permanecer, de modo que todos os entrevistados do sexo masculino querem permanecer na atividade agropecuária. Referente as três jovens que não desejam permanecer, uma delas é filha única, mas ela relatou que pretende vender a propriedade ao herdar. Já nos outros dois casos as jovens possuem irmãos, sendo que em uma das propriedades o irmão deseja permanecer, no entanto, a outra propriedade ainda está com o futuro em aberto e a entrevistada acredita que existência de um sucessor dependerá do desejo do irmão em continuar no rural.

De modo que, mesmo o que machismo não tenha sido comentado diretamente pelos entrevistados, ele ainda se faz presente e age como uma espécie de barreira sociocultural para a permanência das mulheres no campo. Além disso, é perceptível no processo sucessório a preferência pelo filho homem como sucessor, configurando-se como uma estratégia de sucessão.

Os filhos buscam fontes alternativas de renda, através da pluriatividade, seja dentro ou fora da propriedade, representando uma estratégia propriamente econômica. Bem como, o incentivo familiar a educação, tanto para que os filhos permaneçam na atividade tendo maior conhecimento técnico, como para que busquem novas oportunidades de vida no meio urbano, em alguns casos visando permitir que somente um dos filhos continue no campo, sendo assim uma estratégia de cunho educacional. Outrossim, constatou-se que com o aumento da escolaridade torna-se mais provável que os jovens optem por migrar para as cidades, ou seja, a elevação do nível de escolaridade reduz a probabilidade de que haja um sucessor, entretanto aqueles jovens que escolhem cursos relacionados ao meio rural planejam se manter vinculados com a propriedade e com a atividade agrícola.

A criação de novas linhas de crédito, de programas de investimento, cursos de capacitação e novas alternativas produtivas podem favorecer proporcionar melhores condições para que os jovens permaneçam no campo. Concomitantemente a isso, é indispensável que o jovem rural consiga mesmo vivendo no interior acessar programas de lazer, ter acesso a internet, a saúde e a educação da mesma forma que os jovens urbanos, para que ele consiga permanecer enxergar a permanência no campo como uma possibilidade de vida.

Sugere-se para estudos futuros que essa pesquisa seja feita não somente com agricultores familiares, mas também com agricultores patronais, sejam eles de médio ou pequeno porte, buscando entender as diferenças nos processos sucessórios e no cotidiano dos jovens rurais. Em adição a isso, também seria interessante analisar a perspectivas dos pais e os dados econômicos gerados na unidade de produção, analisando a relação entre esses fatores e a existência de sucessores. Outro aspecto que pode ser aprofundado é a relação entre a religião e a origem dos jovens com a permanência dos mesmos no campo.

Entende-se que os jovens que desejam permanecer como agricultores e sucessores, foram incentivados pelos seus pais para tal, gostam da atividade agrícola e da vida no campo, bem como entendem que para serem agricultores precisam ser resilientes e preparados para enfrentarem as incertezas climáticas e econômicas. Por sua vez, aqueles que pretendem sair não recebem apoio familiar para permanecerem, pouco participam das atividades relacionadas a propriedade, sendo encorajados para buscarem uma vida menos incerta no meio urbano. Porém, a saída desses jovens não ocorre devido a não gostarem da vida rural, eles até preferem a vida rural do que a urbana, porém acabam migrando por não encontrarem condições de vida satisfatórias e que coincidam com seus projetos futuros para permanecerem no campo.

Por fim, é importante salientar que a decisão de permanecer deve ser uma escolha individual dos jovens, e não uma imposição social, familiar e política. No entanto, os órgãos públicos e a família devem propiciar condições favoráveis para que o jovem escolha permanecer.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ALVES, N. B. C.; NICOLOSO, C. S.; SILVEIRA, V. C. P. Pronaf: uma política conquistada, porém como mantê-la? **Revista de Estudos Brasileños**, v. 4, n. 8, 2017.

ANDREATTA, T.; et al. Generational succession according to paternal perspectives: a study on rural properties in the Municipality of Condor (RS). **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e583997837, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7837. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7837>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Uma avaliação da distribuição do Pronaf entre as regiões geográficas do Brasil. **Revista Grifos**, Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências, v. 30 n. 51, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5477>

BALEZENTIS, T. et al. Young farmers' support under the Common Agricultural Policy and sustainability of rural regions: Evidence from Lithuania. **Land Use Policy**, v. 94, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104542>. Acesso em: 22 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcFaixaldadeUf.rdl&exibeparametros=true>. Acesso em: 12 out. 2022.

BANCO DO BRASIL. **Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. 2022. Disponível em: [https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/financiamentos/financiar-imoveis/programa-nacional-de-habitacao-rural-\(pnhr\)#/](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/financiamentos/financiar-imoveis/programa-nacional-de-habitacao-rural-(pnhr)#/). Acesso em: 25 jan. 2023.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **PRONAF JOVEM**. Financiamento. 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-jovem>. Acesso em: 20 out. 2022.

BARCELOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf Jovem em debate. **Planejamento e políticas públicas**, n. 48, jan./jun. 2017.

BERWALDT, J.C. **Crise agrícola e sucessão familiar: o caso dos jovens Luteranos da microrregião de Marechal Cândido Rondon**. Dissertação de Mestrado (Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual

do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3892>. Acesso em: 10 dezembro 2022.

BIANCHINI, V.; BAZOTTI, A. Mudanças metodológicas e numéricas nos estabelecimentos familiares no Censo Agropecuário 2017 – Brasil e Paraná. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6682>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BISONHIM, K. **Em busca da estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja**: A sobrevivência do patrimônio arqueológico. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

BIEGER, T. E. **Sucessão na agricultura familiar: um estudo do município de Coronel Barros – RS**. 2014. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Regional Integrada do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2014. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1948>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BIEGER, T. E. **Retratos de família: trajetórias patrimoniais**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

BESSIERE, C. As estratégias econômicas das empresas familiares vitícolas de Cognac (França, 1997-2005). Tradução de Roberta Ceva. **Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro**, vol. 19, n. 2, p. 344-373, 2011.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, 25/07/2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 20 janeiro 2021.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 16, n. 3, out. 2020. ISSN 1809-239X. Disponível em: <<https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5889>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRIZZOLLA, M. M. B.; et al. Family succession in rural properties. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e9169109408, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9408. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9408>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.12, p. 6-17, 2008.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

BOURDIEU, P. **La Noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps**. Paris: les éditions de minuit, 1989.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 105, p. 3-12, déc., 1994. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1994_num_105_1_3118. Acesso em: 30 jan. 2023.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Maria Corrêa. Campinas: Papirus, 1996. 224 p.

BOURDIEU, P. **El baile de los solteros**. La crisis de la sociedad campesina en el Bearne. Barcelona:Anagrama, 2004.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 26, p. 83-92, 2006.

BOSCARDIN, M. **Reprodução social da agricultura familiar: uma análise demográfica em propriedades familiares sem sucessores no município de Frederico Westphalen, RS**. 2017. 170 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/172431>. Acesso em: 14 dezembro 2022.

BOSCARDIN, M.; CONTERATO, M. A. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no Norte do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 25, n. 3, p. 671-695, 2017. ISSN2526-7752.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.12, p. 6-17, 2008.

CALEGARO, C. F. **Uma percepção local do desenvolvimento sustentável: caso do município de Entre-Ijuís, RS. 2010**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento) - Universidade Regional Integrada do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1193>. Acesso em: 03 out. 2022.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. IPEA -Texto para discussão n0 621, [S.l: s.n.], 1999.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C. (org.). **Mundo rural e**

política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. p. 95-117.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas** [online]. v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100003>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, enero-junio, 2009, pp. 179-208. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77307108>. Acesso em: 24 fev. 2022.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Rio de Janeiro, RJ : Contra Capa, 2013, 432 p.

CELLA, D.; QUEDA, O.; FERRANTE, V.L.S.B. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, 2019, p. 69-91. Disponível em: [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/%Y.v%vi%i.333](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/%Y.v%vi%i.333). Acesso em: 19 jul. 2023.

CHATZITHEODORIDIS, F.; KONTOGEORGOS, A. New entrants policy into agriculture: researching new farmers' satisfaction. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.193664>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CHAUVEAU, H. O lugar do acesso (ou não-acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais têm com os territórios do interior catarinense. In: RENK, A.; DORIGON, C. (org.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014. p. 99-114.

CONWAY, D. F. et al. Cease agricultural activity forever? Underestimating the importance of symbolic capital. **Journal of Rural Studies**, v. 44, pp. 164-176, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.01.016>. Acesso em: 10 out. 2022.

CONWAY, S. F. et al. 'Farmers Don't Retire': Re-Evaluating How We Engage with and Understand the 'Older' Farmer's Perspective. **Sustainability**, v. 14, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14052533>. Acesso em: 10 out. 2022.

CONWAY, S. F. et al. Going against the grain: Unravelling the habitus of older farmers to help facilitate generational renewal in agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 61, n. 3, pp. 602-622, jul., 2021.

COMPARIN, A. **Sucessão rural: motivos que influenciam o jovem a permanecer ou não nas propriedades rurais.** 2015. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1486/1/COMPARIN.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CORADINI, L. **Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

DA SILVA, V. T. C. **JOVENS RURAIS QUE PERMANECEM NO CAMPO: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

DUARTE, L. C. **Atividades não agrícolas e sucessão de jovens no campo**. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós Graduação em Agronegócios, Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, RS. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19636>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ENTRE-IJUÍ. **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**, de 31 de março de 1990 - Promulgada em 31 de março de 1990. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7472&cdDiploma=9999>. Acesso em: 26 jan. 2023.

FERREIRA, V. J.; ANJOS, E. G. dos. O ASSOCIATIVISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO: uma reflexão em uma comunidade rural de Governador Mangabeira, na Bahia. 2022. In: III Seminário Internacional de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e IV Workshop Internacional Pesquisa e Resiliência Ambiental, **Anais...**, Marechal Candido Rondon: Unioeste, 2022. Disponível em: https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/IIISIPGDRS/anais?fbclid=IwAR1hN5e jQdUU0HtZmXKe813Aa2xeq6jxV8xNSmvQRF__nYJ2aZx48uQ67rw. Acesso em: 29 jun. 2023.

FOGUESATTO, C. R. et al. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, jan./jun. 2016.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. e1, 2022. DOI: 10.5902/2318179668371. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/68371>. Acesso em: 21 jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019. 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GODOY, L. P. **O MEU BISO PASSOU PRO VÔ, O VÔ PASSOU PRO PAI E NO CASO O PAI PASSARIA PRA NÓS: A SUCESSÃO RURAL E A SAÚDE MENTAL DE JOVENS NO PROCESSO SUCESSÓRIO**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades: Entre Ijuís**. [2022?]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/entre-ijuís/panorama>. Acesso em: 24 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Em 11 anos agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. IBGE: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>. Acesso em: 16 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. **Aposentadoria por Idade Rural**. Ministério do Trabalho e Previdência. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/aposentadorias/aposentadoria-por-idade-rural>. Acesso em: 23 out. 2022.

JOHANNESDOTTIR, G. B.; BJARNASON, T.; STOCKDALE, A.; HAARTSEN, T. What's love got to do with it? Love-life gossip and migration intentions in rural Iceland. **Journal of Rural Studies**, v. 87, p. 236-242, out., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.09.019>. Acesso em: 11 abr. 2022.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 201–220, 2013. DOI: 10.48075 rtc.v20i39.9817. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817>. Acesso em: 9 nov. 2021.

KUMMER, R. O viés enviesado: a migração rural feminina a partir do olhar masculino. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), **Anais...**, Florianópolis, 2017.

LEIBERT, T. She leaves, he stays? Sex-selective migration in rural East Germany. **Journal of Rural Studies**, v. 43, p. 267-279, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.06.004>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; TONELI, M. J. F.; GRAVE, R. Ação política e produção de subjetividade: a herança de terra, trabalho e participação política na produção de um éthos agricultora. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n.3, p. 305-316, 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v24n3/a08v24n3.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MAY, D.; et al. Preventing young farmers from leaving the farm: Investigating the effectiveness of the young farmer payment using a behavioural approach. **Land Use Policy**, v. 82, pp. 317-327, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.019>. Acesso em: 13 out. 2022.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. Revista de Estudos Sociais, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017. DOI: 10.19093/res.v18i37.3981. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MARIN, J. O. B. Crédito juvenil: a construção social da juventude rural moderna. **Extensão Rural**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 22–36, 2017. DOI: 10.5902/2318179626685. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/26685>. Acesso em: 27 out. 2022.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e a real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>. Acesso em: 29 out. 2022.

MENEZES, D. B.; BOCK, C. V. E. **Perfil das mulheres rurais do RS**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Prazo de emissão da DAP é prorrogado até 31 de outubro, a partir de novembro será emitido apenas o CAF**. Pronaf, jul., 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/prazo-de-emissao-da-dap-e-prorrogado-ate-31-de-outubro-a-partir-de-novembro-sera-emitido-apenas-o-caf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

MONTEIRO, A. P.; LEMOS, J. J. S. Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões brasileiras. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, jan./fev./mar., 2019.

PAULILO, M.I.S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, 2004

PEÑA-TORRES, J. A.; REINA-ROZO, J. D. Agroecology and communal innovation: LabCampesino, a pedagogical experience from the rural youth in Sumapaz Colombia. **Current Research in Environmental Sustainability**, v. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.crsust.2022.100162>. Acesso em: 10 Jul. 2022.

PERÉZ, R.D.G.; SENDRA, M.J.M.; LOPEZ-I-GELATS, F. Strategies and drivers determining the incorporation of young farmers into the livestock sector. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 131-148, ago., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.06.028>. Acesso em: 07 abr. 2022.

PIEPER, N. W. **Sucessão rural familiar: desafios e perspectivas no município de Catuípe – RS**. 2014, 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Regional Integrada do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2599/VF>

%20T CC%20-%20Naiara%20Walter%20Pieper.pdf?sequence=1. Acesso em: 21 abr. 2022.

PLOEG, J D. Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Cadernos de Debate**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-14, fev. 2014.

PRESTES, K. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Município de Entre-Ijuís**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/905>. Acesso em: 29 outubro 2022.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 464 p.

RAMBO, J.R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, Alta Floresta, v. 14, n. 1, p. 86-96, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rcaa/article/download/1415/1393>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RANGEL, M. C. **Nossa Primeira Terra - Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Piauí como instrumento de desenvolvimento rural sustentável: limitações e potencialidades**. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

RAUBER, C. C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul - Análise a partir dos sistemas agrários**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/8852>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

REDIN, E. Estratégias de reprodução na agricultura familiar – um campo em permanente construção. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.6, n.13, set./dez., 2012. pp.155-173. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/521/912>. Acesso em: 27 jan. 2023.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. de; TROIAN, A. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 349-374, jul.-dez., 2011.

SANTOS, A. S dos. Condições das juventudes rurais na contemporaneidade: da migração às políticas públicas. **Revista Cadernos de Ciências Sociais**, Recife, v. I, n. 14, jan-jun., 2019.

SAVIAN, M. **A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponte Alta-SC**. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 159, p. 97-106, 15 jul. 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Post Scriptum ao Artigo ‘Histórico, Caracterização E Dinâmica Recente Do Pronaf - Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar.’ **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, pp. 42–67, 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5660>. Acesso em: 21 out. 2022.

SIGNOR, A. L. **Habitação rural e agricultura familiar: permanência no campo e repercussões do PNHR**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215054/PARQ0372-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SOUZA, S. B. et al. Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969 – 2016). **Confins**, n. 45, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/29836>. Acesso em: 21 out. 2022. DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.29836>.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 07 jan. 2023.

SPANEVELLO, R. M.; et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 02, p. 291-304. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/2178-4582.2011v45n2p291/22353/82961>. Acesso em: 19 jan. 2021.

STEIN, J.; RISSON, A. P.; SCHUCK, A. L.; MAHL, A. C. Permanência e saída do campo de jovens adultos no Oeste Catarinense. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2019. DOI: 10.5902/2317175834701. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/34701>. Acesso em: 6 fev. 2023.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2004, v. 12, n. 1, pp. 253-267. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100013>>. Epub 13 Out 2004. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100013>. Acesso em: 24 fev. 2022.

THIES, V. F. Transformações demográficas e nas estratégias de trabalho: uma abordagem longitudinal da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 26, jul., 2021.

VETTORASSI, A.; FERREIRA, L. S.; SOFIATI, F. Juventudes entre o rural e o urbano: o caso dos agroboys e agrogirls de Bela Vista de Goiás. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 23, 2021. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202112pt.

VIEIRA, A. C. B. **Os jovens rurais do litoral norte do Rio Grande do Sul**: os modos de vida e a construção de estratégias para a permanência no campo 2016, 144 f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172445>. Acesso em: 01 jan. 2023.

VIEIRA, A. C. B.; RADOMSKY, G. F. W.; WIVES, D. G. As estratégias para permanecer no campo e os modos de vida de jovens no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 20, n.01, 2017. (ISSN 2179-6807). Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/download/1852/1980/6967>. Acesso em: 01 jan. 2023.

VORPAGEL, L. B. **Agricultura e gênero: a categoria feminina na sucessão rural**. 2017. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1878>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

YIN, R. K. **ESTUDO DE CASO**: planejamento e métodos. 205 p., Porto Alegre, Ed. Artmed, 2001.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 22-27, 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822013000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 fev. 2022.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. *Juventudes do campo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

WESZ JUNIOR, V. J. Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. **Agroalimentaria**, Caracas, v. 15, n. 28, p. 25-34, jun. 2009

ZAGATA, L.; SUTHERLAND, L. Deconstructing the 'young farmer problem in Europa': Towards a research agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 28, pp. 39-51, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.01.003>. Acesso em: 30 set. 2022.